

auctor, diam. eras tempus arcu nec
nte adipiscin rhoncus. Vivamus a
s lobertis eras. Pellente
urpis egestas. P
isque nun
ucibus

Aurum
EDITORIA

Do Campo de Batalha ao Campo da História:

A Guerra do Paraguai em Perspectiva



LEONILDO JOSÉ FIGUEIRA

der ino
comm
lus mus.
ligula et fell
er, diam urna accumsan
et urna. Mauris eleitend nulla
ere quam vel nibh. Cras dapibus dapibu
scula. Maecenas pede purus, tristique ac, tempu

auctor, diam. eros tempus arcu nec
nte adipiscin rhoncus. Vivamus p
s lobortis eros. Pellent
urpis egestas. P
isque nun
ucibus

Aurum
EDITORIA

Do Campo de Batalha ao Campo da História:

A Guerra do Paraguai em Perspectiva



LEONILDO JOSÉ FIGUEIRA

der ino
commu
lus mus.
agula et fell
er, diam urna accumsan
urna. Mauris eleitend nulla
ere quam vel nibh. Cras dapibus dapibu
scula. Maecenas pede purus, tristique ac, tempu

AURUM EDITORA LTDA - 2025
Curitiba – Paraná - Brasil

EDITOR CHEFE

Lucas Gabriel Vieira Ewers

AUTOR DO LIVRO

Leonildo José Figueira

EDIÇÃO DE TEXTO

Stefanie Vitoria Garcia de Bastos

EDIÇÃO DE ARTE

Aurum Editora Ltda

IMAGENS DA CAPA

Freepik, Canva.

BIBLIOTECÁRIA

Eliete Marques da Silva

ÁREA DE CONHECIMENTO

História

Copyright © Aurum Editora Ltda

Texto Copyright © 2025 Os Autores

Edição Copyright © 2025 Aurum Editora
Ltda



Este trabalho está licenciado sob uma
licença Creative Commons Attribution-
NonCommercial-NoDerivatives
4.0 International License.

A responsabilidade pelo conteúdo, precisão e veracidade dos dados apresentados neste texto é inteiramente do autor, não refletindo necessariamente a posição oficial da Editora. O trabalho pode ser baixado e compartilhado, desde que o crédito seja dado ao autor, mas não é permitida a modificação do conteúdo de qualquer forma ou seu uso para fins comerciais.

A Aurum Editora se compromete a manter a integridade editorial em todas as fases do processo de publicação, prevenindo plágio, dados ou resultados fraudulentos, e assegurando que interesses financeiros não afetem os padrões éticos da publicação. Qualquer suspeita de má conduta científica será verificada com atenção aos princípios éticos e acadêmicos. Todos os manuscritos passaram por uma avaliação cega por pares, realizada pelos membros do Conselho Editorial, e foram aprovados para publicação com base em critérios de imparcialidade e objetividade acadêmica.

CORPO EDITORIAL

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba

Adriano Rosa da Silva - Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense

Alessandro Sathler Leal da Silva - Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Alex Lourenço dos Santos - Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Catalão

Alisson Vinicius Skroch de Araujo - Editor Independente - Graduado em Criminologia pelo Centro Universitário Curitiba

Alline Aparecida Pereira - Doutora em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense

Allysson Barbosa Fernandes - Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia

Ayla de Jesus Moura - Mestra em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco

Blue Mariro - Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Camila Aparecida da Silva Albach - Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

Carina Mandler Schmidmeier - Mestranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Carolline Nunes Lopes - Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Cristiane Sousa Santos - Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana

Dandara Christine Alves de Amorim - Doutoranda em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina

Daniel da Rocha Silva - Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe

Daniel Rodrigues de Lima - Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas.

Edson Campos Furtado - Doutor em Psicologia - Área de Concentração: Estudos da Subjetividade pela Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.

Elane da Silva Barbosa - Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará

Fabio José Antonio da Silva - Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina.

Fabricio do Nascimento Moreira - Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Felipe Antônio da Silva - Graduado em Direito pelo Centro Universitário Unihorizontes



Felipe Martins Sousa - Mestrando em Ciência e Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.

Francisco Welton Machado - Editor Independente - Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí

Gabriela da Silva Dezidério - Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense

Gabriella de Moraes - Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais

Gleyson Martins Magalhães Reymão - Mestre Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pelo Instituto Federal do Pará

Gustavo Boni Minetto - Mestrando em Educação, Linguagens e Tecnologia pela Universidade Estadual de Goiás

Hygor Chaves da Silva - Doutorando em Ciência dos Materiais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Brasil.

Ítalo Rosário de Freitas - Doutorando em Biologia e Biotecnologia de Microrganismos pela Universidade Estadual de Santa Cruz

Itamar Victor de Lima Costa - Mestre em Desenvolvimento de Processos Ambientais pela Universidade Católica de Pernambuco

João Vitor Silva Almeida - Graduado em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Tocantins

José Bruno Martins Leão - Doutor em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos pela Instituição Toledo de Ensino

José Cláudio da Silva Júnior - Mestrando em Ciências da Saúde pela Universidade de Pernambuco

José Leonardo Diniz de Melo Santos - Mestre em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco

José Marciel Araújo Porcino - Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

José Neto de Oliveira Felipe - Doutorando em Ensino de Ciências Exatas - PPGECE - Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, UNIVATES, Brasil.

Júlio Panzera Gonçalves - Doutor em Ciências pela Universidade Federal de Minas Gerais

Luan Brenner da Costa - Editor Independente - Graduado em Enfermagem pela Fundação Herminio Ometto

Lucas Matheus Araujo Bicalho - Mestrando em Historia pela Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, Brasil.

Lucas Pereira Gandra - Doutor em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Luciano Victor da Silva Santos - Mestrando em Hotelaria e Turismo pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

Luís Paulo Souza e Souza - Doutor em Saúde Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

Luzia Eleonora Rohr Balaj - Doutoranda em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Magno Fernando Almeida Nazaré - Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Maickon Willian de Freitas - Mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Maikon Luiz Mirkoski - Mestre Profissional em Matemática em Rede Nacional pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

Mailson Moreira dos Santos Gama - Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

Marcela da Silva Melo - Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará

Marcos Scarpioni - Doutorando em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Marilha da Silva Bastos - Mestranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará

Mario Marcos Lopes - Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos

Mateus Henrique Dias Guimarães - Mestre em Enfermagem na Atenção Primária à Saúde pela Universidade do Estado de Santa Catarina

Mirna Liz da Cruz - Editora Independente - Graduada em Odontologia pela Universidade Federal de Goiás

Newton Ataíde Meira - Mestrando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros

Osorio Vieira Borges Junior - Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

Pedro Carlos Refkalefsky Loureiro - Doutorando em Comunicação, Cultura e Amazônia pela Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil.

Plinio da Silva Andrade - Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Leonardo Da Vinci

Priscila da Silva de Souza Bertotti - Editora Independente - Graduada em Biomedicina pelo Centro Universitário UniOpet

Rafael José Kraisch - Doutorando em Neurociências pela Universidade Federal de Santa Catarina

Rita de Cássia de Almeida Rezende - Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília



Rodrigo de Souza Pain - Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rodrigo Oliveira Miranda - Doutor em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza

Rogério de Melo Grillo - Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas

Ryan Dutra Rodrigues - Editor Independente - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas

Salatiel Elias de Oliveira - Doutor em Apostilamento de Reconhecimento de Título pela Universidade do Oeste Paulista

Sebastião Lacerda de Lima Filho - Doutorando em Medicina Translacional pela Universidade Federal do Ceará

Silvio de Almeida Junior - Doutor em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca

Swelen Freitas Gabarron Peralta - Doutoranda em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná

Talita Benedcta Santos Künast - Doutoranda em Biodiversidade e Biotecnologia pela Universidade Federal de Mato Grosso

Tályta Carine da Silva Saraiva - Mestra em Agronomia pela Universidade Federal do Piauí

Thiago Giordano de Souza Siqueira - Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Thiago Silva Prado - Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá

Valquíria Velasco - Doutora em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

Victor José Gumba Quibutamene - Mestrando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Brasil.

Vinicius Valim Pereira - Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil.

Wilson Moura - Doutor em Psicologia pela Christian Business School

Yohans de Oliveira Esteves - Doutor em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Figueira, Leonildo José

Do campo de batalha ao campo da história [livro eletrônico] : a Guerra do Paraguai em perspectiva / Leonildo José Figueira. -- Curitiba, PR : Aurum Editora, 2026.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-83849-60-1

1. Divulgação científica 2. Guerra do Paraguai, 1864-1870 - Historiografia I. Título.

26-335047.0

CDD-989.205

Índices para catálogo sistemático:

1. Guerra do Paraguai, 1864-1870 : Paraguai : História 989.205

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

DOI: 10.63330/livroautor352026-

Aurum Editora Ltda

CNPJ: 589029480001-12

contato@aurumeditora.com

(41) 98792-9544

Curitiba - Paraná



AUTOR

Leonildo José Figueira

Grau de formação mais alto:

Doutor em Educação, com ênfase em História e Historiografia da Educação, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Formação acadêmica:

Graduado em História, Ciências Sociais, Educação Física e Filosofia. Possui especializações em Neuropsicopedagogia, Gestão Escolar, História e Cultura Africana e Gestão Pedagógica, além de MBAs em Gestão de Recursos Humanos e Administração de Empresas.

Instituição acadêmica:

Professor do Ensino Superior na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e professor da rede pública de ensino do Estado do Paraná.

Áreas de atuação e pesquisa:

História do Brasil Império, História da América, Historiografia, Teoria da História, História Intelectual, Educação e História da Educação.

E-mail: leonildo.figueira@utp.br / Leonildo.figueira@escola.pr.gov.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9621-7617>



PREFÁCIO

Este livro nasceu duas vezes...

A primeira, em 2007, como trabalho de conclusão de curso em História, apresentado na Universidade. Naquele momento, a Guerra do Paraguai aparecia como objeto de investigação historiográfica, atravessada por inquietações próprias de quem começava a descobrir o ofício do historiador: como se escreve a história? Por que um mesmo acontecimento admite leituras tão distintas? Que interesses, métodos e sensibilidades moldam as narrativas sobre o passado? A monografia foi concluída, avaliada, aprovada e, como acontece com tantos trabalhos acadêmicos, recolhida à gaveta do tempo, onde repousam pesquisas honestas, mas silenciosas.

A segunda origem é esta que agora se apresenta ao leitor. Passados os anos, amadurecidas as leituras, ampliada a experiência docente e historiográfica, decidiu-se retirar aquele trabalho da condição de arquivo pessoal e reinscrevê-lo no espaço público. Não para repeti-lo tal como foi concebido, mas para retrabalhá-lo, ampliá-lo e oferecê-lo como livro de divulgação científica, mantendo o compromisso acadêmico, mas assumindo deliberadamente o compromisso com uma escrita clara, acessível e dialogável. Trata-se, portanto, de um gesto de retorno, e também de abertura.

Este livro não pretende substituir a produção especializada nem disputar espaço com pesquisas de fôlego destinadas exclusivamente aos pares. A escrita acadêmica entre especialistas é necessária, fecunda e indispensável. É nela que os conceitos se refinam, os métodos se testam e os debates avançam. Mas ficar apenas entre pares, por mais confortável que seja, já não basta. A História, como conhecimento sobre a experiência humana no tempo, precisa circular, alcançar leitores diversos, provocar curiosidade, formar consciências históricas e despertar vocações.

Vivemos um tempo em que o passado é constantemente mobilizado no debate público, muitas vezes de forma simplificada, instrumentalizada ou descontextualizada. Nesse cenário, a divulgação científica em História não é um luxo, nem um exercício menor: é uma necessidade. Levar a historiografia ao público mais amplo significa mostrar que a história não é um repertório de datas imutáveis, mas um campo vivo de interpretações, disputas e escolhas narrativas. Significa ensinar que os livros de história não caem prontos do céu, mas são construídos por sujeitos situados, com métodos, fontes e perguntas específicas.

A Guerra do Paraguai, tema central desta obra, é particularmente fecunda para esse exercício. Mais do que um conflito militar do século XIX, ela se transformou em espelho das épocas que a narraram. Foi epopeia imperial, denúncia anti-imperialista, objeto de revisão acadêmica rigorosa. Ao acompanhar essas leituras, o leitor é convidado não apenas a conhecer a guerra, mas a perceber como a História é produzida, reescrita e disputada ao longo do tempo.

Este prefácio é, portanto, também um convite. Um convite ao leitor que gosta de história, que se interessa pela Guerra do Paraguai, que desconfia de verdades únicas e deseja compreender os bastidores da escrita histórica. Mas é, sobretudo, um convite aos que talvez ainda não se reconheçam como historiadores. Que este livro possa acender perguntas, provocar inquietações e mostrar que a História não é um território fechado, reservado a poucos, mas um campo aberto, onde novos olhares são sempre bem-vindos.

Se este trabalho conseguir sair definitivamente da gaveta, não apenas física, mas simbólica, e encontrar leitores curiosos, críticos e atentos, terá cumprido seu propósito mais profundo. A História só se mantém viva quando circula. E divulgar a História, hoje, é também um gesto de esperança.

Leonildo José Figueira



RESUMO

Este livro propõe uma reflexão historiográfica sobre a Guerra do Paraguai (1864–1870), tomando o conflito não apenas como acontecimento histórico, mas como objeto de disputas interpretativas ao longo do tempo. A obra parte da distinção entre história e historiografia para examinar como o passado é construído por meio de escolhas metodológicas, contextos intelectuais e compromissos políticos. O foco não está na reconstituição cronológica da guerra, mas na análise crítica de três tradições historiográficas fundamentais: a narrativa oitocentista, representada pelo Visconde de Taunay; o revisionismo latino-americano dos anos 1970, associado a Júlio José Chiavenato; e a historiografia acadêmica contemporânea, exemplificada pela obra de Francisco Doratioto. A comparação entre essas leituras evidencia que a Guerra do Paraguai se consolidou como um campo privilegiado de disputas historiográficas, no qual se confrontam diferentes regimes de verdade, concepções de prova, estilos narrativos e projetos intelectuais. O livro analisa ainda o papel do conflito na construção das memórias nacionais do Brasil, do Paraguai e da Argentina, destacando sua centralidade como evento fundador, trauma coletivo e instrumento de legitimação política. Inserida no campo da divulgação científica, a obra busca ampliar o diálogo entre a produção acadêmica e o público mais amplo interessado em História. Sem abdicar do rigor analítico, adota uma escrita clara e acessível, defendendo a ampliação da circulação do conhecimento histórico como necessidade contemporânea e reafirmando a História como prática intelectual plural, crítica e permanentemente aberta à revisão.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Historiografia; Divulgação científica.

ABSTRACT

This book offers a historiographical reflection on the Paraguayan War (1864–1870), approaching the conflict not only as a historical event but as an object of interpretative disputes over time. Based on the distinction between history and historiography, the work examines how the past is constructed through methodological choices, intellectual contexts, and political commitments. Rather than providing a chronological narrative of the war, the book critically analyzes three major historiographical traditions: the nineteenth-century narrative represented by Viscount Taunay; the Latin American revisionism of the 1970s associated with Júlio José Chiavenato; and contemporary academic historiography, exemplified by the work of Francisco Doratioto. By comparing these interpretations, the study demonstrates how the Paraguayan War became a privileged field of historiographical dispute, marked by competing regimes of truth, notions of evidence, narrative strategies, and intellectual projects. The book also addresses the role of the conflict in shaping national memories in Brazil, Paraguay, and Argentina, highlighting its significance as a founding event, a collective trauma, and a source of political legitimation. Situated within the field of scholarly public communication, the work seeks to broaden the dialogue between academic research and a wider audience interested in History, adopting a clear and accessible style while maintaining analytical rigor.

Keywords: Paraguayan War; Historiography; Public history.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
PARTE I – HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA	
CAPÍTULO 1 - O OFÍCIO DO HISTORIADOR E A ESCRITA DA HISTÓRIA.....	15
1.1 BREVE DISCUSSÃO SOBRE O QUE É HISTORIOGRAFIA.....	15
1.1.1 A noção de verdades históricas múltiplas.....	21
1.1.2 O caráter científico e narrativo da historiografia: entre método e linguagem.....	23
1.2 A HISTORIOGRAFIA NO SÉCULO XX: NOVAS PERGUNTAS, NOVOS MÉTODOS.....	25
1.3 POR QUE A GUERRA DO PARAGUAI SE TORNOU UM CAMPO PRIVILEGIADO DE DISPUTAS HISTORIOGRÁFICAS.....	28
1.3.1 A guerra como evento fundador da nação paraguaia e decisivo para o Império do Brasil.....	30
1.3.2 O peso da guerra na memória coletiva e identidade nacional de Brasil, Paraguai e Argentina.....	37
1.3.3 A guerra como um “laboratório” para analisar relações internacionais, imperialismo, escravidão e identidade latino-americana.....	39
PARTE II – TRÊS VISÕES DA GUERRA DO PARAGUAI	
CAPÍTULO 2 - A VISÃO DE ÉPOCA: O OLHAR DO VISCONDE DE TAUNAY.....	43
2.1 O MILITAR, MEMORIALISTA E LITERATO.....	43
2.1.1 Trajetória militar de Taunay: sua participação direta na Guerra do Paraguai como oficial do Exército Imperial.....	44
2.1.2 O homem de letras e de ciência: atuação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na vida política.....	50
2.2 O PATRIOTISMO, A EXPERIÊNCIA DE CAMPO E A NARRATIVA DO VENCEDOR.....	51
2.2.1 Patriotismo, disciplina e narrativa do vencedor.....	51
2.2.2 Experiência de campo e estética do sofrimento.....	52
2.2.3 Civilização, tirania e memória imperial.....	53
CAPÍTULO 3 - A VISÃO REVISIONISTA: JÚLIO JOSÉ CHIAVENATO.....	56
3.1 CONTEXTO POLÍTICO E IDEOLÓGICO DOS ANOS 1970.....	56
3.1.1 A influência das correntes marxistas e anti-imperialistas no meio intelectual latino-americano.....	58
3.2 <i>GENOCÍDIO AMERICANO</i> : DENÚNCIA ANTI-IMPERIALISTA E PANFLETO REVISIONISTA.....	63
3.2.1 Obra de divulgação, estilo militante e público leitor.....	65
3.2.2 Impacto, críticas e lugar no revisionismo latino-americano.....	66



CAPÍTULO 4 - A VISÃO ACADÊMICA: FRANCISCO DORATIOTO.....	68
4.1 PESQUISA DOCUMENTAL E RIGOR METODOLÓGICO.....	68
4.2 <i>MALDITA GUERRA</i> : RENOVAÇÃO METODOLÓGICA E CRÍTICA ÀS LEITURAS REVISIONISTAS.....	77
4.3 UMA SÍNTESE EQUILIBRADA OU UMA NOVA ORTODOXIA?.....	79
 PARTE III - COMPARAÇÕES E REFLEXÕES	
CAPÍTULO 5 - ENTRE TAUNAY, CHIAVENATO E DORATIOTO: DIÁLOGOS E CONFRONTOS...88	
5.1 O QUE APROXIMA E O QUE SEPARA OS TRÊS AUTORES.....	88
5.1.1 O lugar da Inglaterra: quase inexistente em Taunay, central em Chiavenato, relativizado em Doratioto.....	95
5.2 O PESO DAS IDEOLOGIAS, DOS MÉTODOS E DOS CONTEXTOS HISTÓRICOS.....	101
5.3 O PAPEL DO HISTORIADOR NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA.....	105
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
 REFERÊNCIAS.....	115



INTRODUÇÃO

Há guerras que terminam quando os canhões silenciam; outras continuam a reverberar nas páginas dos livros. Um conflito pode morrer no campo de batalha, mas nunca morre no campo da memória. A história prolonga o acontecimento, reinventa sentidos, costura fragmentos dispersos, transforma ruínas em narrativas. Cada geração retorna a seus acontecimentos decisivos como quem revisita uma ferida aberta, tentando compreendê-la de modos novos. Assim, a Guerra do Paraguai tornou-se mais do que um episódio militar: converteu-se em matéria viva para a imaginação histórica, capaz de mudar conforme mudam as perguntas, os olhares e as sensibilidades que interrogam o passado.

Quando o último soldado retornou à sua casa, a guerra não terminou. Persistiu como lembrança, como trauma, como mito patriótico, como luto nacional, como motivo literário e como disputa historiográfica. Aquelas centenas de milhares de vidas desaparecidas encontram hoje existência silenciosa na escrita dos historiadores, nos diários dos combatentes, nas cartas que sobrevivem ao tempo, nos relatórios militares e nos livros que reinterpretam continuamente o que aconteceu. Para compreender a guerra, é preciso compreender também o modo como ela foi narrada: as palavras que a enquadraram, os silêncios que a circundaram, os valores que a moldaram.

A Guerra do Paraguai, maior conflito armado do século XIX na América do Sul, não pode ser reduzida às datas, batalhas, tratados e alianças que a compõem. Ela se tornou também um acontecimento historiográfico, disputado por narrativas, ideologias e métodos que ajudam a formar a memória nacional dos países envolvidos. Do ponto de vista historiográfico, a guerra constitui um campo privilegiado para observar como os historiadores e, antes deles, memorialistas, escritores e intelectuais, constroem sentidos sobre o passado. Não se trata apenas de saber o que aconteceu, mas de perguntar como o acontecimento foi escrito, em que contexto, com que finalidade e para qual público.

Esta obra não busca reconstituir a guerra em suas minúcias factuais, tampouco pretende explicar exaustivamente os antecedentes diplomáticos ou os desdobramentos políticos que marcaram a região do Prata. O objetivo não é narrar o conflito passo a passo, mas refletir sobre o modo como ele foi contado por diferentes autores. A narrativa histórica não é um espelho neutro dos fatos, mas uma operação intelectual enraizada em escolhas interpretativas, fontes disponíveis, sensibilidades políticas e métodos de análise. A historiografia revela as marcas de seu tempo tanto quanto revela as marcas do passado.

A história, enquanto conhecimento, não é simplesmente coleção de eventos, mas um modo de compreender a experiência humana no tempo. Os documentos sobrevivem ao acontecimento, mas eles não falam sozinhos. O historiador busca sentido naquilo que o tempo quebrou, dispersou ou mutilou. Reconstrói restos, organiza vestígios, interpreta lacunas, e produz um discurso sobre o real. Não há neutralidade completa nessa operação. Toda narrativa histórica nasce da escolha de um objeto, da formulação de uma pergunta, da seleção de fontes, da interpretação de indícios e da forma como esses elementos são articulados linguisticamente. A historiografia é simultaneamente método, crítica, imaginação disciplinada e linguagem. A proposta deste livro é apresentar essa complexidade em linguagem acessível, sem abdicar do rigor analítico. Buscamos oferecer divulgação científica qualificada, escrita de forma clara, fluida e agradável, sem o peso retórico característico de teses, dissertações ou obras excessivamente especializadas em teoria e metodologia. O tema da guerra serve aqui como laboratório: demonstra que a historiografia não é matéria abstrata, mas prática concreta de leitura, escrita, crítica documental e construção narrativa.

A obra está organizada em três partes. A Parte I discute o ofício do historiador, a narrativa histórica, os debates teóricos que moldaram a historiografia contemporânea e o modo como a Guerra do Paraguai se tornou um campo de disputa interpretativa. Ao explorar conceitos fundamentais, como método, narrativa,



lugar social, subjetividade e crítica documental, buscamos oferecer instrumentos para que o leitor compreenda por que a história não é cronologia, mas debate permanente.

A Parte II analisa três interpretações paradigmáticas da guerra, cada qual situada em seu tempo. Alfredo d’Escragno Taunay escreve a partir do século XIX, como oficial do Exército Imperial, memorialista, homem de letras e participante direto da campanha militar. Sua obra combina observação empírica, linguagem literária e valores patrióticos característicos de uma elite imperial que defendia a legitimidade da monarquia. Quase um século depois, o jornalista Júlio José Chiavenato desenvolve uma leitura revisionista, vinculada ao ambiente político latino-americano dos anos 1970, denunciando a guerra como genocídio provocado por interesses externos e transformando Solano López em símbolo de resistência anti-imperialista. Por fim, Francisco Doratioto representa a historiografia acadêmica do início do século XXI, apoiada em extensa pesquisa documental internacional e em métodos profissionais de crítica histórica, oferecendo uma leitura equilibrada que relativiza simplificações anteriores.

Esses três autores não contam apenas histórias diferentes: eles revelam a historicidade da própria historiografia. Cada narrativa expressa uma maneira distinta de ver o passado, moldada por fontes disponíveis, convicções políticas, expectativas de leitura e possibilidades intelectuais de sua época. Ao comparar Taunay, Chiavenato e Doratioto, o leitor perceberá que os mesmos fatos podem ser narrados com sentidos opostos, não porque os fatos mudaram, mas porque mudaram as perguntas, os compromissos, as preocupações sociais e os modos de escrever história.

A Parte III desenvolve um exercício de síntese e reflexão. Não se trata de decidir quem “tem razão” ou qual interpretação “vence” a disputa. A historiografia não opera como tribunal definitivo do passado. Ao contrário, ela se sustenta no diálogo crítico, na comparação entre versões, no reconhecimento da pluralidade de perspectivas e na ampliação constante de evidências documentais. A história, nesse sentido, é campo inacabado, sempre aberto a novas perguntas, novos arquivos, novas leituras e novas sensibilidades. Nosso interesse reside em mostrar como a escrita histórica é sempre situada, produzindo verdades possíveis, vinculadas a métodos e contextos específicos.

O público para o qual este livro foi escrito é amplo. Ele pode interessar a todas as pessoas que gostam de história e desejam compreender como o passado é escrito. Pode ser útil a estudantes que iniciam a graduação em História e buscam aprender a ler fontes, construir argumentos e treinar a escrita historiográfica. Pode dialogar ainda com professores que necessitam de material claro para explicar teoria e método em sala de aula. E pode, sobretudo, acompanhar leitores curiosos que se perguntam: por que o mesmo acontecimento pode gerar narrativas tão diferentes? Como escolher entre interpretações conflitantes? O que significa construir uma narrativa histórica legítima?

Ao estudar a Guerra do Paraguai (1864-1870), revelamos que a história não é reposição mecânica do que aconteceu, mas um esforço intelectual permanente para dar sentido ao passado, dialogando com a memória coletiva, com a política, com as marcas do trauma e com os desafios da escrita. A guerra termina no campo militar, mas continua viva na mente dos historiadores, que renegociam seus significados a cada nova geração. Se o campo de batalha produziu feridas irreversíveis, o campo da história produz interpretações, debates e consciência crítica, e é nesse lugar que convidamos o leitor a caminhar conosco.



PARTE I -

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA



CAPÍTULO 1 - O OFÍCIO DO HISTORIADOR E A ESCRITA DA HISTÓRIA

1.1 BREVE DISCUSSÃO SOBRE O QUE É HISTORIOGRAFIA

Há muitas maneiras de nos aproximarmos do passado. Algumas são carregadas de memória familiar, contadas em mesas de jantar, como histórias transmitidas de geração em geração. Outras surgem do contato com documentos, imagens, cartas, mapas ou monumentos espalhados por cidades e arquivos. Em todos esses caminhos, o passado se apresenta como um território movediço: ele não está mais diante de nós, mas continua a produzir sentidos, alimentar discussões e moldar identidades coletivas. A história oferece matéria emocional, política, cultural e simbólica, pois ao narrarmos o que fomos, também interrogamos o que somos e o que desejamos ser.

Quando olhamos para esse passado, não o encontramos intacto. Ele não se preserva como um filme ao qual possamos recorrer a qualquer momento. O que acessamos é sempre uma reconstrução: um esforço intelectual de aproximação, um exercício cuidadoso de interpretação que transforma vestígios em narrativas. Qualquer pessoa que se emociona com a leitura de uma biografia, com o percurso de uma guerra ou com a vida de uma nação percebe o fascínio de revisitar acontecimentos distantes. Mas é quando percebemos que essa revisitação não é o passado em si, mas uma forma de compreendê-lo e representá-lo, que entramos no universo específico do historiador.

A distinção entre história e historiografia é um dos pontos fundamentais para compreendermos o ofício do historiador. Quando falamos em “história”, referimo-nos, em primeiro lugar, aos acontecimentos que ocorreram no passado: fatos, ações humanas, contextos sociais, políticos e culturais que marcaram diferentes épocas. Esses acontecimentos são irrecuperáveis em sua materialidade, pois já se consumaram no tempo. Não podemos reviver, de forma literal, a Guerra do Paraguai (1864-1870), a independência brasileira de 1822 ou a Revolução Francesa em 1789; o que podemos é conhecê-los a partir dos vestígios que deixaram. É nesse ponto que entra a “historiografia”: ela corresponde à narrativa, interpretação e escrita que os historiadores elaboram sobre esses acontecimentos, utilizando fontes, métodos e linguagens próprias. Assim, enquanto a história é o objeto, a historiografia é a forma pela qual esse objeto é estudado e representado.

Michel de Certeau (2002) já destacava que a escrita da história é uma prática situada, marcada tanto pelo tempo do acontecimento quanto pelo tempo do historiador que o interpreta. Essa diferença é crucial: se a história é algo que já passou, a historiografia é um discurso atual, construído sobre esse passado, mediado por escolhas teóricas, metodológicas e até mesmo políticas. O historiador não é um simples cronista que se limita a relatar “o que aconteceu”, mas um produtor de discursos que organiza os vestígios do passado em narrativas significativas para o presente.

Essa distinção evita uma confusão recorrente: a de acreditar que a historiografia é a própria história. Não é. A historiografia é, antes, a mediação que nos aproxima do passado e, ao mesmo tempo, nos afasta dele, porque sempre o reconstrói a partir de determinadas lentes. Como afirma José Carlos Rei

(2004), a historiografia é produto de um tempo e de um lugar: cada geração de historiadores lê o passado de acordo com suas próprias inquietações e horizontes. Assim, a história é sempre reescrita, não porque os fatos mudem, mas porque os olhares que os interpretam se transformam.

Essa concepção nos leva a reconhecer que a historiografia é plural. Diferentes autores, em diferentes contextos, podem narrar os mesmos acontecimentos de formas divergentes, às vezes até antagônicas. Isso não invalida a prática historiográfica, mas antes a enriquece, pois revela que o passado é inesgotável em significados. Roger Chartier (1990) insiste nesse ponto ao afirmar que a história não é apenas uma reconstrução do que ocorreu, mas uma interpretação situada, que dá sentido aos vestígios documentais disponíveis.

Por esse motivo, não podemos compreender a historiografia sem considerar o “lugar social” do historiador, conceito caro à reflexão contemporânea. O lugar social inclui não apenas a posição institucional do autor (universidade, imprensa, exército, instituições culturais), mas também sua inserção política, ideológica e cultural. O historiador, ao escrever, não o faz de modo neutro: sua narrativa é influenciada por sua formação, suas crenças e pelas demandas da sociedade em que vive. Nesse sentido, Hayden White (1994) foi radical ao mostrar que até mesmo a forma narrativa, seja ela trágica, épica, romanesca, influencia o modo como a história é representada.

Com isso, a diferença entre história e historiografia ganha mais nitidez: a primeira é o campo dos acontecimentos que não voltam; a segunda é o campo das interpretações, que sempre se renovam. A história, como realidade pretérita, é una; a historiografia, como representação, é múltipla. Não é possível esgotar o passado, mas é possível multiplicar os olhares sobre ele. Essa consciência é o que confere densidade ao trabalho historiográfico e explica porque ainda hoje escrevemos sobre a Guerra do Paraguai, mesmo após um século e meio de seu término.

Outro aspecto importante é o caráter científico e narrativo da historiografia. Embora se utilize de métodos científicos, crítica documental, análise comparativa, problematização teórica, a história também precisa de linguagem, estilo e narrativa para ser comunicada. O historiador lida com documentos, mas também com palavras; reconstrói processos, mas também os narra. Paul Veyne (1983) lembra que a história é, ao mesmo tempo, ciência e relato: busca evidências, mas as apresenta em forma de narrativa compreensível. É nessa tensão entre rigor metodológico e escolha narrativa que reside a especificidade da historiografia.

Essa concepção tem implicações diretas para a obra que ora propomos. Ao longo dos próximos capítulos, não trataremos apenas da Guerra do Paraguai enquanto fato histórico, mas sobretudo das formas como ela foi narrada por diferentes autores. O que nos interessa é perceber como Taunay, Chiavenato e Doratioto construíram versões distintas de um mesmo acontecimento, cada um inscrito em seu próprio

tempo. Essa análise só se torna possível porque reconhecemos a diferença entre a história em si e sua representação historiográfica.

Desse modo, este livro deixa claro: o passado não fala por si mesmo. Ele precisa ser interpretado, selecionado, narrado. A historiografia é o campo onde se estabelecem essas escolhas, onde o historiador atua como mediador entre os vestígios e a sociedade que busca compreender o passado. É a partir dessa consciência que seguiremos adiante, problematizando como, em diferentes épocas, a Guerra do Paraguai foi significada, ressignificada e disputada nos campos da memória e da história.

A diferença entre história e historiografia não é apenas uma questão de terminologia, mas um eixo essencial para pensar o ofício do historiador. Sem essa distinção, corremos o risco de naturalizar versões únicas e de confundir narrativas com fatos. Reconhecê-la nos permite abrir espaço para a crítica, para a pluralidade e para o diálogo entre interpretações. É nesse horizonte que se inscreve esta obra: uma reflexão sobre o passado da Guerra do Paraguai e, sobretudo, sobre as formas pelas quais esse passado foi narrado.

Durante muito tempo, prevaleceu a ideia de que o historiador deveria agir como um narrador neutro dos acontecimentos, quase um cronista erudito que apenas reunia fatos e os organizava em sequência lógica. Essa concepção, herdeira do positivismo oitocentista, alimentou a crença em uma história “objetiva”, que falaria por si mesma, bastando ao historiador recolher documentos e descrevê-los com fidelidade. Contudo, a reflexão historiográfica do século XX mostrou os limites dessa visão. A prática histórica não é um espelho do passado, mas uma construção discursiva que articula fontes, métodos e interpretações. Assim, o historiador não apenas narra: ele produz discursos, atribui sentidos e seleciona versões possíveis do passado.

Michel de Certeau, em *A Escrita da História* (2002), foi incisivo ao afirmar que a história é uma operação discursiva. Para ele, o historiador é responsável por “fabricar” uma versão do passado, mediada por procedimentos críticos, mas inevitavelmente marcada por escolhas narrativas. Não se trata de negar a existência dos fatos, mas de reconhecer que esses fatos só se tornam inteligíveis dentro de uma trama discursiva que lhes dá forma. Desse modo, o historiador age como autor, e não como simples transmissor de dados brutos.

Hayden White (1994) radicalizou essa discussão ao demonstrar que toda narrativa histórica é atravessada por estruturas literárias. O historiador, ao escrever, recorre a formas de enredo, tragicidade, ironia, romance, comédia, que organizam os eventos em uma lógica interpretativa. Mesmo quando busca o máximo de rigor documental, ele não escapa da necessidade de narrar. A produção historiográfica, portanto, oscila entre ciência e literatura, método e retórica, análise e narrativa. Essa constatação não diminui a legitimidade da história como disciplina, mas exige uma consciência crítica de que todo texto histórico é também uma construção discursiva.

Ao assumir esse papel de produtor de discursos, o historiador precisa lidar com uma tensão fundamental: de um lado, a obrigação de rigor, de confrontar documentos, verificar versões e evitar

distorções arbitrárias; de outro, a inevitabilidade da interpretação. Reis (2004) lembra que a história é sempre “um saber situado”, condicionado pelas questões do presente e pelo lugar social de quem a escreve. O discurso historiográfico, assim, não é uma fotografia imparcial do passado, mas uma leitura feita a partir de determinadas inquietações e perspectivas.

Essa percepção transforma a forma como compreendemos a autoridade do historiador. Se antes ele era visto como guardião da “verdade histórica”, hoje se reconhece que sua legitimidade vem não da pretensão de neutralidade, mas da transparência metodológica e da capacidade crítica. O historiador constrói discursos que precisam ser argumentados, fundamentados em fontes, cotejados com outras versões e debatidos na comunidade acadêmica. É o diálogo entre discursos que garante a vitalidade da disciplina histórica.

O papel do historiador como produtor de discursos também tem implicações políticas. Toda narrativa histórica carrega valores e escolhas que, mesmo não declaradas, influenciam a maneira como sociedades compreendem a si mesmas. Não por acaso, regimes autoritários buscam controlar a escrita da história, impondo discursos oficiais que pretendem monopolizar a memória coletiva. A historiografia crítica, ao contrário, tensiona essas narrativas, abre espaço para vozes silenciadas e mostra que a história é sempre campo de disputa.

Essa dimensão política fica evidente quando analisamos episódios como a Guerra do Paraguai. Dependendo do discurso historiográfico, o conflito pode ser lido como epopeia patriótica, genocídio promovido pelo imperialismo, ou episódio complexo de construção dos Estados nacionais. Cada versão não apenas descreve fatos, mas organiza o passado em narrativas que respondem a contextos específicos. Assim, o historiador participa ativamente da construção de sentidos que ultrapassam o âmbito acadêmico e alcançam a sociedade como um todo.

Outra consequência dessa visão é o reconhecimento de que o historiador também é, em certo sentido, autor de “ficções verdadeiras”, no sentido que Paul Veyne (1983) atribui à história: narrativas que não inventam fatos, mas que os organizam segundo uma lógica interpretativa. O discurso historiográfico não é arbitrário, mas tampouco é natural; ele resulta da interação entre fontes, problemas de pesquisa e escolhas narrativas. Essa condição obriga o historiador a cultivar não apenas erudição, mas também consciência crítica sobre sua própria prática.

Compreender o historiador como produtor de discursos nos ajuda a superar a ingenuidade de que a história é um relato transparente do passado. Ao contrário, ela é uma construção que exige responsabilidade intelectual, honestidade com as fontes e clareza nas interpretações. O leitor da história, ao entrar em contato com um texto historiográfico, não deve buscar ali a “verdade final” dos fatos, mas uma versão possível, argumentada e situada. Essa consciência fortalece o campo historiográfico, tornando-o mais aberto à crítica e ao diálogo interdisciplinar.

O historiador não é apenas um narrador de fatos, mas um agente que constrói sentidos para o passado. Sua escrita é discurso, e todo discurso é marcado por escolhas, limites e possibilidades. Reconhecer esse papel é fundamental para analisarmos, neste livro, como Taunay, Chiavenato e Doratioto produziram narrativas sobre a Guerra do Paraguai. Cada um, em seu tempo, não apenas narrou o conflito, mas elaborou discursos que ajudaram a moldar memórias, identidades e compreensões históricas. É a partir dessa consciência que avançaremos para as análises seguintes.

A escrita da história não se dá em um vácuo. Todo historiador está inserido em um contexto social, político e cultural que condiciona, em maior ou menor medida, a forma como interpreta o passado. A esse contexto chamamos “lugar social”. Essa noção nos permite compreender que a historiografia é sempre fruto de circunstâncias históricas, escolhas metodológicas e posicionamentos ideológicos. O lugar social não se restringe à biografia pessoal do autor, mas envolve também as instituições em que atua, os públicos para quem escreve e os debates intelectuais que atravessam sua época.

A ideia de lugar social ganhou força especialmente a partir das reflexões da sociologia do conhecimento, que mostrou como a produção de saber é inseparável das condições em que ocorre. Na historiografia, isso se traduz em reconhecer que o historiador não é um observador externo do passado, mas alguém que o aborda a partir de um conjunto de referências próprias de seu tempo. Roger Chartier lembra que a escrita da história é uma prática social, porque está condicionada tanto pelo acesso às fontes quanto pelas expectativas da comunidade de leitores e pela posição institucional do autor.

Quando analisamos obras historiográficas, torna-se evidente como o lugar social molda o olhar do historiador. No século XIX, intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como o Visconde de Taunay, estavam comprometidos em legitimar o Império e sua memória oficial. Já nos anos 1970, em plena ditadura militar, Júlio José Chiavenato escrevia movido por um engajamento político, aproximando-se de leituras marxistas e anti-imperialistas. No início do século XXI, Francisco Doratioto elaborou *Maldita Guerra* em um contexto de maior institucionalização da pesquisa histórica, em diálogo com universidades e arquivos internacionais. Cada um, a seu modo, revela como o lugar social do historiador interfere em suas narrativas.

O *lugar* de quem escreve também se expressa na escolha dos temas. O que se decide estudar, e o que se ignora, revela tanto quanto a interpretação oferecida. A Guerra do Paraguai, por exemplo, só se tornou um campo de disputas historiográficas porque diferentes contextos sociais atribuíram novos significados a ela. No século XIX, a ênfase estava na glória militar e no fortalecimento do Império; nos anos 1970, a guerra foi reinterpretada como tragédia causada pelo imperialismo; já no século XXI, passou a ser investigada como um fenômeno político, social e econômico de complexidade regional. Cada virada correspondeu a novos interesses, movidos pelo lugar social de quem escrevia. O historiador escreve sempre

com as perguntas de seu presente, as quais orientam a seleção das fontes, o modo de interpretá-las e a forma de narrar os acontecimentos.

O conceito de *lugar social* é igualmente útil para compreender por que diferentes gerações de historiadores podem chegar a conclusões opostas a partir de um mesmo conjunto de documentos. Não é apenas uma questão de fontes, mas de perspectivas. Enquanto um autor pode enxergar nos relatórios militares do século XIX a grandeza do Exército Imperial, outro pode ver neles os sinais de violência contra populações civis. O documento é o mesmo; o discurso historiográfico é distinto, porque nasce de lugares sociais diferentes.

Outrossim, o *lugar social* influencia não só o conteúdo, mas também o estilo da escrita histórica. O discurso patriótico de Taunay, a retórica panfletária de Chiavenato e a prosa analítica de Doratioto revelam não apenas posições intelectuais, mas também públicos-alvo distintos: a elite letrada do Império, os estudantes e militantes da década de 1970, e a comunidade acadêmica contemporânea. Cada estilo está vinculado ao modo como o autor se insere em seu tempo e busca dialogar com seus leitores.

É justamente essa consciência que orientará as páginas seguintes deste livro. Não buscamos apenas recuperar os acontecimentos da Guerra do Paraguai, mas compreender como esses acontecimentos foram narrados e ressignificados por diferentes autores. Entender onde cada historiador estava posicionado quando escreveu, é a chave para perceber por que suas versões diferem e como cada uma delas reflete mais o tempo em que foi escrita do que o passado em si. O que parecia estabelecido em determinada época pode ser questionado posteriormente, não porque os fatos tenham mudado, mas porque as lentes de observação foram alteradas. A história, portanto, é uma construção em permanente movimento, fruto do diálogo entre passado e presente.

Marc Bloch, em sua clássica *Apologia da História* (2001), já advertia que cada historiador formula perguntas ao passado a partir das inquietações de seu tempo. A função da história não é repetir cronologias, mas investigar problemas. Isso explica por que um mesmo acontecimento pode receber interpretações tão diversas em momentos distintos. O historiador não é um arqueólogo que desenterra verdades imutáveis, mas um intérprete que reinscreve o passado em novos quadros de sentido.

Esse processo de reescrita é visível em praticamente todos os campos da historiografia. A Revolução Francesa, por exemplo, já foi narrada como epopeia da liberdade, como triunfo da burguesia e como laboratório de violência política. Cada leitura reflete tanto as fontes utilizadas quanto os paradigmas intelectuais de quem a escreveu. O mesmo ocorre com a Guerra do Paraguai, cuja interpretação passou da narrativa patriótica de fins do século XIX ao revisionismo anti-imperialista dos anos 1970, chegando ao rigor documental da produção acadêmica recente.

A ideia de história como reescrita também está ligada às mudanças metodológicas. A crítica ao positivismo abriu caminho para a *Escola dos Annales*, que alargou o campo de fontes e de objetos. Mais

tarde, a *Nova História Cultural* ampliou as possibilidades de análise ao valorizar práticas cotidianas, representações e linguagens. Cada inovação metodológica trouxe novas formas de interrogar o passado, permitindo que eventos já estudados fossem revisitados sob outros ângulos. A história, assim, não avança em linha reta, mas se reinventa constantemente.

Hayden White reforçou essa perspectiva ao mostrar que a narrativa histórica é sempre uma escolha interpretativa. A seleção de documentos, o recorte temporal, o vocabulário e a estrutura narrativa revelam que não existe uma única forma de contar a história. Isso não significa que tudo seja relativo, mas que o conhecimento histórico é plural, situado e passível de revisão. O trabalho historiográfico, nesse sentido, é uma prática aberta, que se enriquece à medida que novos olhares se debruçam sobre o mesmo objeto.

Essa dinâmica de reescrita também responde às transformações sociais. Questões como gênero, etnia e memória ganharam espaço nas últimas décadas, levando a releituras de episódios antes vistos apenas sob a ótica política ou militar. Ao incorporar essas novas perguntas, a historiografia tornou-se mais complexa e abrangente. A história da escravidão no Brasil, por exemplo, passou de uma narrativa centrada em aspectos econômicos para estudos que destacam as resistências, as culturas e as experiências dos próprios escravizados. O mesmo pode ser feito com a Guerra do Paraguai, ao investigarmos o papel das mulheres, dos escravizados e das populações civis.

Esse movimento permanente de reinterpretação dá à história uma vitalidade única. Ao contrário de uma ciência que busca leis universais, a história se caracteriza pela pluralidade de explicações, pela contestação e pela abertura a novas perspectivas. Isso não fragiliza a disciplina; ao contrário, a fortalece, pois a torna capaz de dialogar com diferentes épocas e diferentes públicos. Cada reescrita é uma oportunidade de compreender melhor tanto o passado quanto os desafios do presente.

A Guerra do Paraguai é um exemplo claro desse processo. No século XIX, foi lembrada como triunfo nacional; no século XX, como tragédia causada pelo imperialismo; e no início do século XXI, como episódio complexo de construção dos Estados nacionais. Essas mudanças não eliminam umas às outras, mas convivem em tensão, revelando que a história não é um tribunal de verdades finais, mas um espaço de debate contínuo. O passado é o mesmo, mas as perguntas são outras.

1.1.1 A noção de verdades históricas múltiplas

A historiografia moderna afastou-se definitivamente da crença em uma verdade única e definitiva sobre o passado. Em vez disso, consolidou-se a noção de que existem múltiplas verdades históricas, todas dependentes dos recortes, métodos e pressupostos utilizados pelo historiador. Essa multiplicidade não implica relativismo absoluto, mas reconhece que a realidade histórica é complexa demais para ser reduzida a uma única narrativa. Cada interpretação ilumina determinados aspectos do passado e, ao fazê-lo, deixa outros em sombra.

Reis (2000) insiste nesse ponto ao afirmar que a história é uma construção situada, marcada pelas perguntas do presente. Para ele, o historiador não tem acesso direto ao passado, mas sempre mediado por documentos e pela linguagem. Desse modo, as verdades históricas são provisórias, plurais e abertas à contestação. O que se considera verdade em determinado momento pode ser questionado à luz de novas fontes ou de novas sensibilidades sociais. O importante não é alcançar uma versão final, mas manter a história em constante debate.

Hayden White, em suas análises sobre a narrativa histórica, reforçou a noção de múltiplas verdades ao mostrar que a forma como organizamos os fatos já implica uma escolha interpretativa. Classificar um acontecimento como tragédia ou como epopeia muda radicalmente sua significação, ainda que os fatos narrados sejam os mesmos. O historiador, ao narrar, seleciona enredos, metáforas e linguagens que transformam os dados em histórias dotadas de sentido. Assim, a verdade histórica não é algo que se encontra intacto nos arquivos, mas algo que se constrói no ato da escrita.

O reconhecimento das verdades múltiplas não deve ser confundido com arbitrariedade. O trabalho historiográfico exige rigor metodológico: crítica das fontes, comparação de versões, fundamentação argumentativa. Mas, mesmo com todo esse rigor, o resultado será sempre uma verdade situada, condicionada pelas escolhas do historiador. É nesse sentido que se pode falar em uma verdade histórica relativa, mas não relativista: relativa às condições de produção do conhecimento, sem que isso signifique ausência de critérios.

Essa perspectiva também ajuda a entender por que a historiografia é um campo de disputas. Ao propor novas leituras, os historiadores não apenas ampliam o conhecimento sobre o passado, mas também desafiam versões consagradas. As reações a esses desafios revelam que a história é um terreno sensível, pois mexe com identidades, memórias e interesses sociais. Uma nova verdade histórica pode incomodar porque desloca certezas estabelecidas. É isso que ocorreu, por exemplo, com a obra de Chiavenato nos anos 1970 e com a de Doratioto três décadas depois.

A multiplicidade de verdades históricas tem ainda uma dimensão pedagógica importante. Ela ensina que a história não é um dogma, mas um processo crítico de construção de sentidos. Para o leitor, essa consciência desenvolve a capacidade de questionar fontes, identificar discursos e perceber os limites de cada narrativa. A história deixa de ser um repertório de fatos indiscutíveis para tornar-se um exercício de reflexão sobre como esses fatos foram compreendidos e reinterpretados ao longo do tempo.

Esse caráter plural também reforça a necessidade do diálogo entre diferentes tradições historiográficas. Não se trata de escolher entre Taunay, Chiavenato ou Doratioto como se um deles tivesse a última palavra sobre a Guerra do Paraguai, mas de compreender como cada um, em seu *lugar*, produziu uma verdade histórica particular. A comparação entre essas versões enriquece a compreensão do leitor,

mostrando que a história é um mosaico de interpretações em permanente construção, revelando o *conflito epistêmico de campo*.

O *conflito epistêmico de campo* manifesta-se quando diferentes tradições discursivas disputam a legitimidade interpretativa de um mesmo acontecimento. Não se trata de discordâncias superficiais ou variações estilísticas, mas de diferenças profundas quanto ao modo de constituir o objeto histórico: o que pode ser reconhecido como prova, qual a natureza da fonte admissível, qual linguagem descreve com autoridade o passado e quais critérios definem uma narrativa como válida dentro de uma determinada comunidade intelectual. Nesse sentido, o campo historiográfico não é homogêneo, mas composto por regimes epistêmicos que competem entre si pela definição autorizada da realidade histórica. Ao invés de uma simples oposição entre perspectivas, há uma disputa pela hegemonia discursiva, na qual cada autor, situado em seu tempo social, reivindica para si a capacidade de instituir o sentido do acontecimento.

A análise das obras de Taunay, Chiavenato e Doratioto torna esse conflito visível: cada um deles mobiliza capitais distintos para sustentar a própria interpretação. Taunay apoia-se na autoridade da experiência vivida e na memória imperial; Chiavenato reivindica a força da denúncia política como crítica à historiografia oficial; Doratioto funda sua legitimidade no método documental, na crítica às fontes e no reconhecimento acadêmico. A divergência não reside apenas no conteúdo interpretativo, mas no modo pelo qual cada discurso constrói sua própria credibilidade, buscando impor-se como versão válida da guerra. Essa disputa por legitimidade epistemológica evidencia que a historiografia não é apenas uma coleção de narrativas sobre o passado, mas um espaço de lutas simbólicas onde diferentes formas de conhecimento se confrontam, se tencionam e se redefinem mutuamente.

Além disso, a noção de múltiplas verdades convida à humildade intelectual. O historiador deve reconhecer que sua obra não esgota o passado, mas apenas oferece uma contribuição ao debate. Essa postura não enfraquece a disciplina, mas a fortalece, pois mantém aberta a possibilidade de revisões e ampliações futuras. A história, nesse sentido, é uma ciência humana que se distingue justamente pela sua capacidade de autocritica e renovação constante.

1.1.2 O caráter científico e narrativo da historiografia: entre método e linguagem.

A historiografia ocupa um lugar singular entre as formas de conhecimento humano porque articula, ao mesmo tempo, exigências de cientificidade e necessidades narrativas. De um lado, a disciplina se apoia em métodos rigorosos de análise documental, crítica interna e externa das fontes, comparação e contextualização. De outro, precisa transformar esses dados em uma narrativa inteligível, capaz de organizar o passado em sequência significativa. Essa dupla dimensão faz com que a história seja, ao mesmo tempo, uma ciência e uma forma de literatura, um campo de investigação e uma arte de contar.

Desde o século XIX, a historiografia buscou afirmar-se como ciência, sobretudo contra acusações de ser apenas relato ou memória. Leopold von Ranke, considerado o fundador da história científica moderna, defendia que o historiador deveria mostrar o passado “como ele realmente foi” (*wie es eigentlich gewesen*). Essa formulação, embora criticada posteriormente, expressa o esforço de conferir à história um estatuto científico, aproximando-a das ciências naturais em termos de método. Todavia, a experiência do século XX mostrou que, ao contrário da física ou da biologia, a história não trabalha com leis universais, mas com interpretações situadas.

O caráter científico da historiografia está em sua metodologia. A crítica documental, sistematizada desde o positivismo, garante que o historiador não invente o passado, mas o reconstrua com base em vestígios verificáveis. A análise comparativa de documentos, a atenção aos contextos e a verificação das fontes são procedimentos que distinguem a história da ficção. Sem esses critérios, qualquer narrativa poderia reivindicar legitimidade histórica. O rigor científico, portanto, é indispensável para sustentar a credibilidade do discurso historiográfico.

Mas, ao mesmo tempo, o historiador não pode escapar da narrativa. Os documentos não falam por si mesmos: precisam ser organizados em uma trama que dê sentido aos acontecimentos. É nesse ponto que a história se aproxima da literatura, não porque invente fatos, mas porque depende de formas narrativas para comunicar suas interpretações. Paul Veyne (1983) afirmava que a história é um “romance verdadeiro”: utiliza as técnicas do relato, mas sem romper o compromisso com a verdade documental. Essa metáfora mostra como a narrativa é inseparável do conhecimento histórico.

Hayden White levou essa discussão adiante ao demonstrar que toda narrativa histórica é estruturada por convenções literárias. Ao escolher entre um enredo trágico, épico ou irônico, o historiador atribui sentidos distintos ao mesmo conjunto de eventos. A Guerra do Paraguai pode ser contada como tragédia nacional, como epopeia heroica ou como farsa política, dependendo da organização narrativa escolhida. Esse reconhecimento não deslegitima a história, mas a torna mais consciente de sua dimensão retórica.

Roger Chartier acrescenta que a narrativa histórica também é um ato social. O historiador não escreve apenas para registrar o passado, mas para dialogar com uma comunidade de leitores e responder a expectativas de sua época. O modo como os fatos são narrados revela tanto a posição do autor quanto os valores de sua sociedade. Assim, a linguagem da história não é um detalhe estilístico, mas parte constitutiva da própria construção do conhecimento histórico.

Essa dupla natureza, científica e narrativa, exige do historiador uma postura equilibrada. De um lado, deve evitar o risco do positivismo ingênuo, que acredita em relatos neutros e transparentes. De outro, precisa escapar do relativismo absoluto, que dissolveria a história em pura retórica. A legitimidade da historiografia reside justamente nesse equilíbrio: rigor metodológico aliado à consciência narrativa. O

historiador deve reconhecer que escreve histórias, mas histórias baseadas em evidências e argumentações sólidas.

A consciência de que a historiografia é, ao mesmo tempo, ciência e narrativa, transforma também a maneira como lidamos com diferentes interpretações. Não basta perguntar se determinada versão da Guerra do Paraguai é verdadeira ou falsa; é preciso analisar quais métodos foram empregados e quais recursos narrativos foram mobilizados para construir essa versão. Esse duplo exame, metodológico e discursivo, é o que garante a maturidade da crítica historiográfica.

Ao longo desta obra, será importante manter em vista essa tensão. Quando analisarmos Taunay, Chiavenato e Doratioto, veremos não apenas diferenças de conteúdo, mas também contrastes de método e linguagem. Cada um deles construiu sua narrativa da guerra com base em critérios científicos próprios de sua época e, ao mesmo tempo, com estilos narrativos que revelam seus compromissos intelectuais e sociais. Reconhecer essa dimensão é essencial para compreender como a história é escrita e reescrita continuamente, sempre entre método e linguagem, ciência e narrativa.

1.2 A HISTORIOGRAFIA NO SÉCULO XX: NOVAS PERGUNTAS, NOVOS MÉTODOS

Ao longo do século XX, a escrita da história passou por transformações profundas, que alteraram suas perguntas, métodos e objetos. Se no século XIX a narrativa histórica ainda se organizava em torno de grandes eventos políticos, batalhas, governantes e heróis, o século seguinte trouxe novos ares intelectuais. Mudou-se não apenas o conteúdo das investigações, mas também a forma como os historiadores pensavam sua própria disciplina. A história deixou de ser concebida apenas como o relato objetivo de acontecimentos e passou a ser vista como um conhecimento interpretativo, dialogando com várias ciências humanas e atento às sensibilidades coletivas. Essa ampliação não ocorreu de modo brusco, mas por meio de um processo gradual, marcado por debates, disputas intelectuais e reformulações conceituais. Com isso, o historiador aprendeu a olhar o passado com lentes mais complexas, capazes de abarcar dimensões sociais, culturais, econômicas, simbólicas e afetivas que antes pouco apareciam na historiografia.

Um dos marcos decisivos desse movimento foi o surgimento da Escola dos *Annales*, na França, com Lucien Febvre e Marc Bloch nas primeiras décadas do século XX. Embora não tenham inventado a interdisciplinaridade, deram-lhe sentido sistemático dentro da pesquisa histórica. A história deixava de ser apenas cronológica e militar para se tornar também uma análise de mentalidades, estruturas sociais, hábitos cotidianos, sensibilidades e representações. A proposta dos *Annales* consistia em libertar o historiador de uma dependência quase exclusiva de eventos políticos e documentos oficiais, abrindo o campo para fontes antes consideradas marginais: inventários de bens, testamentos, registros administrativos, iconografia, literatura popular, objetos materiais, rituais e comportamentos coletivos. Em vez de perguntar apenas “o que ocorreu?”, a historiografia passou a indagar “como as sociedades viveram, sentiram, perceberam e

construíram seus mundos?”. Essa mudança metodológica ampliou o repertório interpretativo e tornou a história mais sensível aos grupos sociais menos representados nos arquivos tradicionais.

O espírito dos *Annales* também trouxe novas concepções sobre o tempo histórico. Fernand Braudel propôs a distinção entre tempo curto (os eventos), tempo médio (as conjunturas) e tempo longo (as estruturas), defendendo que certos fenômenos só podem ser compreendidos quando situados em ritmos mais profundos. A Guerra do Paraguai, por exemplo, não se explica apenas pelas decisões militares entre 1864 e 1870, mas também pelas tensões econômicas e políticas da região platina ao longo de décadas e pela formação das identidades nacionais de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Essa maneira de pensar revelou ao historiador que nenhum acontecimento é isolado; mesmo as batalhas e os tratados fazem parte de processos de longa duração, que envolvem redes econômicas, dinâmicas coloniais, disputas internacionais e memórias compartilhadas. Assim, o passado tornou-se menos episódico e mais relacional, exigindo do historiador atenção a diferentes escalas temporais.

Nas últimas décadas do século XX, uma outra abordagem ganhou força: a Nova História Cultural. Diferente da história das ideias clássica, a Nova História Cultural buscou compreender os significados sociais atribuídos pelas pessoas às suas práticas e representações. Se os *Annales* haviam feito o historiador olhar para o cotidiano, a Nova História Cultural ensinou a observar as formas simbólicas com que as sociedades atribuem sentido a esse cotidiano. Pesquisadores como Roger Chartier, Robert Darnton e Carlo Ginzburg mostraram que os objetos históricos, livros, rituais, costumes, crenças, imagens, festas, sensibilidades políticas, não são meros reflexos de estruturas sociais, mas produções ativas de significado. A cultura deixou de ser vista como ornamento da vida social para se tornar dimensão constitutiva da própria realidade histórica. Nessa perspectiva, a história não é feita apenas por decisões políticas, mas também por modos populares de interpretar o mundo, negociar identidades, construir memórias e sustentar experiências coletivas.

Um dos efeitos mais estimulantes dessa abordagem foi a valorização de grupos sociais antes invisíveis na historiografia tradicional: mulheres, trabalhadores, escravizados, comunidades indígenas, camponeses, leitores anônimos, minorias religiosas, populações marginalizadas e tantos outros que quase não apareciam nos arquivos oficiais. Se antes a historiografia enfatizava os governantes, a Nova História Cultural fez o historiador olhar para aqueles cujas experiências históricas raramente foram documentadas ou legitimadas. Esse deslocamento fortaleceu a ideia de que o passado não é exclusivo dos grandes personagens, mas uma constelação plural de vidas e práticas. E isso tem impacto direto quando pensamos a Guerra do Paraguai: não se trata apenas de entender gerais, tratados diplomáticos ou a figura de Solano López, mas também as experiências de soldados, populações civis, famílias deslocadas, escravizados incorporados ao Exército brasileiro e comunidades indígenas da região do Prata. A história cultural permite captar camadas de humanidade que a narrativa militar tende a silenciar.

A partir dos anos 1980 e 1990, a chamada virada linguística trouxe novas reflexões sobre a própria linguagem da história. Michel de Certeau e Hayden White destacaram que o historiador não apenas interpreta fontes, mas produz narrativas com escolhas estéticas, conceituais e políticas. A escrita da história não é um espelho neutro do passado, mas construção discursiva. A forma como o historiador organiza personagens, conflitos, tempos narrativos, metáforas e categorias produz efeitos de sentido. Isso não significa que a história se reduz à ficção, mas que o trabalho historiográfico tem dimensão literária inevitável, e isso precisa ser compreendido, analisado e assumido metodologicamente. O resultado não foi perda de rigor, mas ganho de consciência: a narrativa histórica precisa ser examinada como produto reflexivo, não como transparência. É justamente essa dimensão que encontramos na obra de Taunay, Chiavenato e Doratioto: três narrativas diferentes, com estruturas interpretativas distintas, todas respondendo a perguntas, valores e estilos correspondentes ao seu tempo.

Outro desenvolvimento importante da historiografia contemporânea foi a interdisciplinaridade. A história passou a dialogar com antropologia, sociologia, filosofia, geografia, linguística, economia, psicologia, arqueologia e literatura, incorporando métodos e instrumentos dessas áreas. Esse diálogo ampliou as possibilidades interpretativas e permitiu que questões antes consideradas secundárias ganhassem densidade científica. A Guerra do Paraguai, por exemplo, não pode ser compreendida apenas pela história militar ou política. A sua análise envolve economia da região platina, redes comerciais, escravidão, formação de Estados nacionais, identidades coletivas, usos da memória, iconografia, cartas militares, composições literárias, imprensa, diplomacia internacional, ciência militar, antropologia da guerra e até geografia do território. Essa multiplicidade revela que a história não é disciplina isolada, mas interseção viva de saberes diversos.

Mais recentemente, duas frentes ampliaram ainda mais o horizonte historiográfico: a história global e a história pública. A história global busca compreender interdependências entre diferentes partes do mundo, mostrando que fenômenos regionais estão conectados a redes econômicas, culturais e políticas mais amplas. No caso da Guerra do Paraguai, o debate sobre o papel da Inglaterra, central no revisionismo latino-americano, é exemplo de interpretação que ultrapassa fronteiras nacionais. A história pública, por sua vez, dedica-se a pensar a circulação da história fora da universidade: museus, exposições, materiais escolares, cinema, televisão, documentários, redes sociais, *podcasts*, projetos comunitários e atividades de preservação da memória. Ao fazer isso, reconhece que a história não é escrita apenas para especialistas, mas tem responsabilidade social de dialogar com o público, transmitindo conhecimento acessível, responsável e eticamente comprometido. Esse é exatamente o espírito desta obra: produzir reflexão historiográfica com linguagem clara, destinada a leitores interessados em compreender o passado e os modos de narrá-lo.

A revolução tecnológica e o acesso digital a arquivos modificaram profundamente o trabalho historiográfico. A possibilidade de consultar bibliotecas inteiras, periódicos do século XIX, mapas militares, correspondências, relatórios oficiais, iconografia e bases documentais em instituições de vários países democratizou a pesquisa. Se Taunay dependia de memórias pessoais, se Chiavenato dependia de fontes secundárias impressas, Doratioto já pôde construir *Maldita Guerra* apoiado em mais de uma década de pesquisa documental em arquivos do Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai, Inglaterra e França. O historiador contemporâneo tem acesso a um universo de fontes que seus antecessores não possuíam, e isso impacta diretamente a sofisticação metodológica e a amplitude das interpretações sobre a guerra. Mais do que nunca, a historiografia se tornou trabalho coletivo entre instituições, arquivos, bibliotecas, universidades, pesquisadores e tecnologias de preservação digital.

Dessa trajetória, nasce um resultado fundamental: a história tornou-se mais plural, interdisciplinar e autocrítica. O historiador aprendeu a questionar suas próprias categorias, a reconhecer limites metodológicos, a dialogar com múltiplos campos e a considerar a historicidade de sua própria prática. A História não é apenas reconstrução do passado; é reflexão sobre como conhecemos o passado, com quais instrumentos, com quais perguntas, com quais vozes privilegiadas ou silenciadas. Por isso, a historiografia contemporânea nos oferece chaves poderosas para compreender a Guerra e as disputas interpretativas que ela gerou. Taunay, Chiavenato e Doratioto não são exceções, mas expressões dessa história intelectual: três interpretações construídas em tempos distintos, com fontes distintas, com expectativas sociais distintas, com linguagens distintas. E é essa pluralidade que torna a análise historiográfica desse conflito tão rica, humana e instigante.

1.3 POR QUE A GUERRA DO PARAGUAI SE TORNOU UM CAMPO PRIVILEGIADO DE DISPUTAS HISTORIOGRÁFICAS.

A Guerra do Paraguai (1864–1870) é, até hoje, o maior conflito armado da história da América do Sul. Envolveu Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, redesenhou fronteiras, redefiniu o equilíbrio de poder regional e deixou marcas profundas na memória dos povos envolvidos. Pela magnitude de suas consequências políticas, sociais e econômicas, o conflito tornou-se terreno fértil para interpretações diversas, frequentemente contraditórias. A guerra não se esgotou no campo de batalha: prolongou-se na historiografia, transformando-se em um dos principais campos de disputa da memória histórica latino-americana.

No caso brasileiro, a guerra foi rapidamente apropriada pela narrativa oficial do Império. Escritores e memorialistas ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) construíram uma versão que exaltava o heroísmo das tropas nacionais e a legitimidade da causa imperial. Obras como as de Alfredo d'Escagnolle Taunay cristalizaram a imagem da guerra como epopeia patriótica. Como observou José

Murilo de Carvalho (1980) “a guerra serviu de instrumento de legitimação do Estado imperial e de reforço da identidade nacional” (CARVALHO, 1980, p. 43). Essa interpretação perdurou por décadas, sendo ensinada como verdade indiscutível nas escolas.

Entretanto, o século XX trouxe ventos de contestação. A partir dos anos 1960 e 70, em meio à Guerra Fria e à ascensão de movimentos ditos de esquerda, na América Latina, surgiu um revisionismo que denunciava a guerra como produto do imperialismo britânico. Júlio José Chiavenato, em *Genocídio Americano* (1979), apresentou o conflito como uma conspiração externa para destruir o Paraguai, descrito como nação autônoma e modelo de desenvolvimento. Sua narrativa militante encontrava eco em uma geração de estudantes e intelectuais críticos ao regime militar brasileiro. “O genocídio do povo paraguaio foi obra direta dos interesses do capitalismo inglês” (CHIAVENATO, 1979, p. 52), escreveu, em tom de denúncia.

Esse revisionismo teve impacto profundo, pois reverteu o lugar do herói e da vítima. Enquanto a versão imperial exaltava o Brasil e demonizava Solano López, a versão revisionista transformava o Paraguai em mártir da causa latino-americana. Essa inversão revelou que a guerra não era apenas um tema histórico, mas também político e ideológico, capaz de mobilizar paixões no presente. Como ressalta Silvânia de Queiroz (2010) “a obra de Chiavenato não apenas questionou a historiografia tradicional, mas tornou-se fenômeno editorial e cultural, influenciando livros didáticos e debates públicos” (QUEIROZ, 2010, P. 77).

O início do século XXI marcou uma nova virada, com *Maldita Guerra* (2002), na qual Doratioto buscou resgatar a complexidade do conflito a partir de pesquisa documental rigorosa em arquivos brasileiros, paraguaios, argentinos e europeus. Ao criticar tanto a visão oficial quanto o revisionismo, ofereceu uma narrativa equilibrada, mas não menos polêmica. Para ele, a guerra não foi resultado de uma conspiração inglesa, tampouco expressão pura do heroísmo imperial, mas “consequência de tensões regionais ligadas à formação dos Estados nacionais” (DORATIOTO, 2002, p. 41).

Essa diversidade de interpretações mostra que o conflito se tornou um espelho das preocupações de cada época. No século XIX, serviu para afirmar a monarquia; nos anos 1970, para denunciar o imperialismo; no século XXI, para investigar as ambiguidades da construção nacional. Cada versão é expressão do lugar social de quem a produziu, confirmando que a historiografia é, antes de tudo, produto de contextos históricos.

O peso da guerra na memória coletiva explica também por que ela permanece em disputa. No Paraguai, o conflito é lembrado como catástrofe nacional, responsável pela morte de grande parte da população e pela devastação do país. No Brasil, ainda é visto como momento de afirmação do Exército e da unidade nacional. Na Argentina, como episódio ambíguo, marcado pela rivalidade com o Paraguai, mas

também por tensões internas. Cada país elabora sua memória da guerra de modo seletivo, reforçando identidades e silenciando traumas.

Além das memórias nacionais, a Guerra é um campo privilegiado para os debates historiográficos porque envolve questões universais: o imperialismo, a relação entre guerra e modernização, o papel da escravidão nos conflitos armados, a construção de identidades nacionais e os efeitos da violência sobre populações civis. Ao discutir esse episódio, a historiografia latino-americana dialoga com debates mais amplos da história mundial.

Essa multiplicidade de leituras faz da Guerra do Paraguai uma espécie de “laboratório historiográfico”. É um acontecimento suficientemente delimitado para permitir análise detalhada e, ao mesmo tempo, amplo o bastante para comportar perspectivas diversas. O conflito continua a gerar pesquisas, livros, teses e debates, sinal de que seu significado está longe de ser esgotado. Como lembra Doratioto (2002), “a guerra não terminou em Cerro Corá; continua viva na memória e na historiografia dos povos envolvidos” (DORATIOTO, 2002, p. 19).

Fica claro por que este conflito ocupa um lugar privilegiado na historiografia. Mais do que um episódio do passado, ela é uma arena de disputa pelo sentido da história e da memória na América Latina. Esse será o ponto de partida para a segunda parte deste livro, na qual analisaremos como três autores, Taunay, Chiavenato e Doratioto, construíram narrativas distintas sobre o mesmo conflito, revelando tanto a diversidade das leituras quanto a força do tempo presente na escrita da história.

1.3.1 A guerra como evento fundador da nação paraguaia e decisivo para o Império do Brasil

A Guerra do Paraguai ocupa um lugar central na memória nacional dos países envolvidos, mas em especial no Paraguai e no Brasil. Para os paraguaios, o conflito é frequentemente descrito como “a grande tragédia nacional”, responsável pela morte de grande parte da população e pela devastação econômica e social do país. No entanto, paradoxalmente, também se tornou um marco fundador da identidade nacional. Como escreveu Harris Gaylord Warren (1949) “o Paraguai moderno nasceu da ruína deixada pela guerra” (WARREN, 1949, p. 17). Essa afirmação sintetiza o paradoxo: foi na catástrofe que a nação encontrou os elementos para se pensar como comunidade.

O trauma da guerra marcou profundamente a sociedade paraguaia. Estimativas apontam que entre 50% e 70% da população foi dizimada, incluindo a maioria dos homens adultos (WHIGHAM, 2002, p. 299). Esse saldo demográfico dramático transformou a guerra em referência incontornável para a memória coletiva. Solano López, morto em Cerro Corá em 1870, foi reinterpretado posteriormente como herói nacional, símbolo da resistência contra forças externas esmagadoras. O revisionismo paraguaio construiu em torno dele a figura de mártir, reforçando a ideia de que a nação sobreviveu justamente pela sua capacidade de resistir à aniquilação.

Essa narrativa fundadora se expressa em práticas de memória que ainda hoje estão presentes no Paraguai. Monumentos, feriados e rituais cívicos recordam a guerra como evento identitário, reafirmando o sentido de continuidade histórica. O “*Día de los Héroes*”, celebrado em 1º de março, data da morte de López, é exemplo eloquente de como a tragédia se converteu em mito fundador. Como observou Doratioto (2002) “a guerra foi elevada, na memória paraguaia, ao estatuto de epopeia nacional, apesar de seu caráter destrutivo” (DORATIOTO, 2002, p. 497).

Se, no Paraguai, a guerra foi catástrofe e fundação, no Brasil ela representou afirmação e consolidação. O Império brasileiro, ao emergir vitorioso, fortaleceu sua posição como potência regional. O conflito serviu para legitimar o Exército como instituição nacional e consolidar a monarquia como guardiã da unidade política. Carvalho (1980) destacou que “a guerra contribuiu para dar ao Exército uma identidade própria, distinta da Guarda Nacional, e reforçou a centralização do Estado imperial” (CARVALHO, 2002, p. 51). A vitória sobre López foi narrada como prova da vitalidade do Império.

O papel decisivo da guerra para o Brasil também se revela nas mudanças internas. A mobilização militar exigiu a participação de milhares de soldados recrutados em diferentes regiões, inclusive escravizados que receberam promessa de alforria em troca do serviço. Isso aproximou setores sociais da experiência militar e fortaleceu a ideia de pertencimento nacional. A guerra, nesse sentido, funcionou como catalisador de processos sociais e políticos que viriam a influenciar a crise do Império nas décadas seguintes.

No campo simbólico, a guerra ofereceu ao Brasil uma narrativa épica. Escritores como Taunay construíram imagens do soldado brasileiro como herói e da monarquia como liderança civilizadora. Essa memória, cultivada pelo IHGB, serviu para legitimar o projeto imperial diante da sociedade. Ao mesmo tempo, reforçou a distinção entre Brasil e seus vizinhos, afirmando o país como potência hegemônica no Cone Sul.

Entretanto, essa visão não foi unânime. Se para o Império a guerra foi decisiva como afirmação, para o Paraguai foi tragédia constitutiva. O contraste entre a narrativa da vitória e a narrativa da sobrevivência mostra como um mesmo acontecimento pode ser apropriado de maneiras distintas, conforme os interesses e necessidades de cada comunidade política. Essa dualidade explica por que a Guerra do Paraguai permanece um tema tão carregado de significados.

Do ponto de vista historiográfico, a condição da guerra como evento fundador ajuda a entender sua recorrente reinterpretação. Cada geração buscou no conflito respostas para suas próprias inquietações. Para o Império, foi legitimação; para o revisionismo, denúncia anti-imperialista; para a historiografia recente, um caso complexo de construção dos Estados nacionais. Essa plasticidade da guerra como referência simbólica confirma que sua importância ultrapassa os limites do século XIX.

No Paraguai, a memória da guerra é inseparável da identidade nacional, marcada pela tragédia e pela resistência. No Brasil, é inseparável da construção do Estado imperial e da consolidação das instituições. Em ambos os casos, o conflito serviu como matriz de significados coletivos, reforçando a ideia de que a guerra não apenas destrói, mas também funda comunidades. É por isso que continua a ser um campo privilegiado de disputas historiográficas.

Assim, compreender a Guerra do Paraguai como evento fundador da nação paraguaia e decisivo para o Império do Brasil é reconhecer que o passado se converte em alicerce de identidades e memórias. A guerra moldou sociedades inteiras, não apenas por seus efeitos imediatos, mas porque se tornou mito, narrativa e campo de disputa pela história.

No século XIX, a Guerra foi rapidamente incorporada ao repertório simbólico dos Estados nacionais envolvidos, sobretudo no Brasil. A vitória sobre Solano López ofereceu ao Império um material de primeira ordem para a construção de uma memória patriótica, marcada pela exaltação das virtudes militares e pela legitimação do regime monárquico. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, teve papel fundamental nessa empreitada, funcionando como espaço de produção e difusão da versão oficial da guerra. Como destacou Lilia Schwarcz (1993) o IHGB buscava “construir uma história unificada que servisse de base à consolidação da nação e da monarquia” (SCHWARCZ, 1993, p. 112).

A guerra, nesse contexto, foi narrada como prova da força e da unidade do Império. A memória oficial destacou a bravura do Exército, a liderança da monarquia e a justiça da causa brasileira. Essa interpretação apagava ambiguidades e contradições, transformando o conflito em epopeia nacional. Taunay, com sua obra literária e memorialística, tornou-se um dos principais agentes dessa construção. Em *A Retirada da Laguna*, descreveu os sofrimentos da tropa com traços de heroísmo, apresentando o soldado brasileiro como figura de resistência e dignidade diante das adversidades (TAUNAY, 1871, p. 43).

A narrativa oficial também buscou consolidar símbolos. O próprio Solano López, representado como tirano sanguinário, foi transformado em contraponto moral ao Brasil civilizador. Essa construção servia para reforçar a legitimidade da intervenção brasileira, apresentada como missão de ordem e progresso. Segundo Carvalho (1980) “a guerra foi utilizada para justificar a centralização política e a autoridade da monarquia, apresentada como defensora da liberdade contra a tirania paraguaia” (CARVALHO, 1980, p. 55).

O nacionalismo do século XIX não se restringiu à esfera política: também encontrou expressão na literatura, na pintura e na música. Os relatos de campanha, os quadros de batalhas e as composições patrióticas foram mobilizados para criar um imaginário de glória. Essa apropriação cultural foi fundamental para difundir a versão oficial, que apresentava a guerra como momento de unificação nacional. Ao mesmo tempo, silenciava vozes dissonantes, como as dos soldados pobres e dos escravizados enviados ao front.

No Paraguai, embora derrotado, o nacionalismo também se fez presente. Inicialmente, a memória da guerra foi marcada pelo trauma e pela devastação. No entanto, ainda no século XIX, começaram a surgir interpretações que viam em Solano López não apenas um ditador, mas um líder que teria sacrificado a própria vida em defesa da pátria. Essa reinterpretação seria fortalecida no século XX, mas já no imediato pós-guerra havia sinais de que o conflito seria incorporado à identidade nacional paraguaia.

A Argentina, por sua vez, utilizou a guerra para reforçar a autoridade de Buenos Aires sobre as províncias, consolidando o processo de centralização do Estado. As narrativas oficiais destacavam a participação argentina como parte de uma missão civilizadora regional, alinhada ao Brasil e ao Uruguai contra o “despotismo” paraguaio. Nesse sentido, a guerra foi inscrita em um discurso de progresso e modernização, comum às elites latino-americanas do período.

Esse conjunto de interpretações nacionalistas do século XIX compartilha algumas características centrais: a legitimação da guerra como justa, a exaltação das forças nacionais e a marginalização de qualquer leitura que questionasse as motivações políticas ou os custos humanos do conflito. Tratava-se de construir mitos fundadores, que dessem sentido à vitória (no caso do Brasil e da Argentina) ou à derrota (no caso do Paraguai). Como observa Doratioto, “a guerra foi, desde o início, objeto de apropriações ideológicas que buscavam moldar as identidades nacionais” (DORATIOTO, 2002, p. 23).

A historiografia oficial do período, ao privilegiar o discurso patriótico, deixou pouco espaço para análises críticas. O sofrimento dos soldados, as tensões sociais e os interesses econômicos envolvidos foram secundarizados em prol de uma narrativa unificadora. Esse quadro explica por que, durante décadas, a Guerra foi ensinada como epopeia heroica, quase sem fissuras. A crítica a essa visão só viria a ganhar força no século XX, quando novas perguntas passaram a ser feitas ao passado.

Ainda assim, não se deve subestimar a força da visão nacionalista construída no século XIX. Ela sobreviveu por muito tempo e, em muitos aspectos, continua presente no imaginário popular. Monumentos, nomes de ruas, celebrações militares e livros didáticos ajudaram a perpetuar essa memória, mostrando como a guerra foi incorporada às narrativas oficiais da nação. O nacionalismo do século XIX, portanto, não apenas interpretou a guerra: moldou a forma como gerações inteiras aprenderam a se ver como brasileiros, paraguaios ou argentinos.

É nesse terreno, de forte presença do discurso nacionalista, que se desenvolveram as interpretações posteriores. O revisionismo do século XX e a historiografia acadêmica recente só podem ser compreendidos em contraposição a essa visão oficial, que dominou a cena por décadas. Compreender o peso do nacionalismo oitocentista é, portanto, passo essencial para analisar as disputas historiográficas que se seguiram.

Na segunda metade do século XX, em um contexto marcado pela Guerra Fria, pelas ditaduras militares na América Latina e pelo avanço das correntes marxistas, surgiu uma poderosa corrente

reversionista que desafiou a narrativa tradicional da Guerra do Paraguai. Essa visão, construída desde o século XIX e consolidada no início do XX, exaltava a vitória brasileira e legitimava a ação da Tríplice Aliança como necessária para derrotar a tirania de Solano López. O revisionismo, ao contrário, apresentou a guerra como uma tragédia imposta ao Paraguai, com fortes vínculos ao imperialismo britânico.

Essa guinada historiográfica não foi exclusiva do Brasil. Intelectuais paraguaios e argentinos também questionavam a versão oficial, propondo leituras críticas que identificavam a guerra como um dos maiores crimes da história latino-americana. No Paraguai, a reabilitação da figura de Solano López já vinha sendo construída desde meados do século XX, transformando-o de ditador derrotado em herói nacional. No Brasil, o ponto de virada foi a publicação de *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai* (1979), de Júlio José Chiavenato, que se tornou símbolo dessa corrente.

A obra de Chiavenato foi escrita em linguagem acessível, panfletária e engajada, voltada para um público amplo, especialmente jovens estudantes e militantes políticos. Nela, o autor defendeu a tese de que a guerra foi uma conspiração orquestrada pela Inglaterra, interessada em destruir o Paraguai por representar um modelo de desenvolvimento autônomo. Segundo Chiavenato, “a tragédia paraguaia foi resultado direto da cobiça imperialista britânica, que não admitia um país livre e independente no coração da América do Sul” (CHIAVENATO, 1979, p. 52). Essa formulação rompeu frontalmente com a narrativa oficial.

O revisionismo também transformou a imagem de Solano López. Se para a versão imperial era um tirano sanguinário, para Chiavenato ele passou a ser símbolo da resistência latino-americana contra a dominação externa. O Paraguai, nesse discurso, deixou de ser visto como inimigo e tornou-se mártir da causa continental. Como sintetizou Chiavenato, “o Paraguai de López representava a esperança de uma América Latina independente, esmagada pela força bruta da aliança entre oligarquias locais e o imperialismo inglês” (CHIAVENATO, 1979, p. 18). Essa inversão de papéis é uma das marcas mais evidentes do revisionismo.

O impacto da obra foi imediato. *Genocídio Americano* alcançou grande difusão, circulando amplamente entre estudantes e professores, chegando a ser utilizado em salas de aula, apesar de não se tratar de pesquisa acadêmica convencional. Como destaca Queiroz (2010) “a obra de Chiavenato tornou-se fenômeno editorial e cultural, influenciando o imaginário de toda uma geração sobre a Guerra do Paraguai” (QUEIROZ, 2010, p. 77). O revisionismo, assim, não se restringiu ao campo acadêmico: alcançou a opinião pública e marcou a memória social do conflito.

É importante observar que esse movimento não surgiu no vazio. Ele foi alimentado por um contexto político de contestação às ditaduras latino-americanas, que produziam censura e buscavam impor versões oficiais da história. Ao apresentar o Paraguai como vítima do imperialismo e da violência das elites regionais, o revisionismo oferecia uma narrativa contra-hegemônica, capaz de inspirar militância e resistência. A historiografia, nesse caso, estava profundamente conectada às lutas políticas do presente.

Do ponto de vista metodológico, o revisionismo recebeu críticas pela fragilidade de suas bases documentais. Chiavenato apoiava-se em grande medida em fontes secundárias, sem o rigor da pesquisa em arquivos. Sua obra foi mais uma denúncia política do que uma investigação acadêmica. Ainda assim, como reconhece Doratioto, “a importância de Genocídio Americano reside menos em seu rigor histórico e mais em sua capacidade de romper com a visão tradicional e de estimular novas pesquisas” (DORATIOTO, 2002, p. 29). Nesse sentido, o revisionismo cumpriu um papel fundamental de ruptura.

A emergência do revisionismo também forçou a historiografia acadêmica a repensar o conflito. Pesquisadores passaram a investigar de forma mais sistemática as causas da guerra, os interesses internacionais envolvidos e as consequências sociais para os países participantes. O revisionismo, mesmo com suas limitações, abriu caminho para um debate mais plural e crítico. Ele revelou que a Guerra não poderia mais ser tratada apenas como triunfo nacional, mas como problema histórico complexo.

Além disso, o revisionismo teve um efeito importante na memória regional. Ao transformar a guerra em “genocídio” e o Paraguai em mártir, colocou em evidência a dimensão trágica do conflito e aproximou-o das experiências de dominação vividas pela América Latina em diferentes momentos. O discurso de Chiavenato dialogava com um sentimento continental de resistência, no qual a história se tornava arma política. Essa apropriação explica o êxito editorial da obra, mesmo sem respaldo acadêmico robusto.

Assim, o surgimento do revisionismo nos anos 1960 - 70 representou não apenas uma mudança de interpretação sobre a Guerra, mas um novo capítulo da própria historiografia latino-americana. Foi uma contestação aberta à visão tradicional, ao mesmo tempo em que preparou o terreno para a emergência de estudos mais sistemáticos no final do século XX. A guerra, uma vez mais, revelou-se um campo de disputas, no qual cada narrativa reflete as questões e urgências de seu tempo.

No início do século XXI, a historiografia sobre a Guerra do Paraguai passou por uma inflexão decisiva: a consolidação de uma abordagem acadêmica, fundamentada em pesquisa documental rigorosa e em métodos científicos, que buscava superar tanto a visão oficial do século XIX quanto o revisionismo militante das décadas de 1960 e 1970. Esse movimento é simbolizado em *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai* (2002), que se tornou referência sobre o tema.

Doratioto dedicou mais de quinze anos de trabalho à pesquisa, consultando arquivos no Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai e Europa. Essa amplitude de investigação deu à sua obra um caráter inédito, permitindo-lhe confrontar versões tradicionais com documentação primária de diferentes origens. Como ele próprio declarou, “a pesquisa documental é o antídoto contra as simplificações, tanto da visão oficial quanto do revisionismo” (DORATIOTO, 2002, p. 33). Esse compromisso metodológico tornou-se marca da historiografia acadêmica sobre a guerra.

A obra de Doratioto também representou um ponto de ruptura com o revisionismo. Enquanto este defendia a centralidade da Inglaterra como manipuladora do conflito, demonstrou que as causas da guerra

estavam mais ligadas a tensões regionais, à construção dos Estados nacionais e a rivalidades platinas. “Não houve conspiração britânica para destruir o Paraguai; o conflito resultou da dinâmica interna da região” (DORATIOTO, 2002, p. 41). Essa interpretação reorientou o debate, afastando-o de teses conspiratórias e aproximando-o de explicações estruturais.

Outro mérito de *Maldita Guerra* foi a reavaliação da figura de Solano López. Longe de ser apenas tirano, como na versão imperial, ou herói anti-imperialista, como no revisionismo, López é retratado como líder autoritário, inserido em um contexto de modernização parcial e de tensões internas do Paraguai. Segundo o autor, “López não foi mártir nem tirano absoluto: foi produto de sua época, responsável por escolhas políticas que conduziram o Paraguai à catástrofe” (DORATIOTO, 2002, p. 389). Essa visão equilibrada marcou a diferença da historiografia acadêmica.

É importante notar que Doratioto não estava sozinho nesse movimento. Outros pesquisadores também contribuíram para consolidar uma historiografia científica da guerra. Ricardo Salles (1990), por exemplo, analisou a participação dos escravizados e a mobilização social no Brasil, mostrando como a guerra impactou profundamente a escravidão e a vida das camadas populares. Maria Eduarda Mota Rocha investigou o papel das mulheres paraguaias no conflito, ampliando o escopo das análises e dialogando com a Nova História Cultural.

A consolidação dessa historiografia também se beneficiou da ampliação do acesso a arquivos e da circulação internacional de pesquisadores. A Guerra do Paraguai deixou de ser apenas tema de interesse local para ganhar espaço em debates acadêmicos mais amplos, relacionados à formação dos Estados nacionais, às guerras modernas e às relações internacionais na América Latina. Esse enquadramento transnacional contribuiu para dar maior densidade às análises, em sintonia com a tendência globalizante da historiografia recente.

Além da documentação, a historiografia acadêmica buscou rigor na interpretação. As obras passaram a privilegiar análises complexas, que evitavam reducionismos e reconheciam a multiplicidade de fatores envolvidos. A guerra deixou de ser vista como resultado de uma causa única e passou a ser entendida como fenômeno multidimensional, envolvendo política, economia, cultura e sociedade. Esse movimento trouxe sofisticação ao debate e afastou a historiografia da polarização simplista entre vencedores e vencidos.

Ao mesmo tempo, a historiografia acadêmica não deixou de dialogar com a memória social. Doratioto reconhece que sua obra gerou resistências, especialmente no Paraguai, onde a figura de López continua central na identidade nacional. “A historiografia acadêmica não pode ignorar a força da memória, mas deve se manter fiel às evidências” (DORATIOTO, 2002, p. 27). Essa tensão entre ciência e memória é uma das marcas da produção recente sobre o tema.

Essa consolidação representou, portanto, não o fim das disputas, mas a elevação do debate a um novo patamar. A Guerra do Paraguai permanece um campo de interpretações divergentes, mas hoje conta

com uma base documental e metodológica mais sólida. O trabalho de Doratioto e de outros historiadores abriu caminho para novas pesquisas, que continuam a revisitar o tema sob diferentes perspectivas.

Assim, a partir do início do século XXI, podemos falar em uma historiografia acadêmica consolidada sobre a Guerra do Paraguai, que não apenas corrigiu distorções do passado, mas também demonstrou a vitalidade do tema como campo de investigação. Essa produção, ao mesmo tempo em que se distancia da visão oficial e do revisionismo, dialoga com eles, reconhecendo-os como etapas da construção historiográfica. É nesse horizonte que buscamos compreender a guerra não apenas como acontecimento, mas como campo de disputas narrativas e historiográficas.

1.3.2 O peso da guerra na memória coletiva e identidade nacional de Brasil, Paraguai e Argentina

A Guerra do Paraguai não foi apenas um conflito armado: transformou-se em referência simbólica para a construção das identidades nacionais na América do Sul. O peso de suas consequências humanas e políticas fez dela uma ferida aberta, reelaborada ao longo das gerações por meio da memória coletiva. Maurice Halbwachs (2006) lembrava que “a memória coletiva é sempre uma reconstrução orientada pelo presente” (HALBWACHS, 2006, p. 71). No caso da guerra, cada país envolvido reinterpreto o passado segundo suas necessidades políticas e identitárias.

No Paraguai, o conflito constituiu-se como a grande tragédia nacional. As estimativas demográficas apontam que a guerra dizimou boa parte da população, especialmente os homens em idade adulta (WHIGHAM, 2002, p. 299). Esse trauma tornou-se elemento central da identidade paraguaia. Solano López, inicialmente visto como responsável pela catástrofe, foi reabilitado como herói nacional. Desde o início do século XX, sua figura foi ressignificada como mártir da pátria, símbolo de resistência contra o imperialismo. O “*Día de los Héroes*”, celebrado em 1º de março, consagra essa memória.

No Brasil, a memória da guerra foi utilizada para fortalecer a monarquia e, posteriormente, a República. Durante o Império, a vitória foi narrada como prova da legitimidade da Casa de Bragança e da força unificadora do Estado. A guerra foi incorporada ao repertório patriótico por meio de monumentos, cerimônias e pela literatura memorialista. Carvalho (1980) assinala que “o Exército saiu da guerra como instituição fortalecida, passando a reivindicar papel central na política nacional” (CARVALHO, 1980, p. 43). A experiência militar tornou-se mito fundador da identidade republicana, em continuidade à narrativa imperial.

O Exército brasileiro, em particular, apropriou-se da memória da guerra para construir sua própria tradição. A vitória em campo de batalha foi evocada como prova da disciplina, da coragem e da capacidade de organização da corporação. Essa memória seria constantemente atualizada no século XX, sobretudo durante a ditadura militar, quando o Exército voltou a reivindicar-se como herdeiro da epopeia paraguaia. O conflito, portanto, ultrapassou o século XIX e continuou a alimentar o imaginário político brasileiro.

Na Argentina, a memória da guerra foi mais ambígua. Embora o país tenha participado como aliado da Tríplice Aliança, o conflito também foi visto como imposição de Buenos Aires sobre as províncias, reforçando tensões internas. A vitória contra López, ainda que importante, não se tornou mito fundador com a mesma intensidade que no Paraguai ou no Brasil.

A memória coletiva da guerra também se cristalizou em representações culturais. No Brasil, a literatura de Taunay e a pintura histórica de Pedro Américo ajudaram a fixar imagens heroicas do conflito. No Paraguai, a oralidade e os rituais cívicos reforçaram a ideia de sacrifício nacional. Na Argentina, o tema teve menos ressonância cultural, mas permaneceu como referência política. Essas diferentes expressões mostram que a guerra foi reelaborada em registros distintos, conforme a sensibilidade de cada sociedade.

É importante destacar que essa memória não foi estática. Ao longo do século XX, novos contextos políticos produziram novas interpretações. No Paraguai, a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) exaltou Solano López como herói máximo, utilizando sua figura para legitimar o regime autoritário. No Brasil, o revisionismo dos anos 1970 questionou a versão oficial e apresentou a guerra como genocídio contra o povo paraguaio. Cada regime e cada geração releu a guerra à sua maneira, confirmando a tese de Halbwachs sobre a reconstrução contínua da memória coletiva.

Esse peso da guerra na memória também explica por que ela permanece como campo privilegiado da historiografia. A disputa por interpretações não é apenas acadêmica: envolve identidades nacionais, legitimidade política e representações culturais. Como afirma Reis (2000), “a história nacional é sempre campo de batalha simbólico”. No caso da Guerra do Paraguai, essa batalha simbólica é tão intensa quanto o próprio conflito militar.

A identidade nacional, nesses três países, foi moldada por diferentes apropriações da guerra. No Paraguai, como sobrevivência heroica diante da destruição. No Brasil, como triunfo militar que consolidou o Estado. Na Argentina, como episódio ambíguo de centralização. Essas diferenças mostram que a memória não é simples reflexo dos fatos, mas resultado de processos de seleção e interpretação. Cada país escolheu o que lembrar e o que esquecer, construindo narrativas convenientes ao seu projeto político.

Assim, a Guerra do Paraguai permanece viva não apenas nas bibliotecas e arquivos, mas também nas ruas, nos monumentos e nas celebrações cívicas. Ela é parte constitutiva da identidade de Brasil, Paraguai e Argentina, em registros distintos e até opostos. É justamente essa dimensão simbólica que torna o tema inesgotável, sempre aberto a novas interpretações e disputas. Ao concluir esta primeira parte, fica evidente que compreender a guerra significa também compreender como as nações sul-americanas elaboraram sua própria memória coletiva.

1.3.3 A guerra como um “laboratório” para analisar relações internacionais, imperialismo, escravidão e identidade latino-americana

A Guerra do Paraguai, pela sua escala e complexidade, pode ser considerada um verdadeiro “laboratório histórico”. Nela se cruzaram dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais que permitem observar, em detalhe, processos fundamentais da América Latina no século XIX. Ao mesmo tempo em que foi um conflito militar de grandes proporções, tornou-se também um espaço privilegiado para analisar questões estruturais, como as relações internacionais no Prata, o impacto do imperialismo, a persistência da escravidão e a construção das identidades nacionais.

Do ponto de vista das relações internacionais, a guerra revelou as tensões da Bacia do Prata, região estratégica pela navegação dos rios e pelas conexões comerciais. Brasil, Argentina e Uruguai formaram a Tríplice Aliança para enfrentar o Paraguai, numa articulação política que evidenciou tanto a cooperação quanto as rivalidades entre os vizinhos. Como observa Doratioto, “o conflito não pode ser entendido fora do contexto de formação dos Estados nacionais no Cone Sul” (DORATIOTO, 2002, p. 63). Assim, o estudo da guerra ilumina as dinâmicas diplomáticas, os equilíbrios de poder e as fragilidades das alianças no espaço platino.

O imperialismo europeu, especialmente britânico, também é um tema que encontra na guerra terreno fértil para análise. Embora a historiografia acadêmica mais recente, como a de Doratioto, relativize a ideia de uma conspiração britânica, não há dúvida de que a Inglaterra tinha interesses econômicos relevantes na região. Chiavenato chegou a afirmar que “o genocídio do povo paraguaio foi obra direta dos interesses do capitalismo inglês” (CHIAVENATO, 1979, p. 52). Ainda que essa tese seja considerada exagerada e panfletária, ela mostra como o conflito foi interpretado à luz das relações entre a América Latina e o sistema capitalista internacional em formação.

A escravidão é outro aspecto decisivo que pode ser observado a partir da guerra. O Brasil, ainda monarquia escravocrata, enviou milhares de escravizados às frentes de batalha, prometendo-lhes alforria em troca do serviço. Esse processo evidenciou tanto as contradições do Império quanto a centralidade da escravidão em sua estrutura social. Como destacou Salles (1990) “a Guerra do Paraguai foi, para os escravos brasileiros, momento de ruptura e de expectativa, ao abrir a possibilidade da liberdade por meio da participação militar” (SALLES, 1990, p. 117). Assim, o conflito se articula diretamente à história da escravidão e da abolição.

Além da escravidão, a guerra trouxe à tona a participação de setores sociais marginalizados. Mulheres paraguaias desempenharam papéis fundamentais, seja na retaguarda, seja no esforço de reconstrução nacional após a derrota. A memória coletiva paraguaia exaltou as “*Las Residentas*”, símbolo do sacrifício feminino pela pátria. Estudos recentes, como os de Mota Rocha (2005), têm mostrado como a

guerra permite analisar o impacto da violência e da mobilização em grupos sociais antes invisíveis para a historiografia tradicional.

Do ponto de vista da identidade latino-americana, a guerra ofereceu um espelho contraditório. Para uns, representou a solidariedade regional contra um inimigo comum; para outros, simbolizou a fragmentação e a rivalidade entre países vizinhos. A imagem do Paraguai como nação mártir, difundida pelo revisionismo, fortaleceu um sentimento de solidariedade latino-americana frente ao imperialismo. Ao mesmo tempo, a vitória da Tríplice Aliança reforçou as assimetrias de poder regionais, com o Brasil emergindo como potência hegemônica.

Esse caráter de laboratório também se expressa na disputa historiográfica. Cada geração, ao analisar a guerra, privilegiou um desses aspectos, seja as relações internacionais, seja o imperialismo, a escravidão ou a identidade nacional. O conflito tornou-se campo de experimentação de diferentes abordagens historiográficas, refletindo as transformações do pensamento histórico. A multiplicidade de leituras confirma que a guerra é um objeto inesgotável, capaz de dialogar com diferentes agendas intelectuais.

Essa multiplicidade de abordagens não se limita a diferenças interpretativas, mas expressa um verdadeiro *conflito epistêmico de campo*. Ao analisar a Guerra do Paraguai, cada tradição historiográfica disputa a legitimidade dos métodos, dos critérios de verdade e do modo de narrar o passado, reivindicando autoridade sobre o que deve ser considerado conhecimento válido. Taunay invoca a experiência militar e a memória imperial como fundamento de sua narrativa; Chiavenato mobiliza a denúncia política como contraponto crítico; Doratioto reivindica a primazia do documento como garantia de rigor. A guerra torna-se, assim, um espaço de concorrência epistemológica no qual se confrontam diferentes regimes de historicidade, cada qual tentando instituir a sua própria versão como a mais convincente.

A guerra também permite analisar os limites da modernização na América Latina. Enquanto o Brasil buscava afirmar-se como monarquia civilizadora, o Paraguai era apresentado, por alguns revisionistas, como modelo alternativo de desenvolvimento. Essa tensão revela como o conflito foi mais do que confronto bélico: foi também choque de projetos de nação. Como sintetiza Whigham, “a Guerra do Paraguai foi ao mesmo tempo tragédia militar e encruzilhada de modernizações incompletas” (WHIGHAM, 2002, p. 14)

Ao ser estudada como laboratório, a Guerra deixa de ser vista apenas como episódio isolado do século XIX e passa a ser interpretada como chave para compreender questões estruturais da América Latina. Relações internacionais, imperialismo, escravidão e identidade se cruzam nesse conflito, oferecendo ao historiador múltiplas portas de entrada. Essa riqueza de perspectivas explica por que a guerra permanece como campo privilegiado de disputas historiográficas.

Assim, encerrar a primeira parte deste livro destacando a guerra como laboratório é reafirmar que o passado não se reduz a batalhas e datas, mas se abre para a análise de processos mais amplos. A Guerra do Paraguai é, ao mesmo tempo, evento singular e espelho de fenômenos latino-americanos. É por isso que,

ao avançarmos para a segunda parte, veremos como Taunay, Chiavenato e Doratioto elaboraram visões tão distintas sobre o mesmo conflito, cada uma enfatizando dimensões diferentes desse vasto laboratório histórico.

PARTE II -

TRÊS VISÕES DA GUERRA DO PARAGUAI



2.1 O MILITAR, MEMORIALISTA E LITERATO

Alfredo d'Escagnolle Taunay (1843–1899), mais tarde Visconde de Taunay, é uma das figuras centrais na construção da memória da Guerra do Paraguai. Sua importância decorre não apenas de sua condição de militar participante do conflito, mas também de seu trabalho como memorialista e literato. Essa tríplice dimensão, o homem de armas, o escritor de memórias e o autor de literatura romântica, confere às suas obras um lugar singular, situado entre a narrativa histórica e a criação artística.

Taunay participou diretamente da guerra como engenheiro militar do Exército Imperial. Sua formação na Escola Militar do Rio de Janeiro, com ênfase em matemática e engenharia, forneceu-lhe instrumentos técnicos para observar e registrar os acontecimentos. A experiência de campo marcou profundamente sua trajetória. Ele acompanhou tropas em condições extremas, vivenciou marchas extenuantes e presenciou derrotas traumáticas, como a célebre Retirada da Laguna, ocorrida em 1867, na região do atual Mato Grosso do Sul. Esse episódio se tornaria o núcleo de sua obra mais conhecida.

Sua posição como militar conferiu-lhe autoridade testemunhal. Em *A Retirada da Laguna*, publicado em 1871, Taunay registrou em detalhes os sofrimentos da tropa, a precariedade das condições sanitárias, a fome, as doenças e a coragem dos soldados. “A fome era tamanha que se disputavam raízes, e até couros velhos eram fervidos para servir de alimento” (TAUNAY, 1871, p. 97). Essa narrativa, de tom dramático e realista, transformou a experiência militar em memória literária, articulando vivência pessoal e construção épica.

Seus Diários de Campanha, publicados em diferentes momentos, constituem registros quase imediatos dos acontecimentos vividos. Neles, o autor deixou impressões cotidianas, descrições geográficas e relatos pessoais que, posteriormente, serviram de base para suas obras literárias. Essa condição de testemunha direta conferiu à sua escrita um estatuto ambíguo: de um lado, documento histórico; de outro, narrativa marcada pela subjetividade e pelo estilo literário.

Sua faceta de literato se expressa não apenas na *Retirada da Laguna*, mas também em romances como *Inocência* (1872), considerado um dos marcos do regionalismo romântico. O talento literário de Taunay permitiu que sua narrativa sobre a guerra transcendesse o relato militar e se transformasse em obra literária de grande impacto. Como observa Carvalho, “Taunay soube converter o trauma da derrota em símbolo de bravura nacional, utilizando os recursos da literatura romântica” (CARVALHO, 1980, p. 63).

Além disso, foi *homem de letras* e ciência, ativo no (IHGB) e em outras instituições culturais. Sua trajetória intelectual reflete o ideal do século XIX de que o militar ilustrado deveria contribuir para a construção da identidade nacional. O testemunho da guerra foi, nesse sentido, também um ato político e cultural, inserido em um projeto mais amplo de afirmação do Brasil imperial.

Sua importância como literato e memorialista não pode ser dissociada de sua condição social. Filho de família aristocrática de origem francesa, sua escrita reflete tanto a visão de mundo da elite imperial

quanto os valores do romantismo europeu. Essa posição influenciou a maneira como representou o conflito: a pátria, o sacrifício, a glória e a disciplina aparecem como valores centrais, em sintonia com o nacionalismo do período. Sua obra também revela a tensão entre experiência individual e construção coletiva da memória. Ao narrar a guerra, ele não apenas registrou o que viu, mas também contribuiu para cristalizar uma versão oficial, que exaltava o heroísmo brasileiro e legitimava a monarquia. Como lembra Doratioto, “a narrativa de Taunay reforçou o imaginário patriótico do Império, transformando sofrimento em símbolo de grandeza” (DORATIOTO, p. 121).

Nesse sentido, Taunay deve ser lido não apenas como testemunha ocular, mas como produtor de uma memória específica, vinculada ao lugar social que ocupava e às expectativas de sua época. Sua condição de militar, memorialista e literato faz dele uma figura híbrida, cujas obras oscilam entre documento histórico e construção literária. Esse caráter ambíguo é precisamente o que torna sua contribuição tão rica para a compreensão da Guerra do Paraguai.

Ao iniciarmos a análise de sua visão, é fundamental reconhecer essa tríplice identidade. O militar fornece autoridade; o memorialista, proximidade temporal; o literato, densidade narrativa. Juntos, esses elementos explicam por que sua obra continua a ser referência para a memória da guerra, mesmo quando questionada pela historiografia posterior. Ele transmite, em sua escrita, a fusão entre vivência e representação, entre história e literatura, entre testemunho e mito.

2.1.1 Trajetória militar de Taunay: sua participação direta na Guerra do Paraguai como oficial do Exército Imperial

Taunay nasceu no Rio de Janeiro em 1843, em uma família da elite imperial de origem francesa. Seu pai, Félix Taunay, foi renomado pintor e diretor da Academia Imperial de Belas Artes, o que lhe garantiu uma educação refinada e acesso a círculos intelectuais do Rio de Janeiro oitocentista. Apesar dessa formação artística, Alfredo optou pela carreira militar, matriculando-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, onde se destacou nos estudos de matemática, engenharia e ciências naturais. Esse percurso seria decisivo para sua atuação na Guerra do Paraguai, pois o preparou para servir como engenheiro militar em campo.

Quando a guerra estourou em 1864, Taunay já integrava o Exército Imperial. Em 1865, foi incorporado à expedição enviada a Mato Grosso, com a missão de enfrentar as tropas paraguaias que haviam invadido a província. Ali, iniciou sua experiência direta no conflito, vivenciando a dureza da logística militar em territórios distantes e de difícil acesso. Sua formação técnica foi essencial para auxiliar na abertura de caminhos, na construção de acampamentos e na organização de operações em áreas inóspitas.

Sua participação mais célebre de ocorreu em 1867, durante a chamada *Retirada da Laguna*, uma das campanhas mais dramáticas da guerra. Designado como engenheiro, acompanhou a coluna comandada por Carlos de Moraes Camisão, que avançou em território paraguaio, mas foi obrigada a recuar diante das

dificuldades de abastecimento e da resistência inimiga. A experiência foi marcada por fome, doenças tropicais e exaustão dos soldados. Taunay, como oficial, teve papel de liderança técnica e testemunhou de perto a tragédia vivida pelas tropas imperiais.

O impacto dessa experiência foi tão profundo que se tornou o núcleo de sua obra mais conhecida, *A Retirada da Laguna* (1871). O livro, publicado poucos anos após o fim do conflito, baseou-se em suas anotações de campanha e em observações pessoais. Nele, o autor descreveu com intensidade o sofrimento das tropas: “A fome era tão atroz que se disputavam raízes e couros velhos, fervidos em longas horas, serviam de alimento” (TAUNAY, 1871, p. 97). Esse relato, ainda que literário, tem valor de testemunho e marcou a memória da guerra no Brasil.

Como engenheiro militar, não se limitou a funções técnicas. Sua posição permitiu-lhe observar de maneira privilegiada a organização do Exército, a disciplina das tropas e a condução das operações. Essa condição conferiu-lhe um olhar específico, que combinava a objetividade da engenharia com a sensibilidade do escritor. Em seus diários, relatou não apenas os aspectos militares, mas também a geografia, a fauna, a flora e as condições climáticas da região, revelando uma atenção científica que ampliava sua visão da guerra.

O fato de ter vivido diretamente a experiência de combate conferiu a ele uma autoridade que outros escritores da época não possuíam. Sua narrativa não era uma reconstrução distante, mas o registro de quem havia marchado, sofrido e lutado ao lado das tropas. Isso explica a força de sua escrita e o impacto de suas obras, que se tornaram documentos híbridos, ao mesmo tempo testemunhos militares e produções literárias. Na observação Carvalho, “Taunay foi capaz de converter a experiência pessoal em patrimônio coletivo, transformando o trauma em símbolo nacional” (CARVALHO, 1980, p. 63).

Sua trajetória militar durante a guerra foi relativamente breve em comparação a outros oficiais, mas suficiente para marcar sua vida. Após a Retirada da Laguna, foi transferido para outras funções e não voltou a participar diretamente das grandes batalhas no Paraguai. No entanto, a intensidade do episódio vivido garantiu-lhe um lugar de destaque entre os memorialistas do conflito. Ele mesmo reconheceu o peso dessa experiência, afirmando que “jamais poderia esquecer as provações de Mato Grosso” (TAUNAY, 1871, p. 11).

Sua participação como oficial do Exército Imperial também deve ser vista à luz do projeto do Império brasileiro. Sua obra não foi apenas relato pessoal, mas também parte de uma narrativa nacional que buscava exaltar a bravura dos soldados e a legitimidade da causa imperial. Ao narrar a guerra, contribuiu para a consolidação da memória oficial, colocando sua experiência individual a serviço de uma interpretação patriótica e monárquica do conflito.

Ao mesmo tempo, sua condição de literato deu-lhe recursos para transformar a vivência em obra que ultrapassava os limites do relato militar. *A Retirada da Laguna* não é apenas memória de guerra: é

também literatura romântica, com descrições que reforçam a dramaticidade da experiência. Essa mescla entre testemunho e estilo literário tornou sua obra um clássico, lida não apenas como documento histórico, mas como expressão da cultura do século XIX.

A trajetória militar desse autor, marcada por sua participação direta na Guerra do Paraguai como engenheiro do Exército Imperial, constitui elemento fundamental para compreender sua produção historiográfica e literária. Ele foi, ao mesmo tempo, protagonista e narrador da guerra, testemunha e intérprete, militar e literato. Essa condição única explica por que sua visão permanece referência incontornável quando se trata da memória do conflito.

A sua formação como engenheiro militar foi determinante para o olhar que lançou sobre a Guerra. Formado na Escola Militar do Rio de Janeiro, onde cursou matemática, ciências naturais e engenharia, ele adquiriu uma visão analítica e meticulosa, que se refletiria em seus escritos. Sua função no Exército não se limitava ao combate: cabia-lhe planejar marchas, levantar mapas, construir acampamentos e observar o terreno. Esse papel técnico deu-lhe oportunidade de perceber aspectos do conflito que escapavam ao olhar dos combatentes comuns, transformando-o em um observador privilegiado da realidade da guerra.

Durante a expedição ao Mato Grosso, registrou, em seus diários, detalhes minuciosos da geografia e do ambiente natural. Descreveu rios, serras, campos e florestas com precisão quase científica, mas sempre com um traço literário. Essa dupla dimensão, o engenheiro atento e o escritor sensível, faz de sua obra um testemunho único. “O calor era sufocante, e as águas lodacentas dos brejos tornavam-se foco de enfermidades” (TAUNAY, 1871, p. 46), escreveu, mostrando não apenas a paisagem, mas as consequências concretas para a saúde da tropa.

Seu olhar de engenheiro também se manifestava na atenção às dificuldades logísticas da guerra. Em sua obra, há páginas inteiras dedicadas à descrição das dificuldades de transporte, à falta de suprimentos e à precariedade dos caminhos. Ele observava os problemas estruturais que comprometiam a campanha, revelando consciência de que a guerra não se decidia apenas nas batalhas, mas também na organização material das tropas. “Sem víveres, sem remédios, sem estradas, o exército marchava ao sabor da fome e da doença” (TAUNAY, 1871, p. 112).

O papel de observador que assumiu foi, em parte, consequência de sua posição social e de sua formação. Como oficial engenheiro, ele tinha acesso aos comandos, participava do planejamento das operações e, ao mesmo tempo, circulava entre os soldados, testemunhando seu sofrimento. Essa condição de intermediário lhe permitiu construir uma narrativa que transitava entre a visão estratégica e a experiência cotidiana. É por isso que suas obras oferecem ao leitor tanto a dimensão militar quanto a humana da guerra.

O caráter de observação atenta também se expressa na forma como descreveu a natureza. Em diversos trechos de seus diários e de *A Retirada da Laguna*, a paisagem não aparece apenas como cenário, mas como personagem ativa do drama vivido pelas tropas. O calor sufocante, as chuvas incessantes, os

pântanos e as doenças tropicais eram obstáculos tão desafiadores quanto o inimigo paraguaio. Essa percepção mostra sua sensibilidade em compreender a guerra em suas múltiplas dimensões, ultrapassando o relato puramente bélico.

Sua vocação de literato converteu essas observações em narrativa envolvente. Ao transformar anotações de campo em literatura, deu vida à experiência de guerra, elevando-a a símbolo nacional. O engenheiro tornou-se escritor, e o observador se fez intérprete. Essa transição é evidente quando se compara a objetividade de seus diários com o tom dramático de sua obra, que combina fidelidade factual e elaboração literária.

O fato de ser engenheiro e observador fez dele um autor que enxergava a guerra como processo complexo, marcado por variáveis técnicas, humanas e naturais. Sua obra não se limita a narrar confrontos armados: ela revela como a guerra depende de logística, de meio ambiente e da resistência física e moral das tropas. Esse olhar ampliado é resultado direto de sua formação e de sua experiência em campo.

A observação meticulosa foi também instrumento de legitimação. Ao narrar em detalhes as dificuldades enfrentadas, ele reforçava a imagem de heroísmo dos soldados e da legitimidade da causa imperial. Sua narrativa, embora sensível ao sofrimento humano, inscrevia-se no projeto de construir uma memória patriótica. “Taunay soube transformar as proezas de Mato Grosso em monumento literário da bravura nacional” (CARVALHO, 1980, p. 61).

A experiência tácita foi fundamental para fornecer material às suas obras. De seus cadernos de campanha nasceram tanto registros documentais quanto matéria-prima para a literatura. Essa condição híbrida, técnica e literária, objetiva e subjetiva, explica por que sua obra ocupa um lugar singular na historiografia da Guerra do Paraguai. Ele não foi apenas um soldado que escreveu, mas alguém que observou, registrou e, depois, transfigurou sua experiência em narrativa nacional.

Dessa forma, compreender a faceta de Taunay, é reconhecer a base sobre a qual se ergue sua produção. Foi desse olhar atento, ao mesmo tempo técnico e poético, que nasceram as obras que marcaram a memória brasileira da guerra. Ele soube ver onde outros apenas passaram, e soube narrar onde outros apenas sofreram. Essa síntese entre observação e literatura é a chave de sua contribuição à memória do conflito.

A dimensão memorialista da obra, é um dos elementos que mais contribuem para sua singularidade na historiografia da Guerra. Seus Diários de Campanha, escritos durante e logo após as operações militares, representam um registro quase imediato dos acontecimentos vividos. Essa proximidade temporal confere autenticidade às suas descrições, ainda que permeadas pela subjetividade do autor. Diferentemente das obras literárias publicadas anos depois, os diários guardam a espontaneidade e a crueza da experiência vivida no front.

Ao mesmo tempo, os Diários de Campanha revelam a consciência sobre seu papel como narrador. Mesmo em anotações aparentemente simples, percebe-se sua preocupação em construir uma memória que pudesse servir à posteridade. “Se não fosse registrado, cairia no esquecimento o que sofremos por esta terra” (TAUNAY, 1867, p. 52), escreveu, sugerindo que a escrita era também um ato de preservação da experiência coletiva.

A função memorialista não deve ser confundida com neutralidade. Os diários refletem o lugar social do autor como oficial do Exército Imperial e como membro da elite letrada do Brasil. Isso se expressa na forma como representou os soldados como heróis abnegados e como descreveu o Império como força civilizadora. Ao mesmo tempo, há espaço para crítica e indignação diante das falhas logísticas e do sofrimento desnecessário, o que confere nuances à narrativa.

Os Diários também são ricos pela diversidade de observações que contêm. Taunay não se limitou a descrever batalhas: anotou impressões sobre a natureza, registrou expressões culturais dos soldados e comentou sobre a vida nas aldeias e povoados encontrados no caminho. Essa multiplicidade de registros mostra que, mesmo como memorialista, ele mantinha o olhar atento de engenheiro e literato, interessado em captar a totalidade da experiência.

A recepção dos Diários de Campanha mostra sua relevância para a historiografia. Embora não tenham tido a mesma difusão de *A Retirada da Laguna*, foram reconhecidos como fonte primária de grande valor. Historiadores posteriores utilizaram-nos para compreender não apenas os fatos da guerra, mas também a mentalidade de um oficial imperial em campo. Como observa Doratioto, “os diários de Taunay permitem acesso privilegiado ao cotidiano da tropa, revelando uma dimensão que a narrativa oficial procurava ocultar” (DORATIOTO, 2002, p. 119).

Do ponto de vista literário, os diários oferecem uma escrita menos elaborada, porém mais autêntica. Eles mostram o processo de transformação da experiência bruta em narrativa literária. O que ali aparece como anotação breve ou desabafo, se converte em cena dramática ou em metáfora patriótica. A escrita memorialista também dialoga com a tradição do século XIX, em que a guerra era frequentemente registrada por testemunhas diretas, em diários, cartas e memórias. Nesse sentido, ele insere-se em um gênero que combinava relato pessoal, observação histórica e intenção política. Ao mesmo tempo, sua obra se destaca pela sensibilidade e pela profundidade com que captou o drama humano da guerra.

Os Diários de Campanha são mais do que registros pessoais: são documentos híbridos que se situam entre a história e a literatura, entre a memória individual e a memória nacional. O autor ofereceu um testemunho imediato que, mais tarde, se transformaria em narrativa épica. É essa dupla dimensão, testemunho e elaboração, que faz de sua obra referência indispensável para compreender tanto a experiência da guerra quanto sua representação na cultura brasileira do século XIX.

Sua obra deve ser compreendida não apenas como testemunho militar ou memória histórica, mas também como produção literária vinculada ao romantismo brasileiro do século XIX. Tal premissa evidencia-se sobretudo na construção dramática das cenas. Os soldados não são apenas combatentes fatigados, mas personagens heroicos, envolvidos em um destino trágico. Em uma passagem emblemática, ele escreve: “Muitos, não podendo mais andar, caíam à beira da estrada e ficavam entregues à morte certa” (TAUNAY, 1871, p. 105). Essa descrição ultrapassa o relato objetivo, conferindo ao episódio tom de epopeia, em que a dor é sublimada como sacrifício pela pátria.

Outro traço romântico é a valorização da natureza como força quase mítica. A paisagem do Mato Grosso aparece não apenas como cenário, mas como elemento ativo, ora hostil, ora grandioso. “Os campos alagados transformavam-se em armadilhas traiçoeiras, onde homens e animais sucumbiam lentamente” (TAUNAY, 1871, p. 73). Essa concepção da natureza como personagem reforça a dramaticidade da narrativa, em sintonia com o imaginário romântico que exaltava o sublime e o trágico.

A experiência pessoal é a base documental da obra, mas é o estilo literário que confere impacto à narrativa. O que nos diários aparecia como anotação fragmentada, surge transformado em prosa fluida, carregada de imagens e metáforas. O autor, ao reconstruir os acontecimentos, não se limita à objetividade: insere emoção, ritmo e *pathos*, aproximando-se mais do romance do que do relatório militar.

Além de *A Retirada da Laguna*, Taunay produziu outros textos literários que dialogam com sua experiência de guerra. Seu romance *Inocência* (1872), embora de temática regionalista, revela a mesma atenção à paisagem e à vida sertaneja que encontramos em sua narrativa de guerra. Essa coerência estilística mostra como a experiência militar alimentou seu projeto literário mais amplo, no qual a observação da realidade se combinava à sensibilidade romântica.

É importante notar que a dimensão literária não elimina o valor histórico da obra. Ao contrário, a prosa romântica permite compreender como os contemporâneos representaram a guerra. A história não está apenas nos fatos, mas também nas formas de narrá-los. O romantismo, nesse caso, é chave para interpretar a visão imperial sobre o conflito, em que a derrota se converte em símbolo de heroísmo.

O literato romântico, portanto, não pode ser separado do militar e do memorialista. Essas dimensões se entrelaçam. O oficial fornece a experiência; o memorialista, o registro imediato; o literato, a transfiguração estética. Essa tríplice identidade explica por que sua obra atravessou o tempo, permanecendo como referência para historiadores e críticos literários. Ao unir experiência pessoal e estilo romântico, Taunay legou ao Brasil uma narrativa que é, ao mesmo tempo, memória da guerra e peça literária. *A Retirada da Laguna* exemplifica como a literatura pode se tornar instrumento de construção da memória coletiva, transformando o sofrimento em epopeia e o trauma em identidade. Essa dimensão será essencial para entendermos, mais adiante, como a obra cristalizou a visão oficial do Império sobre a Guerra do Paraguai.

2.1.2 O homem de letras e de ciência: atuação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na vida política

A trajetória de Taunay não se esgota em sua experiência como militar e literato. Ele também foi figura ativa no campo intelectual e político do Brasil do século XIX, integrando-se à vida pública como homem de letras e de ciência. Sua atuação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sua produção literária diversificada e sua participação na política imperial revelam a amplitude de sua contribuição para a cultura e a memória do país.

O IHGB, fundado em 1838, tinha como objetivo central a construção de uma narrativa histórica que legitimasse o Império e consolidasse a identidade nacional. Tornou-se membro da instituição e, nesse espaço, encontrou ambiente propício para articular sua experiência militar à produção intelectual. O Instituto valorizava testemunhos e memórias de guerra, entendendo-os como fontes fundamentais para a escrita da história nacional. Nesse sentido, sua presença reforçava a ligação entre história, literatura e patriotismo.

Sua participação no IHGB não foi apenas formal. Ele contribuiu ativamente com relatórios, comunicações e textos que buscavam inscrever a Guerra do Paraguai na narrativa oficial do Brasil. Como observa Schwarcz, “o IHGB funcionava como arena de legitimação do Império, selecionando memórias e documentos que servissem ao projeto monárquico” (SCHWARCZ, 1993, p. 119). Ao transformar sua vivência em relato literário e científico, alinhava-se a esse esforço de construção da memória nacional.

Paralelamente à carreira intelectual, também se envolveu diretamente na vida política. Foi eleito deputado geral, ocupou cargos administrativos e, posteriormente, foi nomeado senador vitalício. Sua presença no Parlamento reforçava a relação entre elites letradas e poder político, típica do Brasil imperial. Ao atuar na política, colocou sua experiência de guerra e sua produção intelectual a serviço da monarquia, legitimando-a como defensora da unidade nacional.

A concessão do título de Visconde, em 1889, pouco antes da queda do Império, simboliza o reconhecimento oficial de sua trajetória. Como literato, memorialista e político, encarnava os valores que a monarquia buscava afirmar: disciplina, patriotismo, erudição e compromisso com a pátria. Sua figura foi, portanto, não apenas de intelectual independente, mas também de representante da ordem imperial.

É importante observar que essa dimensão pública de Taunay reforça o caráter híbrido de sua obra. Seus relatos de guerra não eram apenas fruto da experiência pessoal, mas também instrumentos de legitimação política e cultural. Ao narrar a bravura dos soldados e a legitimidade da causa imperial, ele contribuía para o projeto do IHGB e para o fortalecimento do Estado. “A memória de Taunay é inseparável de sua função de homem público do Império” (DORATIOTO, 2002, p. 123).

Sua atuação como *homem de letras* e de ciência também ajuda a explicar a longevidade de sua obra. Não se tratava apenas de testemunho de guerra, mas de produção integrada a instituições de prestígio e a

projetos nacionais. Por isso, sua obra não é apenas lembrada como documento histórico, mas como peça literária e política que atravessou o tempo.

Seu legado, no entanto, não se reduz à função política de sua obra. Ele também deixou contribuição para a literatura brasileira, ao mostrar que a experiência histórica podia ser matéria-prima para a criação literária. Seu estilo romântico, marcado pela dramaticidade e pela valorização da natureza, fez de seus escritos e sua obra não apenas um documento histórico, mas um clássico da prosa nacional.

Taunay deixou ao Brasil e à América do Sul uma herança complexa: testemunho de guerra, literatura romântica e construção de memória nacional. Seu legado é, ao mesmo tempo, documento e mito, história e literatura, lembrança e interpretação. Ao reconhecê-lo como testemunha e intérprete, percebemos que sua obra não encerra a guerra, mas abre caminho para sua permanente disputa no campo da memória e da historiografia.

2.2 O PATRIOTISMO, A EXPERIÊNCIA DE CAMPO E A NARRATIVA DO VENCEDOR

2.2.1 Patriotismo, disciplina e narrativa do vencedor

A escrita de Taunay sobre a Guerra do Paraguai está profundamente marcada por um patriotismo que corresponde ao horizonte político e intelectual do século XIX. Oficial do Exército Imperial, engenheiro e homem de letras ligado ao círculo de D. Pedro II, ele transforma a experiência da campanha em Mato Grosso não apenas em testemunho de campo, mas em instrumento de legitimação do Império brasileiro. O Exército aparece como guardião da pátria, enquanto a monarquia surge como poder legítimo e civilizador, encarregado de conduzir o país em meio à guerra.

Em *A Retirada da Laguna*, a fome, as doenças e o esgotamento físico não são apresentados como sinais de fracasso militar, mas como provas de bravura e disciplina. A coluna, desfalecida, continua a marchar “sustentada pela ideia de servir ao Brasil” (TAUNAY, 1871, p. 119). Essa operação narrativa converte a dor em virtude e a retirada em vitória moral: “a coluna arrastava-se, desfalecida, mas sem jamais perder a dignidade de quem luta pela pátria” (TAUNAY, 1871, p. 89). O sacrifício coletivo é elevado a evidência de fidelidade à pátria e à monarquia, reforçando a imagem de um Exército coeso, disciplinado e moralmente superior.

A disciplina, reiteradamente sublinhada, adquire valor ético e político. Mesmo em meio à fome e ao cansaço, “seguiram a marcha em silêncio, guardando a compostura própria de quem sabe que luta pela pátria” (TAUNAY, 1871, p. 89). Ao narrar soldados que tombam de exaustão sem “uma queixa que maculasse a honra de sua farda” (TAUNAY, 1871, p. 105), o autor inscreve o sacrifício no campo da glória, conferindo à morte em retirada o mesmo valor simbólico de uma vitória em combate. A derrota material é recodificada como triunfo do espírito; a retirada, como mito fundacional de coragem nacional. Taunay

converteu um episódio de fracasso em símbolo de heroísmo, em sintonia com o discurso monárquico do período.

Essa narrativa do vencedor se articula à necessidade de legitimar o Estado imperial diante da sociedade. A monarquia aparece como fonte de estabilidade e como poder moral que sustenta o esforço de guerra. Mesmo distante do *front*, o imperador é evocado como presença tutelar, “encarnando” a pátria que acompanha os combatentes “em cada passo” (TAUNAY, 1871, p. 54). O Exército, por sua vez, é apresentado como braço armado dessa monarquia legitimadora: a disciplina e a fidelidade dos soldados são narradas como reflexo da força moral do regime. Trono e farda constroem, juntos, a retórica de que “a derrota material não obscurece a vitória do espírito” (TAUNAY, 1871, p. 111).

Do ponto de vista literário, esse patriotismo se expressa por meio de recursos românticos que conferem tom épico ao relato. As cenas de sofrimento coletivo funcionam como provas de fogo para o caráter nacional; o sacrifício da tropa torna-se metáfora da força do Brasil. Sua obra aproxima-se, assim, de uma epopeia moderna em que o heroísmo não deriva da conquista de território, mas da capacidade de suportar a adversidade com dignidade. Carvalho (1980) lembra que a guerra foi incorporada como instrumento de legitimação do Estado imperial; a prosa de Taunay oferece um modelo literário acabado dessa operação, ao converter derrota em vitória simbólica e sacrifício em fundamento do patriotismo.

2.2.2 Experiência de campo e estética do sofrimento

A narrativa do visconde só pode ser compreendida à luz de sua experiência direta de campo. Diferentemente de autores que escreveram a partir de relatórios oficiais ou de informações de segunda mão, viveu a miséria, a fome e as doenças que devastaram a tropa brasileira na campanha do Mato Grosso. Essa vivência marcou profundamente sua escrita, conferindo-lhe autenticidade, dramaticidade e um *pathos* particular, que combina observação minuciosa e emoção literária.

Entre as privações mais recorrentes está a fome. O memorialista descreve em detalhes a escassez de alimentos e as improvisações que garantiam a sobrevivência da coluna: “a fome era tal que os homens disputavam raízes, e até couros de animais eram cozidos e mastigados com esforço” (TAUNAY, 1871, p. 97). A degradação extrema do cotidiano não é apenas registrada como dado empírico, mas transformada em recurso narrativo que intensifica a percepção do sacrifício. As doenças, malária, disenteria, febres tropicais, surgem como outro inimigo silencioso, “ceifando mais vidas do que os próprios combates” e compondo, à noite, “um quadro lúgubre e interminável” (TAUNAY, 1871, p. 44).

O esgotamento físico e psicológico das tropas também é representado com força. Marchas forçadas, ausência de descanso e condições climáticas adversas conduzem os soldados ao limite: “homens tombavam à beira da estrada, incapazes de dar mais um passo, e eram deixados para trás” (TAUNAY, 1871, p. 105). A guerra aparece menos como sucessão de batalhas decisivas e mais como cenário de lenta destruição, no

qual a vida se consome em pequenas renúncias e sofrimentos cotidianos. A dimensão subjetiva dessa vivência se explicita nas passagens em que o autor deixa transparecer angústia, compaixão e cansaço, sem abandonar o registro disciplinado do engenheiro e do oficial.

A natureza desempenha papel central na construção dessa estética do sofrimento. O território do Mato Grosso surge como obstáculo implacável: pântanos traiçoeiros, rios caudalosos, chuvas torrenciais, calor sufocante. “O sertão parecia conspirar contra a coluna, com seus pântanos traiçoeiros e florestas sem fim” (TAUNAY, 1871, p. 73). O ambiente natural converte-se em adversário silencioso, que se soma à fome e à doença para compor o cenário de uma tragédia nacional. Em muitos momentos, o verdadeiro inimigo não é o exército paraguaio, mas a própria condição humana diante da miséria e da hostilidade do território.

A experiência de campo, entretanto, não se limita a registrar horrores. Ela é elaborada literariamente de modo a reforçar a matriz patriótica da obra. Ao descrever privações que poderiam ser lidas apenas como fracasso logístico ou incompetência administrativa, Taunay as converte em matéria épica. A fome, a febre, o pântano e a morte são reorganizados como provas da coragem dos soldados e da grandeza da pátria. O testemunho direto funciona, assim, como base de uma estética do sacrifício que legitima a guerra e alimenta a construção da memória nacional.

Em obras posteriores, reaparecem ecos da dureza do sertão e da relação tensa entre homem e natureza. A experiência de guerra torna-se matriz de sua visão literária e histórica, definindo o tom de uma produção intelectual que transita entre o testemunho histórico e a construção ficcional. A escrita é, nesse sentido, produto direto das privações e horrores vividos em campo: ao transformar sofrimento em literatura e experiência em memória, ele legou ao Brasil um dos relatos mais influentes sobre a Guerra, situado no cruzamento entre documento e epopeia.

2.2.3 Civilização, tirania e memória imperial

Tal como já enfatizamos, patriotismo e a experiência de campo não esgotam a função histórica da obra. Sua narrativa se insere em um projeto mais amplo de construção da memória da guerra no século XIX, no qual o Brasil é apresentado como potência civilizadora e Solano López, como tirano responsável pelo martírio do Paraguai. Trata-se de uma leitura que dialoga diretamente com a historiografia imperial e com o papel do IHGB como instância de legitimação da versão oficial do conflito.

A Guerra do Paraguai ofereceu material privilegiado ao projeto do IHGB. Memórias de oficiais e relatórios de campanha foram valorizados como fontes e, ao mesmo tempo, como símbolos. Schwarcz (1993) descreve o Instituto como “máquina de memória”, encarregada de selecionar o que deveria ser lembrado e de apagar o que convinha relegar ao esquecimento. A obra de Taunay encaixou-se perfeitamente nesse dispositivo: ao transformar um episódio de derrota em epopeia de sacrifício, forneceu ao IHGB narrativa exemplar na qual o sofrimento é mais forte que a vergonha.

Nesse quadro, a representação do inimigo desempenha papel crucial. Solano López é construído como líder despótico e cruel, cuja “obstinação feroz arrastava ao martírio um povo inteiro” (TAUNAY, 1871, p. 141). A responsabilidade pela guerra é atribuída à ambição pessoal do ditador, personificação do mal político. Em contrapartida, o Brasil surge como potência ordenadora, empenhada em defender a liberdade das nações vizinhas e em garantir a civilização no Prata: “a causa brasileira era a causa da civilização contra a barbárie” (TAUNAY, 1871, p. 148). A distinção entre povo paraguaio e governante tirânico permite justificar a intervenção brasileira como missão libertadora, não como gesto de agressão.

Essa visão dual, tirania de um lado, civilização de outro, atende às necessidades políticas do Império. A guerra não é narrada apenas como conflito militar, mas como prova da missão histórica do Brasil no continente. O sacrifício dos soldados, convertido em metáfora da força moral da monarquia, sustenta a pretensão de que o país cumpria um papel civilizador na América do Sul.

A memória construída no século XIX também se caracteriza pelo contraste entre vencedores e vencidos. No Brasil, o conflito é inscrito como epopeia patriótica; no Paraguai, a derrota é reinterpretada como tragédia fundadora, na qual López aparece como mártir da pátria. Doratioto (2002) lembra que, para os paraguaios, a morte do ditador não representou desonra, mas ato supremo de fidelidade à nação. A mesma figura é demonizada em um lado da fronteira e sacralizada no outro, evidenciando o caráter disputado da memória histórica. A narrativa de Taunay é um dos veículos centrais da versão brasileira, na qual o Brasil se consolida como potência moral e o Paraguai como vítima de seu próprio governante.

O papel do IHGB, nesse processo, é decisivo. Ao acolher e difundir relatos, o Instituto converte memórias pessoais em patrimônio nacional e legitima a versão oficial da guerra. Schwarcz (1993) observa que a instituição transformava memórias em história, conferindo-lhes autoridade e estabilidade. *A Retirada da Laguna*, publicada em 1871 e traduzida para o francês em 1872, circulou amplamente e contribuiu para fixar a imagem da guerra como epopeia de sacrifício e da monarquia como guardiã da ordem. Essa memória atravessou a queda do Império e foi reaproveitada pela Primeira República, que herdou tanto o imaginário do soldado disciplinado quanto a ideia de um Brasil chamado a exercer liderança regional.

A construção da imagem do Brasil como potência civilizadora, ancorada na memória da guerra, acaba por reforçar o lugar do país na geopolítica do Prata. Doratioto (2002) destaca que o conflito marcou a consolidação do Brasil como principal força regional, capaz de impor sua vontade aos vizinhos. A prosa, ao narrar uma retirada como triunfo moral, fornece uma peça literária a esse processo de afirmação. A guerra, reorganizada como mito fundador, torna-se capítulo indispensável da imaginação patriótica do século XIX.

O patriotismo, a experiência de campo e a narrativa do vencedor se articulam, na obra, a um vasto projeto de construção da memória imperial. Não é apenas relato de campanha, mas texto em que se cruzam disciplina militar, estética do sofrimento e legitimação política. Ao transformar a derrota em epopeia, o

autor contribuiu para que a Guerra fosse incorporada ao repertório de mitos, heróis e símbolos que estruturaram a identidade nacional brasileira, ao mesmo tempo em que cristalizou, do lado vencedor, uma leitura da guerra que até hoje disputa espaço com outras memórias possíveis.

CAPÍTULO 3 – A VISÃO REVISIONISTA: JÚLIO JOSÉ CHIAVENATO

3.1 CONTEXTO POLÍTICO E IDEOLÓGICO DOS ANOS 1970

A interpretação de Júlio José Chiavenato sobre a Guerra do Paraguai não pode ser compreendida fora do ambiente político e intelectual da década de 1970. Escritor e jornalista, ele publicou *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai* em 1979, em meio ao regime militar brasileiro, quando a censura, a repressão política e o controle sobre a memória histórica marcavam profundamente a produção intelectual. Sua obra refletiu tanto a resistência à ditadura quanto a influência de correntes críticas internacionais, especialmente marxistas e anti-imperialistas.

O Brasil vivia, à época, um regime autoritário que valorizava o nacionalismo e buscava silenciar leituras críticas da história. Nesse cenário, se destacou ao propor uma narrativa que rompia com a versão oficial e acadêmica da guerra, questionando a legitimidade da intervenção brasileira e denunciando os interesses externos envolvidos. Seu livro dialogava com a juventude universitária, intelectuais de oposição e movimentos de esquerda que viam na história uma ferramenta de denúncia política.

A década de 1970 foi também momento de efervescência da crítica ao imperialismo. A teoria da dependência, difundida por intelectuais latino-americanos como Ruy Mauro Marini, Celso Furtado e Theotonio dos Santos, explicava o subdesenvolvimento da região como resultado da dominação econômica das potências centrais. Essa leitura forneceu ao autor uma chave interpretativa: o Paraguai teria sido vítima de uma conspiração internacional articulada pela Inglaterra, interessada em destruir um modelo autônomo de desenvolvimento.

Nesse ambiente, sua obra assumiu caráter abertamente militante. Sua linguagem acessível e panfletária tinha o objetivo de alcançar o grande público, em especial estudantes e trabalhadores engajados na luta contra a ditadura. “A guerra contra o Paraguai foi um genocídio, planejado para destruir uma nação livre e soberana” (CHIAVENATO, 1979, p. 23), afirmou, em tom de denúncia. O livro não buscava neutralidade acadêmica, mas intervenção política.

O clima ideológico dos anos 1970 também favoreceu a reinterpretação de figuras históricas. Solano López, até então visto pela tradição brasileira como ditador despótico, foi ressignificado como herói popular e símbolo da resistência latino-americana contra o imperialismo. Essa operação historiográfica atendia ao desejo de construir identidades alternativas, em que os vencidos da história fossem transformados em protagonistas.

A denúncia da guerra como “genocídio” também se relacionava com a experiência contemporânea da repressão política. O uso da palavra remetia ao massacre de populações indefesas e ecoava as denúncias feitas contra as ditaduras latino-americanas que, naquele período, perseguiam e eliminavam opositores. A analogia entre passado e presente reforçava a função política da obra: fazer da memória da Guerra um espelho da violência do Estado ditatorial.

A circulação da obra foi intensa, sobretudo em ambientes universitários e de oposição. Sua linguagem direta, somada ao baixo custo editorial, fez da obra um sucesso entre jovens que buscavam leituras críticas e alternativas. “A repercussão da obra foi enorme, não por seu rigor, mas por oferecer à geração dos anos 1970 um instrumento de contestação da história oficial” (DORATIOTO, 2002, p. 27)

É importante destacar que esse contexto também explica as fragilidades metodológicas do livro. Ao priorizar a denúncia política, recorreu mais a fontes secundárias e a construções ideológicas do que a pesquisa documental sistemática. Essa opção não deve ser entendida apenas como falha, mas como escolha coerente com o papel que a obra buscava cumprir: intervir no debate público e oferecer uma memória alternativa ao discurso oficial.

No conjunto, a década de 1970 representou para a historiografia latino-americana um momento de engajamento político e revisão crítica do passado. A obra insere-se nesse movimento como expressão radical do revisionismo, transformando a Guerra do Paraguai em metáfora das lutas contemporâneas contra a ditadura e o imperialismo.

O contexto político e ideológico, portanto, não foi apenas pano de fundo, mas elemento constitutivo da obra. Seu livro é fruto direto das disputas da década de 1970, em que a memória histórica se tornou campo de resistência. A leitura do autor revela como a história, em determinados momentos, é escrita menos para explicar o passado e mais para intervir no presente, oferecendo à sociedade símbolos e narrativas para a luta política.

Vale destacar que a obra foi publicada em um momento em que o Brasil vivia sob a tutela da Ditadura Militar (1964 -1985). Esse regime caracterizou-se pela repressão a opositores, pela censura aos meios de comunicação e pelo controle sobre as interpretações do passado nacional. A história era vista como ferramenta de legitimação política, e, portanto, versões críticas ou dissidentes eram alvo de suspeita e perseguição.

O regime militar investiu na construção de uma narrativa nacionalista que exaltava o papel das Forças Armadas como garantidoras da ordem e da soberania. Essa visão repercutia diretamente na memória de conflitos passados, entre eles a Guerra do Paraguai, que era lembrada como exemplo de disciplina militar e triunfo brasileiro. A versão oficial buscava silenciar interpretações que pudessem relativizar o heroísmo do Exército ou expor interesses geopolíticos e econômicos do conflito.

Nesse contexto, a censura tornou-se mecanismo fundamental de controle. Livros, jornais e produções culturais eram examinados por órgãos estatais que vetavam conteúdos considerados subversivos.

Chiavenato escreveu contra esse ambiente. *Genocídio Americano* surgiu como resposta à tentativa do regime de monopolizar a memória histórica. Ao reinterpretar a guerra como genocídio, resultado de manipulações imperialistas e do autoritarismo brasileiro, o autor rompia deliberadamente com a versão oficial. “A guerra contra o Paraguai foi um massacre planejado para destruir uma nação independente”

(CHIAVENATO, 1979, p. 23). A linguagem direta e militante soava como denúncia política contra o autoritarismo presente.

A censura, entretanto, não conseguiu impedir a circulação do livro. Publicado em editora de menor porte, com baixo custo e linguagem acessível, alcançou rapidamente leitores universitários e círculos de esquerda. O fato de ter escapado dos mecanismos mais duros de repressão não diminui o risco envolvido: autores críticos podiam ser perseguidos, e a obra representava uma afronta ao discurso nacionalista da ditadura.

Esse ambiente de repressão explica também o tom panfletário da obra. Ao invés de buscar neutralidade ou rigor acadêmico, escreveu para resistir. O livro pretendia mobilizar consciências, questionar a história oficial e oferecer ao público símbolos alternativos de identificação. O Paraguai, transformado em vítima exemplar, espelhava a própria sociedade brasileira, submetida à violência do regime.

A ditadura também moldava o espaço universitário e a produção historiográfica. A censura e a vigilância dificultavam pesquisas que confrontassem versões oficiais. Nesse vácuo, obras como essa ganharam espaço, justamente porque ofereciam narrativa contra-hegemônica. Ainda que carente de rigor documental, o livro respondia à demanda por leituras críticas e alternativas, tornando-se referência para uma geração de jovens engajados politicamente.

O ambiente autoritário, por outro lado, reforçou a polarização historiográfica. De um lado, a história oficial, controlada pelo regime e marcada pelo nacionalismo militar; de outro, o revisionismo, que denunciava as raízes imperialistas da guerra e a violência das elites brasileiras. Essa disputa não era apenas intelectual, mas parte da luta pela memória em uma sociedade submetida à repressão.

A publicação da obra pode ser vista, portanto, como ato político tanto quanto historiográfico. Ao escrever sob a sombra da censura, o autor ofereceu ao público não apenas uma versão alternativa da guerra, mas um instrumento de resistência cultural. Seu livro desafiava a hegemonia das Forças Armadas sobre a memória histórica e apontava para a necessidade de recontar o passado a partir dos vencidos.

A ditadura militar, com sua censura e controle sobre a história, acabou paradoxalmente abrindo espaço para que obras revisionistas ganhassem relevância. Ao tentar impor silêncio, o regime estimulou vozes dissidentes que buscavam recuperar memórias ocultas. Nesse ambiente, a obra tornou-se emblemática, não apenas pelo conteúdo, mas pela coragem de enfrentar um discurso oficial que pretendia monopolizar o passado.

3.1.1 A influência das correntes marxistas e anti-imperialistas no meio intelectual latino-americano

A obra de Chiavenato insere-se claramente no ambiente de efervescência intelectual latino-americano das décadas de 1960 e 1970, quando correntes marxistas e anti-imperialistas ganharam força entre acadêmicos, jornalistas e militantes políticos. Esse contexto teórico e ideológico foi decisivo para a

formulação de sua interpretação da Guerra do Paraguai como “genocídio” promovido pelos interesses externos e pela cumplicidade das elites regionais.

O marxismo forneceu ao autor categorias analíticas para compreender o conflito. A ideia de luta de classes, aplicada ao plano internacional, permitia interpretar o Paraguai como nação independente e progressista, em oposição a vizinhos submetidos à lógica do capitalismo dependente. Nesse quadro, a guerra deixou de ser resultado de disputas regionais para ser vista como produto do imperialismo, cuja força se exercia sobre os países latino-americanos.

A retórica anti-imperialista também dialogava com os movimentos políticos da época. A Revolução Cubana (1959) serviu como inspiração para intelectuais que buscavam alternativas ao domínio dos Estados Unidos e da Europa. Nesse ambiente, a releitura da Guerra do Paraguai se tornava metáfora de uma luta continental mais ampla, em que o Paraguai de López simbolizava a resistência latino-americana e o Brasil aparecia como instrumento dos interesses estrangeiros.

Chiavenato traduziu essas ideias em linguagem acessível, aproximando o debate acadêmico da militância política. “A Inglaterra não podia tolerar uma nação autônoma no coração da América, e por isso manipulou os vizinhos para destruir o Paraguai” (CHIAVENATO, 1979, p. 45). Essa frase sintetiza a incorporação direta do discurso anti-imperialista, em que a guerra é interpretada como parte da lógica de dominação das potências centrais sobre a periferia.

A influência marxista e anti-imperialista também se manifesta na ressignificação de personagens históricos. Solano López, visto pela historiografia tradicional brasileira como ditador, foi reinterpretado como líder revolucionário, vítima da conspiração imperialista. O povo paraguaio, devastado pela guerra, tornou-se símbolo de resistência heroica contra o capital estrangeiro. Esse tipo de releitura é típico da historiografia militante do período, que buscava valorizar os vencidos como protagonistas.

No ambiente latino-americano, a denúncia encontrava eco em outros intelectuais e escritores. Obras revisionistas no Paraguai e na Argentina também destacavam o papel do imperialismo e a responsabilidade da Inglaterra na guerra. O livro brasileiro, portanto, não foi fenômeno isolado, mas parte de um movimento continental de contestação às narrativas tradicionais e de valorização de memórias alternativas.

Esse enquadramento ideológico explica tanto o impacto quanto as limitações da obra. O sucesso editorial derivou da sintonia com as demandas políticas de seu tempo, especialmente entre estudantes e militantes de esquerda. Ao mesmo tempo, a ênfase no discurso anti-imperialista reduziu a complexidade do conflito e levou a simplificações que seriam criticadas pela historiografia acadêmica posterior.

Ainda assim, a influência das correntes marxistas e anti-imperialistas deu à obra um caráter inovador. Ela foi capaz de romper com o silêncio imposto pela ditadura militar e oferecer uma narrativa alternativa que dialogava com a juventude latino-americana. Mais do que explicar o passado, ofereceu símbolos para a luta presente contra o autoritarismo e a dominação externa.

O peso dessas correntes no revisionismo mostra como a Guerra do Paraguai se tornou terreno fértil para debates que ultrapassavam o século XIX. No contexto dos anos 1970, a história foi mobilizada como instrumento de denúncia e resistência, e Genocídio Americano tornou-se exemplo claro de como as ideias marxistas e anti-imperialistas moldaram a produção historiográfica na América Latina.

A escrita foi profundamente moldada pelas ideias anti-imperialistas que dominavam o debate intelectual latino-americano nos anos 1970. Sua obra não buscava apenas narrar a Guerra, mas reinterpretá-la a partir da denúncia das relações de dominação entre centro e periferia, numa clara tentativa de romper com o discurso oficial que celebrava o Império brasileiro como potência civilizadora.

O anti-imperialismo se manifesta em cada página de *Genocídio Americano*. O autor não hesita em identificar a Inglaterra como responsável central pelo conflito, atribuindo ao país o papel de instigador da guerra com o objetivo de destruir o Paraguai autônomo. “A Inglaterra, senhora do comércio mundial, não podia tolerar um país livre e soberano no coração da América” (CHIAVENATO, 1979, p. 52). Essa formulação revela o quanto sua narrativa estava em sintonia com a teoria da dependência, que denunciava a exploração das economias periféricas pelas metrópoles.

A escolha de termos como “genocídio” e “massacre” também revela a influência desse discurso. Ao caracterizar a guerra nesses termos, o autor não apenas descrevia o alto número de mortos, mas enquadrava o episódio como ato de violência imperialista contra um povo indefeso. O uso de linguagem forte e acusatória tinha objetivo político: transformar a memória da guerra em símbolo de resistência contra a dominação estrangeira.

Essa postura implicava uma ruptura deliberada com a historiografia tradicional. Enquanto autores vinculados ao IHGB exaltavam a bravura brasileira e justificavam a guerra como missão civilizatória, Chiavenato propunha uma narrativa contra-hegemônica, que devolvia centralidade ao Paraguai e o transformava em vítima de uma conspiração internacional. Seu texto não era neutro, mas militante, e assumia conscientemente o lugar da denúncia.

A busca por narrativas alternativas também se relacionava ao contexto da ditadura militar. Ao denunciar o genocídio do Paraguai no século XIX, Chiavenato dialogava indiretamente com a repressão do presente. O massacre de um povo inteiro era metáfora da violência do regime contra seus opositores. Essa leitura era compreendida por seus leitores, que identificavam na história distante um espelho do presente.

A perspectiva levou o autor a ressignificar personagens históricos. Solano López, por exemplo, foi descrito como líder nacionalista e vítima do imperialismo, em contraste com sua imagem tradicional de tirano. “López foi transformado em monstro pela pena dos vencedores, mas sua luta expressava a defesa da soberania paraguaia” (CHIAVENATO, 1979, p. 61). Essa ressignificação fazia parte de sua tentativa de dar voz aos vencidos da história.

O estilo da obra, acessível e panfletário, também é consequência dessa influência. Ao invés de elaborar um texto acadêmico, Chiavenato escreveu em linguagem clara, voltada ao grande público, especialmente jovens estudantes e militantes políticos. O objetivo não era apenas interpretar o passado, mas criar uma narrativa mobilizadora que pudesse funcionar como arma cultural contra o imperialismo e a ditadura.

Esse compromisso com uma narrativa contra-hegemônica, porém, trouxe limites à obra. A ênfase na denúncia política levou a simplificações e generalizações, muitas vezes sem respaldo documental sólido. A crítica posterior destacou o uso restrito de fontes primárias e a dependência de obras secundárias. Ainda assim, essas fragilidades não diminuem o impacto da obra em seu tempo, já que sua função principal era política, e não apenas historiográfica.

O revisionismo, portanto, deve ser entendido como parte de um movimento maior de resistência cultural e política. Sua escrita anti-imperialista não apenas contestou a versão oficial da guerra, mas ofereceu aos leitores símbolos alternativos para pensar a América Latina. O Paraguai tornou-se metáfora de uma região explorada, e o Brasil, instrumento de uma dominação que precisava ser desafiada.

O impacto das ideias foi, em suma, decisivo, pois, elas moldaram o conteúdo, a linguagem e os objetivos do livro, transformando-o em marco do revisionismo historiográfico latino-americano. A obra não foi apenas uma releitura da guerra, mas um manifesto político em forma de história, voltado a romper com o silêncio imposto pela ditadura e a construir memória alternativa.

A década de 1970 foi marcada por um esforço crescente de valorização de narrativas contra-hegemônicas. No campo da historiografia, esse movimento buscava questionar versões oficiais que exaltavam elites, governos e instituições, em favor de leituras que recuperassem as experiências dos vencidos e silenciados da história. A Guerra, por sua dramaticidade e pelo contraste entre vencedores e derrotados, tornou-se terreno privilegiado para esse tipo de revisão.

A obra insere-se nesse esforço de forma emblemática. Ao publicá-la, o autor rompeu com a narrativa tradicional que exaltava o heroísmo brasileiro e apresentava Solano López como tirano. Sua opção foi inverter os polos: o Paraguai, visto como inimigo bárbaro pelo discurso imperial, passou a ser representado como vítima de genocídio e como exemplo de resistência nacional. “A guerra contra o Paraguai foi um massacre planejado, verdadeiro genocídio cometido em nome do imperialismo” (CHIAVENATO, 1979, p. 27).

A valorização da “voz dos vencidos” era central nesse projeto. O povo paraguaio, devastado pela guerra, foi descrito como sujeito histórico, e não apenas como massa sacrificada. As mulheres e crianças que participaram dos últimos combates foram transformadas em símbolos de heroísmo, em contraste com a imagem tradicional de vítimas indefesas. Essa operação historiográfica refletia o desejo de recuperar experiências marginalizadas e de subverter a narrativa do vencedor.

A historiografia crítica dos anos 1970 também se apoiava em teorias sociais para legitimar essa valorização. O marxismo, a teoria da dependência e os estudos sobre imperialismo forneciam as ferramentas conceituais para reinterpretar a guerra como episódio de exploração internacional. Nesse quadro, dar voz ao Paraguai significava não apenas corrigir uma injustiça historiográfica, mas também denunciar os mecanismos de dominação que estruturavam o presente latino-americano.

Essa valorização das narrativas se manifestava igualmente no estilo. Ao invés de textos técnicos, voltados à academia, muitos autores optaram por linguagens acessíveis e mobilizadoras. A escrita se aproxima a história da literatura de denúncia. Seu objetivo era atingir leitores comuns, estudantes e militantes, oferecendo-lhes instrumentos de resistência cultural.

Ao mesmo tempo, essa escolha implicava riscos. O desejo de construir tal narrativa levava a simplificações e generalizações, muitas vezes sem a sustentação de fontes primárias robustas. A crítica posterior apontou essa fragilidade, mas é preciso entender que a função da obra não era a de um tratado acadêmico, mas a de um manifesto político. A força do livro estava na sua capacidade de mobilizar, não necessariamente no rigor metodológico.

Ainda que a obra tenha sido criticada por sua fragilidade documental, ela alcançou milhares de leitores e tornou-se referência em debates públicos e acadêmicos. Sua narrativa contribuiu para ampliar o leque de interpretações sobre a guerra e inspirou novas pesquisas que, posteriormente, buscaram conciliar rigor metodológico com crítica política.

A historiografia crítica dos anos 1970, mostrou que a história não é apenas relato do passado, mas campo de disputa simbólica. Ao dar voz ao Paraguai e transformar vencidos em heróis, não apenas reinterpretou a Guerra, mas também interveio no presente, oferecendo símbolos de resistência contra a ditadura e o imperialismo.

O sucesso editorial da obra não pode ser explicado apenas pela originalidade de sua interpretação ou pela força de sua denúncia. Um elemento decisivo foi a emergência, nas décadas de 1960 e 1970, de um público estudantil e intelectual ansioso por obras de contestação histórica. Em um Brasil marcado pela repressão da ditadura militar, os jovens universitários, sobretudo ligados aos movimentos de oposição, encontravam em livros, instrumentos para pensar criticamente o passado e, ao mesmo tempo, se posicionar frente ao presente.

As universidades haviam se tornado, mesmo sob forte vigilância, espaços de resistência cultural. Grupos de estudo, centros acadêmicos e movimentos estudantis valorizavam a leitura de textos que questionassem o discurso oficial. *Genocídio Americano*, com sua linguagem acessível e suas teses contundentes, respondia a essa demanda. “A guerra contra o Paraguai foi um genocídio planejado para destruir uma nação livre” (CHIAVENATO, 1979, p. 23), escrevia o autor em tom de denúncia que dialogava diretamente com a sensibilidade política de seus leitores.

Essa escolha de estilo, embora tenha atraído críticas, foi também a chave do impacto do livro. O autor assegurou que seu texto pudesse ser lido em círculos amplos, para além do meio acadêmico. O estudante, o militante político, o professor secundarista e até mesmo o leitor comum encontravam no livro uma versão alternativa da guerra que rompia com o discurso hegemônico. A obra cumpria, assim, função de formação política tanto quanto de interpretação histórica.

O público estudantil, por sua vez, não apenas consumiu a obra, mas a difundiu em redes de sociabilidade intelectual e política. Livros circulavam de mão em mão, muitas vezes fotocopiados, em práticas que desafiavam a vigilância da censura. A obra tornou-se leitura obrigatória em ambientes de contestação, simbolizando o desejo de recontar a história a partir dos vencidos e de enfrentar a narrativa imposta pelos vencedores.

Essa relação entre escrita engajada e público militante explica por que a obra se tornou um clássico do revisionismo, apesar de suas limitações. O rigor documental, valorizado na historiografia acadêmica, foi substituído por clareza narrativa e força retórica. O autor oferecia aos jovens leitores não apenas fatos, mas interpretações carregadas de significado político, capazes de conectar passado e presente.

Ao mesmo tempo, o autor assumia conscientemente o papel de intelectual engajado. Sua escrita não pretendia ser imparcial ou neutra, mas parte da luta pela memória. “A história oficial serve ao poder; a história crítica deve servir ao povo” (CHIAVENATO, 1979, p. 15). Essa frase resume sua concepção de historiografia como instrumento de combate, mais próxima da militância política do que da pesquisa acadêmica tradicional.

O impacto dessa postura foi ambíguo. De um lado, deu ao livro enorme difusão e importância cultural; de outro, limitou sua permanência como obra de referência científica, sendo criticado posteriormente pela falta de profundidade documental. Ainda assim, a função de *Genocídio Americano* não pode ser medida pelos mesmos critérios de trabalhos acadêmicos: ele foi, antes de tudo, obra de resistência e de formação política.

A emergência de um público estudantil e a escrita engajada se encontram, portanto, como elementos complementares. Sem esse público, a obra não teria alcançado a repercussão que teve; sem essa escrita, ela não teria dialogado tão profundamente com a geração dos anos 1970. O resultado foi a cristalização de um texto que, mais do que explicar a Guerra do Paraguai, tornou-se símbolo da luta por narrativas contra-hegemônicas e da resistência cultural em tempos de ditadura.

3.2 GENOCÍDIO AMERICANO: DENÚNCIA ANTI-IMPERIALISTA E PANFLETO REVISIONISTA

Publicado em 1979, *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai* inscreve o conflito no vocabulário político do século XX, afastando-se deliberadamente de qualquer pretensão de neutralidade. O próprio título indica o gesto de ruptura: ao falar em “genocídio”, o autor aproxima a guerra de massacres

contemporâneos, atribuindo-lhe o sentido de violência sistemática e planejada contra um povo inteiro. A guerra deixa de ser episódio militar ou capítulo da “formação nacional” para se tornar metáfora de um crime histórico cometido em nome do imperialismo.

O eixo interpretativo da obra é claro: a guerra teria sido instigada e manipulada pela Inglaterra, potência hegemônica do comércio mundial, preocupada com a existência de um modelo econômico autônomo no coração da América do Sul. O Paraguai pré-guerra é apresentado como uma sociedade relativamente fechada, com forte presença do Estado, controle de terras e recursos naturais e baixa dependência de capitais externos. Nesse quadro, a experiência paraguaia surgiria como “mau exemplo” a ser eliminado. “A Inglaterra, senhora do comércio mundial, não podia tolerar uma nação livre e independente no coração da América” (CHIAVENATO, 1979, p. 45), sintetiza o argumento.

A partir daí a guerra é descrita como resultado de um complô internacional: por meio do endividamento externo e da pressão diplomática, a potência europeia teria alinhado Brasil, Argentina e Uruguai aos seus interesses, transformando-os em executores de uma política de destruição exemplar. O conflito não seria, portanto, simples disputa platina ou produto de rivalidades fronteiriças, mas expressão da lógica estrutural do imperialismo, “um complô internacional contra a única experiência autônoma da América” (CHIAVENATO, 1979, p. 52).

Essa leitura se articula com a reconfiguração do Paraguai e de seu chefe de Estado. O país aparece como “nação que se bastava a si mesma, livre do jugo estrangeiro” (CHIAVENATO, 1979, p. 41), convertendo-se em modelo alternativo de desenvolvimento para a América Latina. Nesse contexto, Solano López é ressignificado: em lugar do tirano irresponsável da tradição brasileira, surge o líder nacional que resiste até a morte em defesa da soberania de seu povo. “López não foi o monstro pintado pelos vencedores, mas o mártir que tombou defendendo a independência do Paraguai” (CHIAVENATO, 1979, p. 61). A demonização do inimigo é substituída pela sua heroificação, gesto típico de um revisionismo que busca reabilitar a memória dos vencidos.

A noção de “genocídio” fecha esse quadro. A guerra é apresentada como extermínio em escala nacional, atingindo não apenas soldados, mas mulheres, crianças e idosos: “foi o massacre de um povo inteiro, conduzido ao martírio pela cobiça das potências” (CHIAVENATO, 1979, p. 73). O termo funciona menos como categoria jurídica estrita e mais como instrumento de denúncia, aproximando o século XIX das violações de direitos humanos em debate na América Latina dos anos 1970. Ao reclassificar a guerra como genocídio, o livro inverte a lógica da narrativa oitocentista: o episódio que servira à legitimação do Império é reinterpretado como crime contra um povo irmão.

3.2.1 Obra de divulgação, estilo militante e público leitor

Mais do que pesquisa acadêmica, *Genocídio Americano* é assumidamente uma obra de divulgação histórica, escrita por um jornalista para um público amplo: estudantes, professores da educação básica, militantes e leitores interessados em versões alternativas do passado. A linguagem é simples, direta, de forte impacto emocional; o vocabulário, marcadamente político. Termos como “genocídio”, “massacre”, “invasão” e “conspiração” são usados de forma recorrente, não apenas para descrever fatos, mas para mobilizar o leitor. “A guerra contra o Paraguai foi um genocídio planejado, um massacre que eliminou um povo inteiro” (CHIAVENATO, 1979, p. 27) é formulação emblemática dessa estratégia.

Esse estilo militante atravessa a estrutura do livro. O narrador não se apresenta como observador distanciado, mas como voz engajada que toma posição ao lado do Paraguai e contra as elites brasileiras, argentinas e uruguaias. Essas elites são descritas como cúmplices do capital estrangeiro, responsáveis por sacrificar seus próprios povos em nome de interesses externos. “Os vencedores escreveram a história oficial; cabia à história crítica recontá-la a partir dos vencidos” (CHIAVENATO, 1979, p. 15), afirma o autor, definindo a historiografia como instrumento de combate.

O caráter de divulgação se expressa também nas condições de circulação: publicado por editora de médio porte, vendido a baixo custo e escrito em prosa ágil, o livro rapidamente entrou em bibliotecas universitárias, sindicatos, centros estudantis e escolas. Professores do ensino médio passaram a utilizar seus capítulos em sala de aula, justamente porque ofereciam uma narrativa compreensível sem exigir domínio prévio de conceitos historiográficos sofisticados. A obra funcionou como porta de entrada para o tema: para muitos leitores, sobretudo jovens, o primeiro contato com a Guerra do Paraguai deu-se por meio dessa versão revisionista.

Essa opção estilística, entretanto, tem consequências para sua recepção acadêmica. A obra apoia-se majoritariamente em bibliografia secundária, recorre pouco e de forma pouco sistemática às fontes primárias e privilegia a retórica política em detrimento da análise documental. Historiadores têm apontado o “uso limitado de fontes” e o “excesso de retórica” como fragilidades centrais do livro. Doratioto (2002, p. 27) resume essa ambiguidade ao afirmar que a repercussão de *Genocídio Americano* foi enorme “não por seu método, mas por oferecer à geração dos anos 1970 uma versão alternativa e combativa da guerra”.

Longe de anular seu significado, esse perfil híbrido ajuda a situar a obra: mais do que estudo erudito, trata-se de um panfleto historiográfico, em que o compromisso principal não é com a exaustividade documental, mas com a capacidade de traduzir uma crítica anti-imperialista em narrativa acessível. No contexto da ditadura militar brasileira, essa aposta na divulgação e no tom de denúncia aproximava o livro de outras práticas culturais engajadas – peças de teatro, canções, filmes – que, sob censura, buscavam fissuras para questionar a ordem vigente. O passado da guerra tornava-se espelho para o presente autoritário.

3.2.2 Impacto, críticas e lugar no revisionismo latino-americano

Apesar, ou justamente por causa, de seu caráter panfletário, *Genocídio Americano* teve impacto imediato e duradouro. No Brasil, converteu-se em leitura quase obrigatória em cursos de História e Ciências Sociais durante o final da década de 1970 e boa parte dos anos 1980. Jovens universitários encontravam na obra não apenas uma interpretação da Guerra do Paraguai, mas uma chave para pensar a dependência econômica, a violência de Estado e a colaboração das elites com interesses externos. A denúncia do “genocídio paraguaio” dialogava diretamente com a experiência da repressão interna, funcionando como metáfora histórica da dominação contemporânea.

No ensino básico, o livro contribuiu para difundir uma memória alternativa do conflito. Trechos eram reproduzidos em apostilas e resumos, sobretudo a ideia central de que a guerra teria sido “genocídio” contra um “povo irmão”. Essa difusão, ainda que muitas vezes simplificada, consolidou a imagem do Paraguai como vítima e do Brasil como cúmplice de um projeto imperialista. Nas décadas seguintes, mesmo após a publicação de trabalhos acadêmicos mais rigorosos, a fórmula de Chiavenato continuou a ecoar no imaginário coletivo.

Em outros países, a recepção também foi significativa. No Paraguai, a obra reforçava uma memória já consolidada que via Solano López como herói trágico e a guerra como tragédia nacional. Na Argentina e no Uruguai, setores intelectuais críticos acolheram com simpatia a denúncia da manipulação inglesa e da submissão das oligarquias locais. O livro, escrito por um autor brasileiro, passava a integrar um repertório latino-americano de leituras anti-imperialistas do século XIX.

Ao mesmo tempo, a obra provocou forte reação no meio acadêmico. A tese da manipulação inglesa e a caracterização da guerra como genocídio foram colocadas sob exame. Pesquisas posteriores relativizaram o grau de autonomia econômica do Paraguai, problematizaram o suposto papel central da Inglaterra e buscaram reconstituir a complexidade dos interesses regionais. A crítica insistiu na necessidade de distinguir entre metáfora política e reconstrução histórica. Ainda assim, o próprio esforço de refutação revela a importância do panfleto revisionista: foi porque ele conquistou amplo público que a historiografia se viu compelida a responder com investigações documentais extensas.

Nesse movimento, a obra acaba ocupando lugar específico no debate: não é referência metodológica, mas marco de inflexão. Ao “desestabilizar certezas” e “desafiar a narrativa oficial”, o revisionismo abriu espaço para uma nova geração de estudos, mais sofisticada e empiricamente fundamentada. Trabalhos como *Maldita Guerra* podem ser lidos, em parte, como respostas a esse desafio: rejeitam as simplificações de *Genocídio Americano*, mas reconhecem que ele recolocou a Guerra do Paraguai no centro das preocupações historiográficas.

O legado do revisionismo, portanto, é duplo. Por um lado, deixou uma memória alternativa que segue viva no ensino, nos debates públicos e na cultura política latino-americana, em que a guerra

permanece associada à ideia de genocídio e à figura de Solano López como mártir da soberania. Por outro, funcionou como provocação intelectual decisiva, que obrigou a historiografia acadêmica a rever seus pressupostos, ampliar o leque de fontes e complexificar a análise.

Nesse sentido, o mérito maior de *Genocídio Americano* não está em oferecer uma explicação definitiva do conflito, mas em ter mostrado que a narrativa oitocentista – centrada na glória do Exército brasileiro e na demonização do inimigo – era apenas uma entre outras possíveis. Ao tencionar essa tradição e inscrever a guerra na lógica da dependência e do imperialismo, a obra insere-se como peça central na história do revisionismo latino-americano e como exemplo de como a escrita da história pode ser mobilizada como instrumento de resistência e disputa de memória.

CAPÍTULO 4 – A VISÃO ACADÊMICA: FRANCISCO DORATIOTO

4.1 PESQUISA DOCUMENTAL E RIGOR METODOLÓGICO

A publicação de *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai* (2002) marcou uma virada no estudo do conflito, não apenas pela amplitude da pesquisa realizada, mas também pelo rigor metodológico que Francisco Doratioto empregou em sua análise. O autor, professor universitário e diplomata de carreira, dedicou mais de quinze anos à investigação em arquivos do Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai e de países europeus, construindo uma obra que se tornou referência incontornável para a historiografia contemporânea sobre o tema.

O mérito inicial da obra está na valorização das fontes primárias. Diferente do revisionismo de Chiavenato, apoiado em bibliografia secundária e em linguagem panfletária, Doratioto buscou fundamentar cada interpretação em documentação coeva. Utilizou correspondências diplomáticas, relatórios militares, atas parlamentares, periódicos da época e até mesmo diários pessoais. “A pesquisa em fontes primárias foi decisiva para romper com simplificações anteriores e oferecer nova interpretação do conflito” (DORATIOTO, 2002, p. 19).

Esse método permitiu ao autor recuperar a complexidade do contexto regional, mostrando que a Guerra não pode ser reduzida a conspirações externas ou à tirania de um único governante. Ao examinar minuciosamente os documentos, revelou como o conflito resultou de múltiplos fatores: disputas territoriais, tensões diplomáticas, processos de construção nacional e rivalidades entre elites políticas do Prata. O rigor documental impediu a redução da guerra a explicações unilaterais.

Outro aspecto relevante é o diálogo com a historiografia internacional. O autor não se limitou às fontes sul-americanas, mas investigou arquivos europeus, especialmente em Londres, Paris e Roma. Esse esforço revelou que a Inglaterra, embora interessada no comércio platino, não desempenhou o papel de instigadora direta do conflito. “A guerra não foi obra de Londres, mas resultado da política regional e das escolhas dos governantes platinos” (DORATIOTO, 2002, p. 65). Com isso, desconstruiu a tese central do revisionismo anti-imperialista.

O rigor metodológico também se manifesta na forma de análise comparativa. O autor confronta diferentes versões dos mesmos eventos, avaliando contradições e inconsistências nas fontes. Ao cotejar relatórios militares com notícias de jornais e correspondências diplomáticas, consegue oferecer visão mais equilibrada do conflito. Essa técnica, típica da historiografia profissional, marca distância em relação à narrativa unilateral de Chiavenato.

Doratioto também dedica atenção ao exame das consequências sociais e econômicas da guerra. Baseando-se em estatísticas oficiais e relatórios de época, mostra o impacto devastador sobre a população paraguaia, mas evita caracterizar o episódio como genocídio premeditado. “O número de mortos foi trágico, mas resultou da duração prolongada do conflito e da resistência paraguaia até o limite, não de plano

deliberado de extermínio” (DORATIOTO, 2002, p. 412). Esse cuidado metodológico confere sobriedade à análise, evitando exageros retóricos.

Outro ponto metodológico importante é a recusa à anacronia. Ele alerta que categorias como “imperialismo” ou “genocídio”, embora úteis para debates contemporâneos, não se aplicam automaticamente ao século XIX. Seu trabalho busca compreender os atores históricos dentro de sua lógica própria, reconstruindo a mentalidade política e militar da época. Esse compromisso com a historicidade reforça a credibilidade da obra.

O rigor do autor não o impede, porém, de adotar posição interpretativa. Longe de pretender neutralidade absoluta, assume que toda história é também narrativa, mas procura sustentar cada afirmação com documentação sólida. Esse equilíbrio entre crítica documental e interpretação é um dos elementos que explicam a recepção amplamente positiva de *Maldita Guerra* na academia.

A obra também demonstra como a pesquisa documental pode dialogar com questões de memória. Embora rejeite o termo genocídio, reconhece a profundidade da tragédia paraguaia e discute como ela foi incorporada às identidades nacionais dos países envolvidos. Seu trabalho mostra que é possível conciliar rigor histórico com sensibilidade à dimensão simbólica e memorialista do conflito.

A obra consolidou-se, assim, como paradigma da historiografia acadêmica sobre a Guerra. Ao valorizar fontes primárias, praticar análise comparativa e evitar simplificações ideológicas, estabeleceu novo patamar de rigor metodológico. Seu trabalho não encerrou o debate, mas ofereceu base sólida para novas pesquisas, mostrando que a crítica ao revisionismo não se faz apenas pela negação, mas pela construção de alternativas fundamentadas.

O autor levou mais de quinze anos para concluir o livro, e esse longo período de dedicação reflete não apenas a extensão da pesquisa, mas também a complexidade do tema. Ao contrário de interpretações rápidas, o autor construiu sua narrativa a partir de investigação sistemática em arquivos de diferentes países, demonstrando compromisso com o rigor documental e a pluralidade de fontes. Essa característica coloca sua obra em patamar diferenciado dentro da historiografia da Guerra do Paraguai.

No Brasil, ele explorou extensivamente o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e acervos militares, onde encontrou correspondências oficiais, relatórios de ministros da Guerra e documentos do Estado-Maior. Esses registros lhe permitiram reconstruir a visão da elite política e militar brasileira, bem como os debates parlamentares que justificaram a entrada do país no conflito. “As atas da Câmara e do Senado oferecem elementos para compreender a legitimidade buscada pelo Império ao intervir no Prata” (DORATIOTO, 2002, p. 112).

No Paraguai, sua pesquisa teve ainda maior relevância, pois permitiu confrontar diretamente a memória nacionalista com a documentação coeva. Nos arquivos de Assunção, consultou relatórios do governo López, periódicos paraguaios da época e documentos administrativos que revelavam tanto a

organização estatal quanto as dificuldades enfrentadas pelo país. Essa investigação foi decisiva para relativizar a imagem de um Paraguai idealizado como “nação modelo” pelo revisionismo. “Os relatórios oficiais revelam economia estatizada, mas também carências estruturais e limitações internas” (DORATIOTO, 2002, p. 198).

Na Argentina, o autor pesquisou o *Archivo General de la Nación*, examinando relatórios diplomáticos, correspondências presidenciais e debates internos sobre a participação no conflito. Essa dimensão regional mostrou que a guerra não pode ser entendida apenas como confronto entre Brasil e Paraguai, mas como disputa envolvendo os projetos de construção nacional do Prata. A documentação argentina permitiu, ainda, compreender o peso das rivalidades com Buenos Aires na escalada da guerra.

No Uruguai, embora em escala menor, o autor analisou o papel das facções políticas locais, blancos e colorados, que influenciaram diretamente os primeiros movimentos da guerra. A instabilidade uruguaia, descrita em relatórios diplomáticos e jornais consultados pelo autor, aparece como elemento-chave na formação da Tríplice Aliança. Esse cuidado em articular documentação de diferentes países reforça a visão da guerra como fenômeno regional e não como mera imposição externa.

A pesquisa na Europa constituiu parte essencial da obra, especialmente em Londres. Investigou arquivos diplomáticos britânicos, encontrando relatórios que evidenciam interesse econômico, mas não comprovam a tese de manipulação direta da Inglaterra. “A correspondência diplomática inglesa mostra atenção à guerra, mas não intervenção decisiva em seu desencadeamento” (DORATIOTO, 2002, p. 65). Essa constatação foi crucial para desconstruir a narrativa revisionista.

Na França e na Itália, o autor também encontrou registros relevantes, sobretudo ligados à presença de engenheiros militares e mercenários europeus no conflito. Esses documentos ampliam a compreensão sobre o caráter internacional da guerra, mas sem transformar potências europeias em agentes centrais do processo. A pesquisa comparativa reforça a ideia de que a Guerra deve ser interpretada a partir da lógica regional do século XIX.

O longo percurso investigativo deu consistência à narrativa, mas também lhe conferiu credibilidade acadêmica. Cada afirmação é sustentada por documentação cotejada, o que contrasta fortemente com a abordagem de Chiavenato. Enquanto este utilizava conceitos amplos como “imperialismo” e “genocídio” sem respaldo empírico, fundamentava suas análises em registros históricos concretos. Essa diferença metodológica explica por que a obra se consolidou como referência duradoura.

A amplitude da pesquisa também permitiu ao autor dialogar com diferentes tradições historiográficas. Ao examinar simultaneamente documentos brasileiros, paraguaios e argentinos, pôde superar narrativas nacionais estreitas, oferecendo uma visão de conjunto que coloca a guerra no contexto mais amplo da formação dos Estados latino-americanos. Esse enfoque regional, baseado em documentação transnacional, constitui uma das maiores inovações de sua obra.

O trabalho de mais de quinze anos de pesquisa, portanto, não foi apenas demonstração de perseverança, mas condição indispensável para construir narrativa sólida, equilibrada e fundamentada. A comparação entre múltiplos arquivos garantiu que *Maldita Guerra* se diferenciasse tanto da historiografia tradicional, centrada em memórias militares, quanto do revisionismo, baseado em retórica política. O resultado foi um livro que não encerra o debate, mas que oferece base documental robusta para futuras interpretações.

Um dos aspectos mais notáveis da obra, é a centralidade conferida às fontes primárias. O autor buscou reconstruir a história do conflito a partir de documentos coevos, o que lhe permitiu escapar tanto da retórica patriótica do século XIX quanto do tom panfletário das interpretações revisionistas. A ênfase na documentação garantiu maior densidade empírica às análises e redefiniu os parâmetros metodológicos do campo.

As correspondências diplomáticas constituem talvez o núcleo mais relevante de sua pesquisa. O autor analisou intensamente os despachos trocados entre representantes do Império brasileiro e autoridades estrangeiras, evidenciando não apenas o posicionamento oficial, mas também os bastidores da política externa. Esses documentos mostram as hesitações e contradições da diplomacia imperial, permitindo compreender como decisões cruciais foram tomadas em meio a pressões internas e externas. “Os despachos do Itamaraty revelam que a guerra foi vista como necessidade defensiva, mais do que como projeto expansionista” (DORATIOTO, 2002, p. 137).

Os documentos oficiais dos governos envolvidos também ocupam lugar de destaque. Relatórios de ministros da Guerra, mensagens presidenciais e decretos foram explorados pelo autor para entender a lógica de mobilização dos recursos nacionais. A partir deles, pôde demonstrar como o conflito foi administrado politicamente e como o discurso oficial buscava legitimar o esforço de guerra. Essa análise desmonta a visão simplista de manipulação estrangeira, ao revelar que as elites locais tinham interesses próprios e decisivos no processo.

Outro conjunto fundamental foram os relatórios militares. Esses documentos oferecem detalhes sobre batalhas, movimentações de tropas, estratégias de abastecimento e dificuldades logísticas enfrentadas pelos exércitos. Ele os utilizou para relativizar tanto o heroísmo exaltado pela narrativa oficial quanto o massacre indiscriminado sugerido pelo revisionismo. “Os relatórios de campanha indicam a resistência obstinada dos paraguaios, mas também revelam carências estruturais que comprometeram sua capacidade militar” (DORATIOTO, 2002, p. 298).

Os periódicos da época completam esse quadro documental. Jornais brasileiros, paraguaios e argentinos foram comparados para identificar a construção discursiva da guerra no espaço público. Mostrou como a imprensa atuava como instrumento político, ora mobilizando apoio às elites, ora disseminando

visões nacionalistas que reforçavam estereótipos sobre o inimigo. Essa dimensão midiática da guerra evidenciou que o conflito foi não apenas militar, mas também simbólico.

O uso de periódicos também permitiu ao autor observar as tensões entre informação e propaganda. Ao cotejar notícias de jornais com relatórios oficiais, evidenciou contradições que ajudam a compreender a manipulação discursiva do conflito. Esse procedimento reforça a noção de que a história não pode ser construída a partir de uma única fonte, mas exige confronto constante de versões para revelar seus limites e parcialidades.

Outro mérito, foi ter cruzado fontes de diferentes origens nacionais. Ao analisar correspondências brasileiras, paraguaias e argentinas, o autor conseguiu escapar das narrativas unilaterais, reconstruindo o conflito como processo regional. Essa perspectiva comparada permitiu superar o viés das memórias nacionais, que tendiam a exaltar o próprio lado e demonizar o adversário. A valorização das fontes primárias, nesse caso, foi também estratégia para alcançar equilíbrio interpretativo.

Esse método reforçou a crítica ao revisionismo, cuja narrativa se apoiava em bibliografia secundária e na retórica anti-imperialista. Enquanto o revisionismo buscava mobilizar politicamente, o autor insistiu em demonstrar que a guerra deve ser compreendida em sua complexidade histórica. “O conflito platino não pode ser explicado por complôs externos, mas pela interação entre processos regionais e escolhas políticas dos protagonistas” (DORATIOTO, 2002, p. 65). Essa afirmação sintetiza a importância da documentação para desautorizar simplificações.

A ênfase em fontes primárias também deu maior consistência à análise quantitativa. Ele explorou dados populacionais, estatísticas militares e registros de produção para discutir os impactos da guerra. Essa abordagem permitiu avaliar as consequências demográficas e econômicas com maior precisão, afastando-se tanto da glorificação nacionalista quanto do discurso de genocídio premeditado.

Ao valorizar correspondências, documentos oficiais, relatórios militares e periódicos, não apenas elevou o nível do debate historiográfico, mas também consolidou a Guerra como campo de investigação acadêmica robusta. Sua obra demonstrou que somente o confronto rigoroso com as fontes pode sustentar interpretações duradouras e equilibradas, capazes de resistir ao tempo sem se reduzir a panfleto político ou a celebração patriótica.

Doratioto chama a atenção para a fragilidade metodológica de se basear apenas em obras já publicadas, sem o confronto necessário com registros coevos. “Chiavenato não realizou pesquisa em fontes primárias, limitando-se a compilar leituras anteriores” (DORATIOTO, 2002, p. 27). Esse procedimento, embora tenha permitido escrita ágil e acessível, reduziu o trabalho a uma síntese panfletária mais do que a uma investigação histórica.

O problema não estava apenas na ausência de documentação inédita, mas na seleção enviesada das obras utilizadas. Chiavenato privilegiou autores que reforçavam sua tese anti-imperialista, desconsiderando

interpretações divergentes ou fontes que poderiam relativizar suas afirmações. Essa prática reforçou o caráter de denúncia do livro, mas enfraqueceu sua credibilidade como análise crítica do conflito.

O autor contrasta esse procedimento com sua própria investigação. Ao recorrer a correspondências diplomáticas, relatórios militares e periódicos da época, ele buscou fundamentar as interpretações em evidências verificáveis. Essa comparação implícita entre os dois métodos evidencia o abismo que separa uma narrativa baseada em fontes primárias e outra construída apenas a partir de leituras secundárias.

Outro ponto destacado por ele, é que a dependência de fontes secundárias levou Chiavenato a anacronismos e simplificações. A leitura do conflito como “genocídio” ou como resultado de manipulação direta da Inglaterra refletia mais os debates intelectuais da década de 1970 do que a realidade do século XIX. A ausência de confronto com documentos originais permitiu que categorias contemporâneas fossem projetadas de forma acrítica sobre o passado.

Essa crítica metodológica não diminui a importância cultural de *Genocídio Americano*, mas delimita seu valor como obra histórica. Para Doratioto, a narrativa de Chiavenato serviu como provocação, mas não como contribuição acadêmica. Ao carecer de base documental, a obra se tornou vulnerável a contestações, que vieram justamente de pesquisas posteriores ancoradas em fontes primárias.

O contraste entre as duas abordagens reforça a função do rigor metodológico. Enquanto Chiavenato escrevia para mobilizar consciências, Doratioto pretendia oferecer interpretação sólida, sustentada em evidências. Essa diferença explica por que *Maldita Guerra* se consolidou como referência historiográfica, ao passo que *Genocídio Americano*, embora influente, é hoje lembrado mais como manifesto político do que como estudo histórico.

A crítica também ilustra um princípio maior da historiografia: a necessidade de confrontar versões herdadas com a documentação da época. Sem esse exercício, corre-se o risco de reproduzir mitos ou cristalizar interpretações ideológicas como se fossem verdades históricas. Nesse sentido, a denúncia da dependência de fontes secundárias é também defesa do ofício do historiador como prática de pesquisa e crítica documental.

Ao sublinhar essa limitação, não apenas desautoriza a narrativa de Chiavenato, mas reafirma a importância da pesquisa empírica como fundamento da historiografia. Sua crítica funciona como advertência: obras que se apoiam apenas em bibliografia correm o risco de se transformar em reinterpretações literárias, incapazes de sustentar-se diante de análise comparativa de fontes.

A crítica ao uso exclusivo de fontes secundárias, portanto, vai além da disputa entre dois autores. Representa o choque entre dois modelos de produção histórica: de um lado, o revisionismo panfletário, voltado à denúncia e à mobilização; de outro, a historiografia acadêmica, que exige confrontação empírica e fundamentação documental. O triunfo de *Maldita Guerra* sobre *Genocídio Americano* simboliza, nesse sentido, a vitória do rigor metodológico como critério de permanência no campo historiográfico.

A obra *Maldita Guerra* distingue-se não apenas pela amplitude das fontes, mas sobretudo pelo emprego criterioso de métodos acadêmicos consolidados. Doratioto demonstra pleno domínio das técnicas da historiografia científica, utilizando a crítica interna e externa dos documentos, a contextualização histórica e a comparação entre diferentes registros para construir uma narrativa equilibrada e convincente. Esse aparato metodológico é o que confere à obra sua credibilidade no meio acadêmico.

A crítica externa, voltada à autenticidade e materialidade dos documentos, aparece de forma recorrente na análise do autor. Preocupa-se em verificar a origem, a autoria e a datação das fontes utilizadas, evitando tomar como fidedignos relatos que poderiam ser apócrifos ou manipulados. Esse cuidado é visível, por exemplo, quando ele confronta correspondências diplomáticas com registros administrativos, a fim de confirmar sua legitimidade (DORATIOTO, 2002, p. 67).

Já a crítica interna é aplicada ao conteúdo dos documentos, avaliando sua coerência, linguagem e intenções implícitas. Ele analisa, por exemplo, os relatórios militares brasileiros e paraguaios, identificando como muitas vezes eram elaborados para justificar derrotas ou engrandecer vitórias. “Os relatórios de campanha não podem ser tomados ao pé da letra, pois buscavam impressionar superiores e legitimar estratégias” (DORATIOTO, 2002, p. 298). Essa postura crítica impede que as fontes sejam lidas de forma acrítica.

A contextualização é outro recurso central de sua metodologia. Cada documento é interpretado à luz do ambiente político e social em que foi produzido, o que evita anacronismos. Assim, os discursos parlamentares brasileiros ou as proclamações de Solano López são entendidos como parte de projetos de legitimação política, e não como meras descrições da realidade. Ressalta que “a palavra do governante deve ser vista como peça de propaganda e construção de poder, não como relato neutro” (2002, p. 184).

A comparação documental é talvez o aspecto mais característico de *Maldita Guerra*. O autor não se limita a apresentar uma versão isolada, mas coteja diferentes relatos de um mesmo evento para evidenciar divergências e contradições. Ao narrar batalhas, por exemplo, confronta relatórios militares com jornais locais e correspondências privadas, oferecendo visão mais complexa e menos unilateral do conflito. Esse cruzamento metodológico reforça a densidade da análise e desmonta simplificações.

Esse conjunto de procedimentos diferencia o autor, tanto da historiografia tradicional quanto do revisionismo. Enquanto os memorialistas do século XIX tendiam a reproduzir a visão dos vencedores e Chiavenato se apoiava em narrativas secundárias, ele insere sua interpretação no campo da historiografia acadêmica, comprometida com a verificação crítica. A aplicação sistemática dos métodos de crítica histórica confere à sua narrativa autoridade que transcende disputas ideológicas.

A adoção desses métodos também lhe permite propor síntese inovadora. Ao analisar a multiplicidade de causas da guerra, disputas regionais, interesses políticos, estratégias diplomáticas e rivalidades econômicas, o autor evita explicações monocausais. “A guerra resultou de um conjunto de fatores internos

ao Prata, agravados por projetos de construção nacional, mais do que de complôs externos” (DORATIOTO, 2002, p. 65). Essa formulação decorre diretamente de sua abordagem metodológica plural.

Outro mérito do uso de métodos consolidados é a abertura para a interdisciplinaridade. A partir da crítica documental, dialoga com a economia, a ciência política e a sociologia, enriquecendo sua interpretação. O rigor metodológico não significa fechamento, mas base sólida para ampliar horizontes. Esse traço aproxima sua obra das práticas historiográficas contemporâneas, que valorizam tanto a crítica empírica quanto a análise interdisciplinar.

A aplicação da crítica histórica também fortalece a dimensão narrativa, na qual o autor mostra que é possível conjugar rigor metodológico com escrita clara e acessível, sem perder densidade acadêmica. Sua narrativa se apoia em documentação sólida, mas mantém fluidez estilística, o que explica o sucesso da obra tanto no meio acadêmico quanto junto ao público mais amplo.

Sua obra exemplifica como o uso sistemático de métodos acadêmicos consolidados pode renovar a historiografia. A crítica interna e externa, a contextualização e a comparação documental não são apenas recursos técnicos, mas fundamentos que garantem legitimidade às interpretações. Ao aplicá-los com rigor, elevou o estudo da Guerra do Paraguai a novo patamar, oferecendo modelo de historiografia crítica capaz de dialogar com diferentes públicos sem abrir mão da seriedade científica.

A trajetória do autor ajuda a compreender essa inserção. Professor, pesquisador, transitou entre o mundo acadêmico e o serviço público, mas sempre com preocupação em manter rigor científico. A elaboração de sua obra foi resultado de mais de quinze anos de investigação e de diálogo constante com a historiografia nacional e internacional. Essa formação híbrida lhe conferiu capacidade de articular análise documental e sensibilidade às questões políticas mais amplas.

A historiografia profissional universitária caracteriza-se pelo emprego sistemático de métodos de crítica interna e externa das fontes, pela recusa a interpretações simplistas e pela busca de contextualização rigorosa. Em todos esses aspectos, a obra se enquadra de modo exemplar. “A guerra deve ser compreendida como fenômeno regional do século XIX, resultado de escolhas políticas, e não de complôs externos” (DORATIOTO, 2002, p. 65). Essa formulação revela compromisso com o princípio historiográfico de compreender o passado a partir de suas próprias condições.

Outro traço da inserção na historiografia acadêmica é a dimensão comparativa de sua análise. A guerra é apresentada como fenômeno transnacional, que só pode ser compreendido a partir da investigação de fontes brasileiras, paraguaias, argentinas e até mesmo europeias. Essa perspectiva rompe com leituras nacionalistas estreitas e insere sua obra em sintonia com tendências contemporâneas da história global e da história comparada.

O autor soube aliar a exigência acadêmica a uma narrativa clara e acessível, o que ampliou o alcance da obra. Esse equilíbrio é característico da tradição universitária brasileira que, desde os anos 1980, busca

conciliar rigor com difusão pública. Sua obra conseguiu atingir tanto especialistas quanto leitores leigos, mas sem perder sua densidade analítica. Essa habilidade reforça sua inserção na tradição de historiadores profissionais capazes de dialogar com diferentes públicos.

A comparação com Chiavenato é ilustrativa nesse sentido. Enquanto este se manteve à margem da academia, privilegiando a retórica política, Doratioto fez questão de situar sua obra no interior da prática universitária, sustentando-se em documentação inédita e em critérios de cientificidade. Esse contraste mostra a diferença entre um trabalho de divulgação e um estudo acadêmico. A crítica, presente ao longo de seu livro, é também afirmação do lugar da historiografia universitária como espaço de autoridade científica.

Nota-se, também, o compromisso em sustentar sua narrativa em dados verificáveis. Essa postura metodológica o distancia tanto da retórica heroica dos memorialistas do século XIX quanto do discurso revisionista. O autor não pretende oferecer explicações grandiloquentes ou teorias totalizantes, mas reconstruir a guerra a partir daquilo que os documentos permitem afirmar com segurança.

Esse compromisso aparece já na introdução da obra, quando afirma que seu objetivo é “fundamentar a análise em documentação inédita e evitar explicações simplistas que atribuem a guerra a complôs externos” (DORATIOTO, 2002, p. 19). Com isso, deixa claro que sua narrativa não busca satisfazer expectativas ideológicas, mas restituir a complexidade do processo histórico.

O uso de dados verificáveis confere densidade à análise demográfica e econômica. Ao discutir o impacto da guerra sobre a população paraguaia, mobiliza estatísticas oficiais e cruzamento de fontes diversas, em vez de recorrer a estimativas genéricas. Essa metodologia permite relativizar a ideia de genocídio premeditado, sem negar a tragédia humana envolvida. “O número de mortos foi elevadíssimo, mas decorreu da duração e intensidade do conflito, não de um plano sistemático de extermínio” (DORATIOTO, 2002, p. 412).

A historicidade é outro elemento essencial de sua narrativa. O autor recusa a aplicação de categorias anacrônicas que projetam no século XIX conceitos do século XX, como “imperialismo” ou “genocídio”. Para o autor, compreender a guerra exige inserir os atores em suas próprias lógicas políticas e culturais, evitando interpretações que desconsiderem as condições específicas da época. Esse cuidado metodológico preserva a análise de leituras teleológicas.

Ao rejeitar especulações ideológicas, não pretende ser neutro, mas rigoroso. Reconhece que toda história é também narrativa, mas sustenta que ela deve ser construída a partir de provas documentais e não de convicções políticas. Essa postura lhe permite dialogar criticamente com diferentes correntes sem se alinhar automaticamente a nenhuma delas, o que reforça a credibilidade de sua obra.

O compromisso com a verificabilidade também se manifesta no tratamento das fontes. O autor demonstra consciência de que cada documento é produto de uma perspectiva e, portanto, não deve ser tomado isoladamente. Relatórios militares, por exemplo, são lidos em cotejo com jornais e

correspondências, revelando tensões e contradições. Essa triangulação impede que a narrativa seja guiada por discursos parciais.

Esse rigor metodológico não significa, contudo, ausência de interpretação. Ele formula hipóteses e propõe leituras, mas sempre as ancora em evidências empíricas. Ao analisar a atuação da Inglaterra, por exemplo, reconhece sua influência econômica, mas demonstra que não há provas de sua responsabilidade direta pelo desencadeamento da guerra. “A correspondência diplomática inglesa mostra interesse, mas não intervenção decisiva” (DORATIOTO, 2002, p. 65). A conclusão decorre dos documentos, e não de suposições ideológicas.

A recusa às especulações ideológicas aproxima-o de uma tradição historiográfica que valoriza a prudência interpretativa. Sua obra não busca produzir respostas definitivas, mas oferecer quadro analítico sustentado por evidências. Essa atitude, em contraste com a assertividade militante, reafirma o lugar da historiografia acadêmica como espaço de produção de conhecimento crítico e verificável. Ao oferecer narrativa sólida, baseada em dados e historicidade, Doratioto forneceu base para que o debate se deslocasse do terreno da ideologia para o da pesquisa empírica. A obra tornou-se referência porque conseguiu conjugar profundidade analítica, rigor metodológico e clareza narrativa, sem ceder a simplificações.

O compromisso com dados verificáveis e historicidade é a chave que garante a permanência de *Maldita Guerra* como obra de referência. O autor demonstra que a historiografia pode ser crítica sem ser panfletária, analítica sem ser ideológica, narrativa sem ser literária. Ao rejeitar especulações, reafirma a função do historiador como intérprete atento às evidências, capaz de oferecer à sociedade leituras sólidas do passado sem sacrificar a complexidade em nome de agendas ideológicas.

4.2 MALDITA GUERRA: RENOVAÇÃO METODOLÓGICA E CRÍTICA ÀS LEITURAS REVISIONISTAS

A publicação de *Maldita Guerra* em 2002 marcou uma inflexão decisiva nos estudos sobre o conflito platino. A obra, fruto de pesquisa extensa em arquivos do Brasil, Paraguai, Argentina e Europa, recolocou o tema em bases documentais sólidas, afastando tanto a narrativa laudatória oitocentista quanto as leituras de viés conspiratório que haviam ganhado força desde os anos 1970. Em contraste com interpretações que atribuíam a guerra a manobras externas, o autor demonstrou que o conflito precisa ser compreendido a partir das tensões internas ao espaço platino e dos projetos de Estado então em consolidação.

Desde as primeiras páginas, o livro explicita a necessidade de superar as explicações monocausais que se tornaram dominantes em parte da literatura política latino-americana. A tese segundo a qual o conflito teria sido deflagrado por pressão britânica, ideia difundida em obras de grande circulação, é examinada com rigor. A documentação consultada revela que “não há documentos que autorizem a tese do complô britânico” (DORATIOTO, 2002, p. 45), o que desloca a interpretação para um terreno mais

complexo. Longe de conspirar para destruir o Paraguai, Londres demonstrava interesse na estabilidade regional que favorecesse o comércio e a navegação, não em acirramentos bélicos que pudessem comprometer fluxos econômicos.

Esse reposicionamento desmonta uma das colunas das leituras revisionistas, cuja força residia mais no impulso político do que na investigação empírica. Ao contrário de uma estrutura narrativa que dependia de antagonismos nítidos, um Paraguai moderno e autônomo de um lado, e vizinhos servis ao imperialismo de outro, *Maldita Guerra* restitui densidade às relações interestatais do período. Tensões no Uruguai, disputas pela navegação fluvial e fronteiras indefinidas entre impérios em formação aparecem como fatores que modificam profundamente a compreensão das origens do conflito. Nessa perspectiva, o episódio deixa de ser exceção latino-americana para integrar processos mais amplos de consolidação de Estados nacionais no século XIX.

A releitura da figura de Solano López sintetiza esse esforço de complexificação. A construção do marechal como herói anti-imperialista, apropriada por discursos políticos do século XX, é revista à luz de documentação abundante. Em vez de estadista visionário ou mártir continental, emerge um governante autoritário, cuja rigidez estratégica teve papel decisivo no prolongamento da guerra e na amplitude da tragédia. “López não foi o herói democrático que parte da historiografia quis ver, mas um ditador que submeteu seu povo a um sacrifício desmedido” (DORATIOTO, 2002, p. 389). A crítica não busca inverter o maniqueísmo, mas escapar dele, substituindo oposições simplificadoras por análise histórica.

O mesmo procedimento aparece na avaliação da economia paraguaia. As transformações ocorridas desde meados do século XIX, reorganização produtiva, ampliação da presença estatal e certa coesão social, embora reais, não justificavam a idealização de um modelo autossuficiente e ameaçador aos interesses externos. A dependência de técnicos estrangeiros, as importações de maquinário e a baixa inserção no mercado internacional evidenciam limites estruturais de um país cujas potencialidades não equivalem ao projeto político que o revisionismo lhe atribuiu. Os avanços existiram, mas não configuravam alternativa econômica que justificasse uma suposta perseguição imperial. Ao relativizar a aura de excepcionalidade, a obra demonstra como determinadas projeções sobre o Paraguai funcionaram mais como discurso mobilizador do século XX do que como descrição acurada do XIX.

Ao recolocar o conflito em seu enquadramento regional, *Maldita Guerra* destaca como a instabilidade uruguaia, as disputas entre Buenos Aires e Assunção, e a política externa do Império brasileiro criaram um ambiente propício ao acirramento das tensões. A guerra aparece como produto de rivalidades locais e de projetos de poder em fase de consolidação, não como resultado de fatores exógenos isolados. “O conflito foi antes o resultado das contradições platinas do que da ingerência britânica” (DORATIOTO, 2002, p. 51), formulação que sintetiza o esforço de devolver historicidade às decisões políticas do período.

Essa mudança de eixo interpretativo teve repercussões significativas no campo historiográfico. O livro foi rapidamente incorporado aos programas universitários e passou a funcionar como referência metodológica para novas pesquisas. Sua crítica ao uso seletivo de fontes, ao emocionalismo e às narrativas construídas com fins políticos abriu espaço para investigações mais especializadas sobre diplomacia, economia, cultura militar e os impactos sociais da guerra. A obra tornou-se marco não apenas pela amplitude do levantamento documental, mas pela recusa a leituras que, à procura de soluções fáceis, sacrificavam a complexidade dos processos históricos.

A recepção, como era de se esperar, não foi uniforme. Enquanto o meio acadêmico reconheceu a profundidade da análise e a contribuição ao debate, setores identificados com a tradição revisionista consideraram a obra excessivamente “conciliadora”, acusando-a de minimizar a violência praticada pelos aliados ou de relativizar a tragédia paraguaia. Em parte da recepção do país vizinho, a desconstrução do mito de López foi lida como afronta a sensibilidades nacionais formadas em torno do culto a Cerro Corá. Essas reações revelam que o tema permanece campo sensível de disputas identitárias e que o trabalho crítico sobre o passado sempre desafia narrativas consolidadas. Ainda assim, o saldo é inequívoco: ao recusar tanto a celebração quanto a denúncia panfletária, *Maldita Guerra* redefiniu os parâmetros da discussão.

O principal mérito da obra está justamente nessa capacidade de recolocar o debate historiográfico em bases empíricas sólidas, sem ignorar as implicações políticas e simbólicas que envolvem a Guerra do Paraguai. O livro reforça a importância de articular documentação, crítica metodológica e sensibilidade às dinâmicas regionais, mostrando que o conflito deve ser compreendido como entrecruzamento de interesses locais, decisões políticas e limitações estruturais. Ao fazer isso, desmonta explicações lineares, reabre caminhos de pesquisa e contribui para uma visão mais ampla da formação dos Estados sul-americanos no século XIX.

A obra representa um divisor de águas não por oferecer uma interpretação definitiva, mas por reorientar os termos do debate. Sua força reside na demonstração de que a historiografia não pode prescindir da crítica às fontes, nem se permitir ser conduzida por discursos que, ao buscar respostas simples, distorcem a complexidade histórica. O conflito platino readquire, nesse quadro, densidade e ambiguidade, e deixa de ser instrumento de legitimação de narrativas patrióticas ou ideológicas para se tornar objeto de investigação rigorosa. É essa mudança de paradigma que faz de *Maldita Guerra*, ainda hoje, leitura obrigatória e ponto de inflexão na historiografia latino-americana.

4.3 UMA SÍNTESE EQUILIBRADA OU UMA NOVA ORTODOXIA?

A recepção de *Maldita Guerra* rapidamente consagrou o livro como a síntese mais completa já escrita sobre o conflito. O esforço do autor em dialogar com a documentação primária, em articular múltiplos níveis de análise e em escapar dos extremos interpretativos foi visto como um avanço

historiográfico incontornável. O resultado parece ter produzido, pela primeira vez desde o século XIX, uma narrativa capaz de reunir legitimidade documental e coerência interpretativa, condição que explica a sua difusão acadêmica e editorial. A questão que se coloca é se essa narrativa representa apenas uma síntese equilibrada ou se, pela força com que se impôs, acabou por se converter em uma nova ortodoxia.

O caráter de síntese equilibrada aparece no modo como rejeita tanto a explicação monocausal do complô britânico quanto a leitura moralizante da historiografia imperial. Seu objetivo declarado foi recompor a guerra como fenômeno político, diplomático e militar de grande complexidade. Nesse sentido, a obra se aproxima de movimentos mais amplos da historiografia latino-americana, que na virada do século XX para o XXI buscavam superar o nacionalismo metodológico e integrar a história regional em processos de longa duração. O mérito do autor está em oferecer ao leitor uma versão que devolve densidade ao acontecimento sem cair em simplificações.

Há, no entanto, um efeito inesperado dessa operação. Ao tornar-se leitura de referência obrigatória em cursos universitários e concursos públicos, a obra consolidou-se como narrativa dominante, frequentemente tomada como explicação definitiva do conflito. Nesse processo, a pluralidade de vozes que a própria obra reivindica pode acabar abafada. Se, de um lado, o revisionismo se apoiava em retórica mobilizadora e o romantismo oitocentista exaltava feitos militares, de outro a interpretação corre o risco de cristalizar-se como versão hegemônica, criando a impressão de que a guerra já foi plenamente explicada.

O debate se intensifica quando se observa a recepção no Paraguai. Ali, a crítica ao mito de López e a relativização da suposta modernidade nacional foram recebidas com reservas. Para muitos intelectuais paraguaios, a obra rompeu não apenas com a historiografia revisionista, mas com a própria memória nacional, questionando um dos elementos centrais da identidade coletiva. Essa reação demonstra que, se no Brasil o livro foi celebrado como síntese equilibrada, no Paraguai chegou a ser percebido como imposição de uma narrativa externa, produzindo tensões entre história acadêmica e memória patriótica.

A questão da ortodoxia também se manifesta nas críticas de alguns historiadores brasileiros. Para esses intérpretes, a busca de equilíbrio suavizaria a violência exercida pelo Exército imperial e, ao enfatizar as responsabilidades de López, correria o risco de legitimar implicitamente a ação dos aliados. A tensão entre equilíbrio e relativização da violência mostra que a própria noção de “síntese” pode ser contestada, pois o esforço de escapar aos extremos interpretativos não garante neutralidade, mas cria novos pontos de fricção.

É nesse espaço que emerge a possibilidade de considerar a obra como uma nova ortodoxia. O livro, ao pretender ser síntese, tornou-se referência a tal ponto que passou a ser difícil escrever sobre o tema sem dialogar com ele. Essa centralidade, se por um lado demonstra sua força, por outro levanta a questão de até que ponto a historiografia crítica conseguiu escapar da lógica que procura contestar. A obra, ao ocupar o

lugar de cânone, abre espaço para novas gerações de pesquisadores, mas também delimita o terreno de debate, estabelecendo parâmetros do que é considerado aceitável na discussão acadêmica.

Ainda assim, é preciso reconhecer que o surgimento de uma nova ortodoxia não equivale à repetição das anteriores. Ao contrário da retórica panfletária do revisionismo ou da exaltação imperial oitocentista, a ortodoxia doratiana se ancora em documentação sólida e em esforço analítico consistente. Se sua hegemonia gera riscos, eles são de natureza distinta: não o da manipulação ideológica direta, mas o da cristalização de uma interpretação dominante que pode ofuscar outras abordagens possíveis, como estudos de micro-história, análises culturais ou perspectivas transnacionais.

A contribuição de *Maldita Guerra* precisa ser lida, portanto, em chave dialética. A síntese equilibrada que a obra oferece foi fundamental para romper com impasses interpretativos que marcavam a historiografia da guerra. Ao mesmo tempo, seu sucesso editorial e acadêmico produziu efeitos de consagração que conferem ao livro o estatuto de ortodoxia contemporânea. Entre o equilíbrio e a hegemonia, a obra ocupa lugar paradoxal: marco historiográfico incontornável e, ao mesmo tempo, desafio a ser superado por futuras pesquisas.

O esforço em produzir uma narrativa equilibrada, ancorada em vasta documentação, constitui a marca distintiva. Desde as primeiras páginas, o autor anuncia a recusa tanto do ufanismo oitocentista quanto da denúncia panfletária do revisionismo. Para alcançar esse objetivo, recorreu a mais de uma década de pesquisa em arquivos no Brasil, Paraguai, Argentina e Europa, reunindo correspondências diplomáticas, relatórios militares, documentos oficiais e periódicos. Essa base empírica confere ao texto uma densidade raramente encontrada em estudos anteriores, permitindo que sua argumentação se apoie menos em especulação ideológica e mais em dados verificáveis.

A opção metodológica é clara: não se trata de substituir uma versão por outra, mas de recompor o conflito em toda a sua complexidade. Quando afirma que “não há documentos que autorizem a tese do complô britânico” (DORATIOTO, 2002, p. 45), o autor não apenas refuta uma hipótese, mas reafirma o papel das fontes como critério de validade historiográfica. Essa postura distancia de trabalhos, em que a narrativa de priorizava a denúncia política em detrimento do rigor documental. O equilíbrio buscado não significa neutralidade absoluta, mas uma tentativa de devolver historicidade a um episódio frequentemente capturado por agendas ideológicas.

A construção dessa narrativa equilibrada também se expressa no modo como o autor trata os protagonistas da guerra. Ao desconstruir a figura heroica de Solano López, evita tanto a demonização oitocentista quanto a glorificação revisionista. O marechal surge como liderança contraditória, capaz de mobilizar a sociedade paraguaia, mas responsável por decisões que prolongaram desnecessariamente o sofrimento de seu povo. A análise é dura, mas não caricatural, e procura situar o governante em seu contexto, sem eximi-lo de responsabilidades históricas.

Esse mesmo movimento aparece na avaliação da participação do Império brasileiro. O autor não nega a brutalidade da campanha, mas a insere em um quadro mais amplo de afirmação estatal e de rivalidades regionais. O esforço de equilíbrio aqui não significa absolvição, mas a recusa em reduzir a guerra a um simples ato de agressão imperialista. O conflito é apresentado como resultado da confluência de múltiplas tensões, diplomáticas, políticas e militares, que se intensificaram em um espaço historicamente instável.

A narrativa baseada em evidências também se destaca pela incorporação de diferentes perspectivas nacionais. O autor mobiliza fontes paraguaias, argentinas e uruguaias, evitando a predominância exclusiva de documentos brasileiros, prática comum em historiadores anteriores. Esse recurso amplia o horizonte interpretativo e reforça a intenção de compor um quadro que não seja apenas nacional, mas efetivamente regional. O equilíbrio aqui é também uma escolha de escala, que afasta o risco de interpretações parciais.

O efeito dessa postura é uma obra que, ao mesmo tempo, organiza e problematiza o debate historiográfico. A obra não apresenta a si mesma como narrativa definitiva, mas como tentativa de devolver complexidade a um conflito que havia sido simplificado por discursos de legitimação ou de denúncia. A força do livro decorre justamente da insistência em submeter hipóteses ao crivo documental, ainda que isso implique questionar memórias enraizadas ou tradições consolidadas.

O risco de transformar a interpretação em uma nova ortodoxia é uma das consequências inesperadas do sucesso editorial. A obra foi recebida como síntese definitiva, sustentada em farta documentação e em narrativa clara, tornando-se referência obrigatória para qualquer estudo sobre a Guerra do Paraguai. Essa consagração, ao mesmo tempo em que consolidou um marco historiográfico, abriu a possibilidade de que a pluralidade interpretativa fosse comprimida em favor de uma versão tida como canônica.

A condição de síntese equilibrada pode, em determinados contextos, transformar-se em ortodoxia justamente por sua amplitude. Ao oferecer uma explicação que parece integrar todos os elementos do conflito, construiu uma narrativa que dificilmente deixa espaço para outras abordagens sem que elas se definam em oposição direta ao seu trabalho. Esse efeito demonstra o paradoxo das grandes obras de síntese: ao mesmo tempo em que renovam o debate, também delimitam seus contornos futuros.

O risco de ortodoxia não diminui os méritos da obra, mas revela um problema típico da historiografia latino-americana: a tendência de procurar uma narrativa definitiva para eventos traumáticos. A Guerra, marcada por disputas de memória e identidades nacionais, tornou-se terreno fértil para interpretações que se apresentam como últimas palavras. A força da obra reside em escapar a esse modelo, mas sua recepção, ao consagrá-lo como cânone, acabou reolocando-o nesse mesmo processo.

Em contraste, uma parcela da crítica apontou limites. Alguns intérpretes perceberam que a busca de equilíbrio poderia, em certos momentos, diluir a responsabilidade dos aliados, especialmente do Exército imperial brasileiro, na devastação paraguaia. A acusação era de que, ao rejeitar tanto a demonização de

López quanto a denúncia revisionista, o autor teria minimizado a brutalidade da campanha, transformando crimes de guerra em episódios explicáveis por circunstâncias. Essa leitura encontrou eco em parte da recepção paraguaia, onde a memória nacional se apoia fortemente na ideia de vitimização coletiva.

O debate em torno da violência é ilustrativo das tensões que cercaram a recepção do livro. Enquanto muitos leitores brasileiros viram em *Maldita Guerra* uma narrativa justa e necessária para romper com distorções, setores paraguaios acusaram a obra de reproduzir uma visão “exterior”, que relativizava o sofrimento humano. Essa divisão também se expressa nas diferentes formas de legitimação. No Brasil, tornou-se quase sinônimo de rigor histórico, citado em manuais didáticos, programas de ensino superior e concursos públicos. No Paraguai, embora reconhecido pela densidade da pesquisa, foi recebido com cautela, pois questionava símbolos nacionais cultivados durante décadas. Essa diferença revela como a historiografia não opera em vazio, mas se insere em contextos de memória coletiva que influenciam sua recepção.

O reconhecimento e as críticas convergem para um mesmo ponto: a centralidade adquirida na historiografia da Guerra. Ser aplaudido pelo rigor e, ao mesmo tempo, acusado de minimizar violências não são posições excludentes, mas expressões de como a obra ocupa um lugar central no debate. A amplitude de sua narrativa faz com que ela seja inevitavelmente medida pelos limites que impõe e pelas lacunas que não cobre.

Alguns setores da crítica enxergaram não apenas uma ruptura com o revisionismo, mas também um retorno, ainda que sofisticado, a um discurso conservador. Essa leitura deriva da percepção de que, ao rejeitar a tese do complô britânico e ao desconstruir o mito heroico de Solano López, o autor teria reaproximado a historiografia da versão que relativizava responsabilidades do Império brasileiro. A obra, nessa ótica, representaria uma modernização de narrativas já presentes no século XIX, agora legitimadas pela roupagem científica e pela amplitude documental.

Essa acusação aparece em especial entre estudiosos vinculados a tradições críticas do revisionismo. Para eles, a ênfase na pluralidade de causas e a recusa a visões maniqueístas ocultariam a assimetria de forças entre os países envolvidos. A guerra, vista como catástrofe humanitária, correria o risco de ser interpretada como consequência inevitável de disputas regionais, quando na realidade se configurava como destruição desproporcional de um país pequeno por vizinhos mais poderosos. O rigor documental, nesse sentido, não afastaria, mas reforçaria um viés conservador.

A questão é complexa porque envolve diferentes entendimentos do que significa equilíbrio historiográfico. Para alguns, equilibrar é distribuir responsabilidades de maneira proporcional, ainda que isso reduza a intensidade da violência praticada por um dos lados. Para outros, equilíbrio implica reconstruir o processo sem ocultar que houve atores com maior capacidade de impor perdas. O debate sobre Doratioto revela como a historiografia é atravessada por escolhas éticas, ainda que fundamentadas em fontes.

O desafio de conciliar neutralidade acadêmica com a dimensão trágica do conflito é talvez o ponto mais delicado da recepção de *Maldita Guerra*. A narrativa baseada em evidências busca afastar o tom de denúncia, mas o próprio tema resiste a ser tratado em chave asséptica. O extermínio de parte expressiva da população paraguaia, a morte de milhares de crianças em *Acosta Ñu*, o prolongamento da guerra até Cerro Corá são episódios que desafiam a pretensão de uma descrição distanciada. A neutralidade, nesses casos, pode ser lida como insensibilidade diante do sofrimento.

O autor opta por descrever esses episódios com riqueza documental, evitando a linguagem inflamada que caracterizou tanto os autores imperiais quanto os revisionistas. Essa escolha dá ao texto a força de uma narrativa que permite ao leitor julgar a tragédia a partir dos fatos, sem que o historiador assuma um tom acusatório. Ainda assim, essa estratégia gerou críticas de que o autor teria minimizado o horror da guerra. O dilema entre precisão e indignação percorre a recepção da obra e evidencia a tensão entre história e memória.

A tragédia da Guerra do Paraguai impõe um limite natural à neutralidade. Mesmo o historiador mais rigoroso não consegue evitar que os números da devastação falem por si. O Paraguai perdeu grande parte de sua população masculina adulta, e a reconstrução do país levou décadas. Esses dados, apresentados na obra com base em fontes diversas, revelam a dimensão da catástrofe e mostram que a tentativa de narrar com equilíbrio não elimina o impacto emocional do relato. A neutralidade aqui é relativa, pois o objeto em si carrega a marca da desproporção.

O equilíbrio metodológico buscado, abre, no entanto, uma nova perspectiva. Ao recusar explicações conspiratórias e narrativas heroicas, a obra cria espaço para que a tragédia seja entendida como parte de processos históricos mais amplos: a construção dos Estados nacionais, as rivalidades regionais, a instabilidade do Prata. Essa contextualização não retira o caráter desumano da guerra, mas o integra a lógicas políticas e sociais que explicam por que se chegou a esse ponto. O desafio está em manter essa dupla dimensão, sem dissolver o drama humano em abstrações.

A crítica que vê um retorno ao conservadorismo pode ser relativizada quando se observa a contribuição de sua obra para abrir novas frentes de pesquisa. O livro de Doratioto não encerra o debate, mas o expande, oferecendo pistas para investigações sobre cultura militar, diplomacia, demografia e memória. O próprio esforço de desmontar mitos estimulou a produção de estudos que buscaram novas fontes e metodologias, deslocando o tema da guerra de um campo saturado por polêmicas ideológicas para um terreno mais diversificado.

Entre os desdobramentos mais importantes, destacam-se pesquisas sobre o impacto demográfico da guerra, que aprofundaram os cálculos sobre perdas populacionais e examinaram suas consequências sociais. Outras investigações voltaram-se à dimensão cultural, explorando a produção de impressos, canções e símbolos que circularam durante o conflito. Em todos esses casos, a obra serviu como ponto de partida,

seja como inspiração, seja como contraponto. A força do livro está em ter recolocado a guerra como problema legítimo de pesquisa e não apenas de disputa política.

A abertura de novas frentes de estudo também se deu no campo da diplomacia. Ao enfatizar o papel das negociações e das pressões regionais, o autor estimulou investigações sobre a política externa do Império, sobre a atuação de figuras como o Visconde do Rio Branco e sobre a circulação de ideias políticas no Prata. A guerra passou a ser vista como episódio inserido em redes de relações internacionais mais amplas, o que afastou a tendência de tratá-la como acontecimento isolado ou como resultado exclusivo de fatores internos.

Outra contribuição significativa foi a valorização da perspectiva paraguaia. Ao utilizar documentos e periódicos daquele país, abriu caminho para que outros pesquisadores explorassem essa documentação em maior profundidade. Isso contribuiu para a ampliação do debate acadêmico no próprio Paraguai, ainda que de forma controversa, uma vez que a desconstrução do mito de López confrontava sensibilidades nacionais. A crítica à idealização, ao mesmo tempo em que gerou resistência, também incentivou novas leituras que procuram entender o país além das narrativas oficiais.

A recepção internacional também reforça o caráter de obra aberta. Em centros acadêmicos da Europa e dos Estados Unidos, o livro foi lido como exemplo de historiografia latino-americana que dialoga com debates globais sobre guerras, construção de Estados e identidades nacionais. Essa circulação mostrou que o tema, longe de ser apenas regional, insere-se em questões de alcance universal, como a relação entre guerra e modernidade. O reconhecimento internacional ampliou ainda mais a centralidade do livro e o consolidou como referência obrigatória.

A crítica que associa Doratioto a um retorno ao conservadorismo também precisa considerar que o próprio autor insiste em diferenciar história de memória. O objetivo de sua obra não foi substituir uma narrativa por outra, mas mostrar que nenhuma versão pode pretender-se definitiva. A historiografia, em sua perspectiva, deve estar sempre aberta a revisões, desde que fundamentadas em evidências. O risco de ortodoxia não decorre de sua intenção, mas do modo como a obra foi recebida e consagrada.

Esse ponto nos leva à conclusão de que a contribuição maior é não ter encerrado o debate. O livro ofereceu uma narrativa abrangente e consistente, mas deixou em aberto questões cruciais, que seguem mobilizando pesquisadores. A relação entre memória nacional e historiografia, o impacto social da guerra no cotidiano das populações, a circulação de discursos internacionais sobre o conflito são apenas alguns dos temas que permanecem em disputa. O mérito está em ter fornecido bases sólidas para que essas discussões avancem.

A dimensão trágica da Guerra do Paraguai impede que qualquer síntese se torne definitiva. *Maldita Guerra* foi recebida como marco, mas seu maior legado talvez esteja em lembrar que a história é campo de tensão permanente entre narrativas, memórias e documentos. A acusação de conservadorismo, o desafio da

neutralidade e a abertura de novas frentes de pesquisa não se excluem, mas mostram como a obra mobilizou o debate em múltiplas direções. O livro consolidou-se como referência e, ao mesmo tempo, como provocação, deixando claro que o trabalho historiográfico não se encerra em uma única versão, por mais sólida que pareça.

PARTE III -

COMPARAÇÕES E REFLEXÕES



CAPÍTULO 5 – ENTRE TAUNAY, CHIAVENATO E DORATIOTO: DIÁLOGOS E CONFRONTOS

5.1 O QUE APROXIMA E O QUE SEPARA OS TRÊS AUTORES.

A comparação entre Taunay, Chiavenato e Doratioto revela não apenas diferenças de método e de contexto, mas também algumas aproximações inesperadas. À primeira vista, tudo os separa: o memorialista oitocentista que escreveu sob a égide da vitória imperial; o militante marxista dos anos 1970 que transformou a guerra em denúncia contra o imperialismo; e o historiador acadêmico do início do século XXI que buscou recompor o episódio com base em ampla documentação. No entanto, os três partilham algo em comum: cada um, a seu modo, produziu uma narrativa que respondeu às demandas de seu tempo, e que por isso alcançou impacto muito além da historiografia especializada.

O ponto de convergência mais evidente é a centralidade atribuída à guerra como marco fundacional. Para Taunay, a campanha do Mato Grosso e a Retirada da Laguna foram experiências que ajudaram a forjar a identidade do Exército imperial, inscritas no registro do heroísmo e do sacrifício. Para Chiavenato, a guerra seria a “ferida aberta” da América do Sul, evidência de um genocídio que desnudava os mecanismos de dominação imperialista. Para Doratioto, embora de maneira menos panfletária, a guerra permanece como episódio decisivo da história platina, onde se condensaram as tensões da formação dos Estados nacionais. Ainda que apresentem diferenças quanto às causas e aos sentidos, todos reconhecem na guerra um acontecimento maior, capaz de estruturar memórias e identidades.

As diferenças emergem com maior clareza na abordagem metodológica. Taunay se apoia em sua experiência pessoal, em relatos de campanha e em um olhar memorialista que combina observação direta e sensibilidade literária. Chiavenato, em contraste, escreve sem recorrer às fontes primárias, baseando-se em bibliografia disponível e interpretando-a sob a ótica de um marxismo militante. Doratioto, por sua vez, adota o instrumental acadêmico da crítica documental, cruzando arquivos de quatro países e sustentando sua narrativa em dados verificáveis. Nesse aspecto, a distância é significativa: o primeiro fala como testemunha, o segundo como panfletário, o terceiro como historiador profissional.

Outro ponto de separação diz respeito à figura de Solano López. Taunay o retrata como inimigo formidável, mas sem negar-lhe qualidades de liderança, sempre em contraste com o heroísmo dos soldados brasileiros. Chiavenato o eleva à condição de herói popular, mártir anti-imperialista, cuja derrota simboliza a violência da dominação estrangeira. Doratioto desconstrói ambas as imagens: vê em López um governante autoritário e estrategicamente equivocado, cuja obstinação agravou a tragédia nacional paraguaia, mas que não pode ser reduzido à caricatura de tirano. Nesse contraste, percebe-se a amplitude das leituras que a guerra comporta, de demonização a santificação, passando pela análise crítica.

A visão do inimigo e do aliado também separa os três autores. Taunay exalta a coragem dos combatentes imperiais e constrói uma memória de honra em meio ao infortúnio da retirada. Chiavenato inverte a lógica: denuncia a violência do Brasil e da Argentina, apresentando-os como instrumentos de Londres e retratando o Paraguai como vítima inocente. Doratioto não absolve os aliados, mas insere sua

atuação em um contexto regional de disputas políticas, afastando a ideia de que tenham sido meros fantoches do capital britânico. Nesse sentido, a principal diferença está entre os discursos dicotômicos dos primeiros dois e o esforço de contextualização do terceiro.

Há também aproximações menos evidentes. Tanto Taunay quanto Chiavenato escreveram obras de enorme alcance público, que ultrapassaram os limites da academia e marcaram a formação de imaginários coletivos. Ainda que em sentidos opostos, ambos produziram narrativas de fácil assimilação, pautadas por apelos emotivos: o heroísmo trágico, no primeiro caso; a denúncia indignada, no segundo. Doratioto, embora tenha buscado maior rigor, também conseguiu comunicar-se com públicos amplos, graças à clareza narrativa de *Maldita Guerra*. Nesse ponto, todos partilham a capacidade de moldar visões sociais sobre a guerra, ainda que com registros e objetivos distintos.

As temporalidades de cada autor explicam boa parte de suas diferenças. Taunay escreveu no calor da experiência, quando a Guerra do Paraguai ainda era memória viva e o Império precisava legitimar-se como vencedor. Chiavenato publicou em plena ditadura militar, quando a denúncia anti-imperialista oferecia aos jovens um horizonte de resistência simbólica. Doratioto escreveu no início do século XXI, em um ambiente acadêmico que valorizava a crítica documental e buscava superar mitos consolidados. Em cada caso, a guerra serviu como espelho das urgências políticas e intelectuais de sua época.

O que separa de modo radical os três autores é a relação com as fontes. Taunay recorre ao testemunho e à literatura memorialista, criando uma narrativa que mistura observação direta e elaboração estética. Chiavenato privilegia a síntese engajada, sem preocupação com comprovação documental, enfatizando a força política de sua denúncia. Doratioto constrói seu texto a partir de uma pesquisa minuciosa, incorporando crítica interna e externa às fontes, em diálogo com métodos acadêmicos internacionais. Essa diferença explica por que *Maldita Guerra* adquiriu status de marco historiográfico, ao passo que os outros permanecem como expressões de contextos específicos.

Ainda assim, seria reducionista enxergar apenas a oposição entre rigor e ideologia. A literatura de Taunay, mesmo memorialista, preserva elementos etnográficos e observações que até hoje são utilizadas por historiadores. O panfleto de Chiavenato, embora metodologicamente limitado, teve papel relevante ao tencionar a narrativa tradicional e a memória oficial. A obra de Doratioto, ainda que equilibrada, também foi acusada de relativizar a violência dos aliados. Todos, de formas distintas, enfrentaram críticas pela maneira como articularam história e memória, fato que aproxima suas trajetórias no campo historiográfico.

O que aproxima e separa Taunay, Chiavenato e Doratioto é, em última instância, a tensão entre história, memória e política. Cada um escreveu em resposta a dilemas de sua época, e é nesse ponto que residem tanto as convergências quanto os distanciamentos. Taunay legitimou o Império, Chiavenato forneceu narrativa de resistência, Doratioto procurou equilibrar evidências. O diálogo entre eles não resulta

em síntese única, mas em um mosaico que revela como a Guerra do Paraguai continua a ser um campo de disputas interpretativas em diferentes gerações.

Todos escrevem sobre o mesmo evento histórico, a Guerra do Paraguai, mas o fazem a partir de horizontes intelectuais radicalmente distintos. Taunay, ao registrar a *Retirada da Laguna*, mobiliza o testemunho pessoal e o olhar do memorialista. Sua narrativa é atravessada pela experiência sensorial do campo de batalha, pela exaltação da coragem e pelo lamento diante da perda. O evento histórico aparece como matéria de memória e de literatura, antes mesmo de ser objeto de investigação crítica. O soldado-escriptor transformou a derrota em epopéia, inscrevendo-a no panteão das virtudes militares do Império.

Chiavenato, por sua vez, ressignifica a mesma guerra como denúncia. Escrevendo em plena ditadura militar, interpreta o conflito como “genocídio americano”, produto de uma conspiração imperialista. O mesmo evento que em Taunay serviu para glorificar soldados e legitimar a monarquia surge, em sua pena, como crime histórico que deve ser exposto às novas gerações. O recurso às categorias marxistas, combinadas com retórica panfletária, molda um discurso em que o Paraguai aparece como mártir coletivo e Solano López como herói popular. O passado é convocado não para ser compreendido, mas para oferecer símbolos de resistência à opressão contemporânea.

Doratioto, escrevendo mais de um século após Taunay e duas décadas após Chiavenato, encara a Guerra do Paraguai como problema historiográfico a ser reconstruído a partir de evidências. A mesma sucessão de batalhas, tratados e personagens é submetida ao crivo da crítica documental, cruzando fontes brasileiras, paraguaias, argentinas e uruguaias. O evento, longe de servir a um projeto de legitimação política ou de denúncia ideológica, é tratado como campo de disputas múltiplas, onde a diplomacia, a economia e a política regional interagem. O historiador procura recuperar a complexidade perdida nas narrativas anteriores.

O contraste entre os três mostra como um mesmo acontecimento pode ser ressignificado segundo as demandas de cada época. Taunay precisava dar sentido à experiência traumática da campanha e integrar-se ao projeto de legitimação do Império. Chiavenato buscava oferecer à juventude latino-americana um passado heroico de resistência contra a dominação estrangeira, em meio à censura e à repressão política. Doratioto respondia a um ambiente acadêmico em que a crítica metodológica e a ampliação das fontes eram exigências fundamentais. O mesmo conflito produziu, assim, três guerras distintas: a da memória imperial, a da denúncia revisionista e a da síntese acadêmica.

A diferença de registros também altera a percepção do leitor sobre o evento. Taunay, ao narrar a travessia dos pântanos e a agonia dos soldados, humaniza a experiência bélica e a converte em epopeia nacional. Chiavenato, ao falar em genocídio e em manipulação estrangeira, dramatiza a dimensão coletiva da tragédia e insere-a no repertório das lutas anti-imperialistas. Doratioto, ao relativizar ambos, procura

mostrar como o evento se enraizava em disputas regionais, ressaltando que a catástrofe não foi fruto de conspiração externa nem de heroísmo unilateral, mas de processos políticos e militares mais amplos.

Esse jogo de interpretações mostra como a Guerra do Paraguai é mais do que um objeto do passado: ela se converte em campo de batalha da memória. O evento não muda, mas sua significação se altera conforme o lugar de enunciação. Um memorialista, um panfletário e um historiador acadêmico oferecem respostas diferentes à mesma questão: por que a guerra aconteceu e o que ela significa. Essa plasticidade interpretativa revela a natureza da história como construção discursiva, sujeita às condições de produção e às expectativas sociais de cada tempo.

A sofisticação da análise comparativa permite perceber que as divergências não eliminam certas continuidades. Tanto Taunay quanto Chiavenato e Doratioto reconhecem a centralidade do evento para a história sul-americana. Todos o colocam como divisor de águas, seja na formação do Exército imperial, na denúncia da dominação estrangeira ou na consolidação dos Estados nacionais. A guerra, assim, mantém seu estatuto de acontecimento fundador, mesmo quando narrada a partir de perspectivas opostas. O ponto comum é a percepção de que nada foi igual depois dela.

O exame das três narrativas mostra, em última instância, que escrever sobre a Guerra do Paraguai é também escrever sobre o presente. O evento de 1864-1870 funciona como tela de projeção para dilemas políticos e intelectuais contemporâneos a cada autor. Taunay fala de honra e sacrifício em meio à consolidação da monarquia. Chiavenato fala de imperialismo e genocídio no auge das ditaduras latino-americanas. Doratioto fala de rigor e complexidade em um contexto de profissionalização da historiografia. O mesmo episódio histórico revela múltiplos sentidos porque cada geração o reinscreveu em suas próprias disputas.

Taunay escreve como testemunha direta da guerra, participante da desastrosa expedição a Mato Grosso e sobrevivente da Retirada da Laguna. Sua condição de militar confere autenticidade à narrativa, marcada pela dramaticidade da experiência pessoal. O texto, embora literário, contém observações minuciosas sobre a paisagem, o cotidiano da tropa e o sofrimento dos soldados. Essa perspectiva memorialista imprime ao relato a força de um testemunho, mas também o limita, pois o transforma em exercício de memória heroica e nacionalizante, em sintonia com as necessidades do Império de legitimar-se após o conflito.

Chiavenato, em contraste, escreve quase um século depois, sem contato direto com o evento e sem vínculo com a instituição militar. Sua posição é a de jornalista militante, empenhado em oferecer uma leitura engajada da guerra. Em *Genocídio Americano*, não pretende reconstruir criticamente as fontes, mas construir um manifesto que denuncie o imperialismo e celebre a resistência paraguaia. A retórica panfletária serve de instrumento para dar à guerra um sentido político contemporâneo, em plena ditadura militar

brasileira. O jornalista mobiliza o passado como arma de combate ideológico, mais interessado em persuadir do que em comprovar.

Doratioto insere-se em registro distinto. Escrevendo como historiador acadêmico, assume o compromisso de articular rigor documental e interpretação crítica. Sua narrativa não deriva de vivência nem de militância, mas da pesquisa sistemática em arquivos e da confrontação de fontes. O historiador busca afastar tanto o tom épico de Taunay quanto a denúncia inflamável de Chiavenato, apresentando-se como mediador que devolve complexidade ao processo histórico. Sua obra se inscreve no contexto da profissionalização da historiografia brasileira, quando o trabalho do historiador passou a ser definido pela crítica de fontes e pela recusa a simplificações ideológicas.

A diferença de registros revela também distintas concepções de verdade histórica. Para Taunay, a verdade se confunde com a vivência, com o “eu vi” que legitima a narrativa. Para Chiavenato, a verdade é política, construída a partir da interpretação marxista do imperialismo e da necessidade de mobilizar o leitor. Para Doratioto, a verdade é documental, resultado da triangulação entre múltiplas fontes e da metodologia crítica que procura sustentar cada afirmação. A mesma guerra, narrada sob esses diferentes regimes de verdade, adquire tonalidades que vão da epopeia à denúncia, chegando à síntese acadêmica.

O estatuto de cada autor também determina o alcance de suas obras. O memorialista Taunay dialoga com contemporâneos e com uma elite imperial ansiosa por heróis. O jornalista Chiavenato dialoga com militantes, estudantes e intelectuais de esquerda, oferecendo-lhes um passado que justificasse suas lutas presentes. O historiador Doratioto dialoga com pares acadêmicos, mas alcança também o público geral pela clareza narrativa, consolidando-se como leitura obrigatória em universidades e concursos. A posição social de cada autor condiciona não apenas o estilo de sua escrita, mas também a recepção de seus livros.

O contraste é igualmente perceptível na relação com o tempo. Taunay escreve em meio à proximidade dos fatos, quando a guerra ainda reverberava na política imperial. Chiavenato escreve em plena Guerra Fria, projetando sobre o século XIX as categorias de dominação e dependência que marcavam a teoria marxista latino-americana. Doratioto escreve em um início de século XXI caracterizado pela busca de rigor acadêmico, pelo distanciamento crítico e pelo acesso ampliado a acervos documentais. A temporalidade de cada obra traduz-se em suas escolhas narrativas e em seus compromissos intelectuais.

Apesar das diferenças, há aproximações que não devem ser negligenciadas. Taunay e Chiavenato, cada um a seu modo, escreveram textos que ultrapassaram a esfera acadêmica, moldando imaginários coletivos e influenciando a memória popular da guerra. Doratioto, embora mais rigoroso, também alcançou difusão ampla, tornando-se referência tanto na universidade quanto em círculos de leitores interessados em história. O que os une é a capacidade de fazer da Guerra do Paraguai não apenas objeto de estudo, mas matéria de memória social.

A comparação entre os três evidencia que o modo de narrar a guerra está diretamente ligado ao lugar de fala do autor. O militar-memorialista, o jornalista militante e o historiador acadêmico oferecem não apenas versões distintas de um mesmo evento, mas também formas diferentes de produzir e legitimar conhecimento histórico. O confronto entre eles ilumina como a Guerra do Paraguai foi, e continua a ser, um campo de disputa discursiva, onde se encontram testemunho, ideologia e ciência.

A diferença no tom reflete as intenções de cada autor. Taunay queria legitimar a monarquia e eternizar a memória de seus soldados; sua linguagem patriótica respondia à necessidade de consagração simbólica. Chiavenato buscava mobilizar a juventude em tempos de ditadura, e a denúncia panfletária era arma de combate político. Doratioto pretendia oferecer uma obra acadêmica sólida, capaz de dialogar com especialistas e com leitores interessados em história; o tom científico foi o recurso para dar credibilidade e distanciamento. Cada narrativa é inseparável de seu projeto político-intelectual.

O romantismo de Taunay inscreve-se em uma tradição que transformava guerras em epopeias nacionais. A pátria era narrada como entidade moral, e o sofrimento humano convertia-se em sacrifício pelo Império. A denúncia de Chiavenato, ao contrário, é herdeira da literatura militante dos anos 1970, que fazia do passado palco de disputas ideológicas contemporâneas. Já a cientificidade de Doratioto dialoga com a profissionalização da historiografia e com a demanda de neutralidade crítica que marcou as últimas décadas. O tom narrativo de cada um é, portanto, produto de seu tempo.

O impacto desses estilos no leitor também diverge. Taunay emociona, transporta o público para a experiência da tropa e legitima o orgulho nacional. Chiavenato indigna, provoca reação imediata, transforma a leitura em ato político. Doratioto convence pela evidência, pela cadência dos argumentos e pelo peso dos documentos mobilizados. A recepção de cada obra dependeu em grande medida do tom narrativo escolhido, que definiu a forma como foram apropriadas por gerações distintas.

Apesar das diferenças, há também pontos de contato. Tanto Taunay quanto Chiavenato, ainda que por vias opostas, fazem da emoção o motor da narrativa: o primeiro exalta, o segundo denuncia. Doratioto se distancia dessa estratégia, mas ao optar por um tom documental também produz um efeito emocional indireto: o choque que resulta da própria dimensão trágica dos números e dos testemunhos apresentados. O tom científico não anula o impacto, mas o desloca para a autoridade do documento.

A comparação dos três estilos evidencia como a Guerra do Paraguai foi construída discursivamente em diferentes registros de linguagem. O mesmo evento pôde ser romantizado como epopeia patriótica, denunciado como genocídio ou reconstruído como objeto historiográfico. O tom narrativo não é mero detalhe estético, mas elemento constitutivo da interpretação histórica. A forma como se escreve condiciona a maneira como se entende a guerra, e nesse jogo de estilos reside parte da explicação para o poder duradouro dessas três obras.

A relação de Taunay com as fontes é marcada pelo lugar de testemunha. Em *A Retirada da Laguna*, a experiência vivida se converte em fonte primária, e a memória pessoal assume estatuto de documento. O autor recorre a descrições minuciosas da marcha, das doenças e da morte, registrando aquilo que seus olhos viram. O caráter memorialista confere força literária e autenticidade, mas também limita o horizonte analítico. O texto é menos investigação e mais evocação, sustentado pela autoridade do “eu estive lá”. Essa proximidade temporal e emocional com os fatos produz uma narrativa que preserva valores do Império e que pouco questiona o sentido político do conflito.

Chiavenato, em contraste, escreve sem contato direto com a guerra e sem base documental sólida. Seu *Genocídio Americano* é construído a partir de obras secundárias, muitas vezes citadas sem rigor crítico, e interpretado à luz de uma ideologia marxista voltada para a denúncia do imperialismo. As fontes primárias praticamente não aparecem, substituídas por sínteses bibliográficas e pela força da retórica panfletária. A história se torna discurso político, e a evidência é subordinada à militância. O resultado é um livro de grande impacto popular, mas de frágil sustentação historiográfica.

Doratioto inaugura um terceiro caminho, apoiado na pesquisa documental sistemática. Em *Maldita Guerra*, o autor explora arquivos no Brasil, Paraguai, Argentina e Europa, mobilizando correspondências diplomáticas, relatórios militares, periódicos e memórias. A crítica interna e externa das fontes orienta cada interpretação, afastando a narrativa do risco de especulação. A preocupação com a verificação empírica é tão central que a obra se tornou referência de rigor acadêmico, diferenciando-se tanto do memorialismo oitocentista quanto do panfleto revisionista. O historiador confere às fontes o papel de fundamento último da narrativa.

A comparação também evidencia diferentes regimes de verdade. Para Taunay, a verdade é memorialista, legitimada pela experiência direta. Para Chiavenato, a verdade é ideológica, construída pela denúncia contra o imperialismo. Para Doratioto, a verdade é documental, resultado do cruzamento sistemático de registros. Essa pluralidade mostra como o mesmo evento pode ser reconstruído a partir de critérios distintos de validação, cada qual com suas potencialidades e limitações.

O efeito dessas escolhas é perceptível na recepção das obras. O livro de Taunay permanece como fonte memorialística e literária, útil para o historiador, mas insuficiente como análise. O de Chiavenato mantém vigor como texto de denúncia, ainda lido em ambientes militantes, mas desacreditado em círculos acadêmicos. O de Doratioto consolidou-se como referência de pesquisa, citado como modelo de crítica documental, mas também acusado de excessiva cautela em seus julgamentos. Cada relação com as fontes gera um tipo específico de legitimidade e de crítica.

A síntese dessa comparação mostra que a história da Guerra do Paraguai não pode ser compreendida sem considerar a maneira como cada autor tratou suas fontes. O memorialista que escreve o que viveu, o jornalista que escreve o que acredita e o historiador que escreve o que documenta oferecem, em última

análise, três regimes distintos de escrita da história. A leitura conjunta revela não apenas as diferenças de método, mas também a vitalidade de um acontecimento que continua a ser reconstituído segundo parâmetros variados de evidência e de verdade.

O impacto dessas leituras sobre o imaginário coletivo foi profundo. A visão de Taunay alimentou a tradição imperial de enaltecer a vitória brasileira. A de Chiavenato se tornou hegemônica entre militantes e estudantes nos anos 1970 e 1980, consolidando López como herói latino-americano. A de Doratioto, mais recente, busca reposicionar o debate, questionando tanto a demonização quanto a glorificação. O marechal, em sua pena, emerge como personagem histórico contraditório, situado entre a ambição política e o peso da tragédia.

A comparação mostra que Solano López, mais do que personagem do século XIX, é figura construída e reconstruída conforme as demandas de cada época. Herói bárbaro para Taunay, mártir anti-imperialista para Chiavenato, ditador agressor para Doratioto, ele encarna a plasticidade da Guerra do Paraguai como campo de memória e disputa historiográfica. O modo como cada autor o interpreta revela não apenas visões da guerra, mas também visões do próprio papel da história na sociedade: glorificar, denunciar ou problematizar.

5.1.1 O lugar da Inglaterra: quase inexistente em Taunay, central em Chiavenato, relativizado em Doratioto

Na narrativa de Taunay, a Inglaterra praticamente não ocupa espaço. Em *A Retirada da Laguna*, o olhar é estritamente militar e memorialista, voltado para a experiência imediata da tropa brasileira em território hostil. As preocupações diplomáticas e econômicas internacionais não aparecem como determinantes do conflito, pois o objetivo central era registrar a bravura dos combatentes imperiais e transformar a derrota em epopéia. O silêncio sobre a Inglaterra não é acidental: revela o foco de um autor interessado em legitimar a memória nacional e em reforçar a autoridade do Império diante de seus próprios cidadãos, sem inserir a guerra em um quadro geopolítico mais amplo.

Chiavenato, em contraste, faz da Inglaterra o personagem invisível mais poderoso da guerra. Em *Genocídio Americano*, o imperialismo britânico é apresentado como causa fundamental da destruição do Paraguai. A narrativa se constrói a partir da ideia de que Londres temia a ascensão de um país autônomo e moderno, e por isso teria manipulado Brasil e Argentina para destruir o modelo paraguaio. A centralidade atribuída à Inglaterra transforma o conflito em capítulo da luta global entre metrópoles e povos colonizados. Essa leitura, embora desprovida de documentação direta, exerceu enorme força retórica, pois oferecia um inimigo externo claro e uma explicação simples para a tragédia.

Doratioto relativiza de forma sistemática essa visão. Em sua obra, a Inglaterra aparece, mas não como mandante do conflito. O autor mostra que, nos arquivos britânicos, não há evidências de uma

conspiração para destruir o Paraguai. Pelo contrário, Londres estava interessada na estabilidade do Prata, condição essencial para a fluidez do comércio internacional. Como observa o historiador, “não há documentos que autorizem a tese do complô britânico” (DORATIOTO, 2002, p. 45). A guerra, em sua análise, resulta de rivalidades regionais, de disputas de fronteira e da instabilidade política uruguaia, e não da intervenção decisiva de uma potência europeia.

Essa diferença de abordagem revela as distintas funções sociais das obras. Ao ignorar a Inglaterra, Taunay constrói uma narrativa nacionalista, que exalta o papel do Brasil sem desviar o foco para influências externas. Ao colocá-la no centro, Chiavenato dialoga com a teoria da dependência e com a crítica ao imperialismo que marcava a intelectualidade latino-americana dos anos 1970. Ao relativizar sua importância, Doratioto responde às exigências acadêmicas de seu tempo, que demandavam provas documentais e recusavam explicações simplistas.

O lugar da Inglaterra também mostra como cada autor mobiliza escalas diferentes de análise. Taunay trabalha no nível micro, atento ao sofrimento da tropa e à memória da campanha. Chiavenato adota uma escala macro, explicando o conflito como parte do sistema capitalista mundial e transformando a guerra em evidência de dominação global. Doratioto, por sua vez, articula escalas, mas privilegia a dimensão regional, explicando a guerra como produto das contradições platinas e apenas secundariamente como questão internacional. O que muda não é apenas a interpretação, mas a lente escolhida para observar o mesmo evento.

O impacto sobre os leitores também se altera conforme o papel atribuído à Inglaterra. A ausência em Taunay reforça a narrativa de honra e sacrifício brasileiros, sem espaço para fatores externos que pudessem relativizar a vitória imperial. A centralidade em Chiavenato ofereceu à juventude latino-americana um inimigo externo contra o qual era possível mobilizar-se simbolicamente, em tempos de ditadura. A relativização em Doratioto trouxe sobriedade analítica, mas foi criticada por alguns setores por parecer minimizar as dinâmicas de dependência que de fato marcavam a economia latino-americana do século XIX.

A comparação mostra ainda como a historiografia é atravessada por disputas de interpretação sobre o papel do imperialismo. Taunay o silencia porque sua narrativa era memorialista e patriótica; Chiavenato o absolutiza porque sua narrativa era política e engajada; Doratioto o problematiza porque sua narrativa é acadêmica e documental. Três posições distintas em relação a um mesmo tema revelam não apenas diferentes leituras da guerra, mas também distintas concepções sobre como a história deve ser escrita.

O lugar da Inglaterra, quase inexistente em Taunay, central em Chiavenato e relativizado em Doratioto, sintetiza as divergências fundamentais entre os três. O primeiro olha para dentro, para a pátria e sua glória; o segundo olha para fora, para o imperialismo e sua dominação; o terceiro procura articular os

dois planos, mas privilegia as dinâmicas regionais. A comparação ilumina como um mesmo fator externo pode ser invisível, onipresente ou contextualizado, dependendo da lente historiográfica adotada.

Em Taunay, a Guerra é narrada como momento de exaltação do Império brasileiro. Em sua obra, o sofrimento dos soldados em território hostil é transfigurado em sacrifício patriótico. A derrota, longe de ser apenas um fracasso militar, é convertida em prova de fidelidade à pátria e em evidência da grandeza moral do Exército imperial. A identidade nacional aparece ancorada no heroísmo coletivo, na disciplina e na lealdade à monarquia, elementos que se harmonizam com a ideologia de um Estado que buscava consolidar-se como potência regional.

Chiavenato constrói narrativa oposta, deslocando o centro da identidade nacional para o Paraguai. Em sua obra, o país aparece como experiência alternativa de desenvolvimento autônomo, supostamente moderno e independente do imperialismo. A guerra é apresentada como destruição de uma esperança coletiva, traída pelos vizinhos a serviço da Inglaterra. A identidade nacional paraguaia é assim elevada a símbolo da resistência latino-americana, enquanto o Brasil e a Argentina aparecem como Estados submissos e violentos. A guerra é menos história do século XIX e mais alegoria política dos anos 1970, em que a denúncia do imperialismo cumpria função mobilizadora.

Doratioto recusa tanto a exaltação quanto a denúncia. Seu foco recai sobre a consolidação dos Estados nacionais no Prata. O Brasil buscava afirmar-se como monarquia estável; a Argentina, superar rivalidades internas e construir unidade política; o Paraguai, centralizar poder e ampliar sua inserção regional. A guerra é explicada como encontro violento desses projetos em formação. A identidade nacional não é apresentada como heroísmo ou como esperança perdida, mas como processo em curso, cheio de contradições e marcado pela violência da afirmação estatal.

O contraste evidencia diferentes modos de instrumentalizar a guerra para pensar a nação. Taunay escreve quando o Brasil imperial precisava de símbolos de unidade e de legitimação de sua monarquia. Chiavenato escreve quando intelectuais latino-americanos buscavam denunciar a dependência e exaltar alternativas anti-imperialistas. Doratioto escreve em contexto acadêmico que privilegia a crítica documental e a análise histórica da formação estatal. Cada autor projeta sobre a guerra as ansiedades políticas e identitárias de seu próprio tempo.

A identidade nacional exaltada por Taunay é, em grande medida, exclusivista. O Brasil aparece como polo de civilização em contraste com a barbárie dos vizinhos, e o Exército imperial como guardião dessa missão. Em Chiavenato, a identidade é inclusiva, mas utópica: o Paraguai é elevado à condição de nação-modelo, traída por forças externas. Em Doratioto, a identidade é plural e contraditória: cada Estado do Prata emerge de disputas internas e externas, sem heróis incontestes ou vilões absolutos.

Essas diferenças também refletem escolhas narrativas. Taunay dramatiza o heroísmo do soldado brasileiro, transformando experiência militar em símbolo nacional. Chiavenato dramatiza a destruição

paraguaia, fazendo da tragédia um mito mobilizador. Doratioto relativiza ambos, descrevendo os processos estatais com base em documentos e desmontando mitificações. A identidade nacional, em cada caso, é resultado direto do estilo narrativo e da função social da obra.

O impacto dessas construções identitárias ultrapassa a historiografia. O texto de Taunay alimentou a memória oficial do Império, sendo retomado em manuais e celebrações militares. O de Chiavenato tornou-se referência de resistência, influenciando gerações de estudantes e militantes de esquerda. O de Doratioto consolidou-se como leitura obrigatória em universidades, moldando a forma como as novas gerações de historiadores compreendem o conflito e os Estados nacionais. Cada obra, à sua maneira, ajudou a definir como diferentes comunidades imaginam sua própria identidade.

Comparar Taunay, Chiavenato e Doratioto nesse aspecto mostra como a Guerra do Paraguai foi mais que um episódio militar: tornou-se laboratório de narrativas sobre a nação. Heróica para o Brasil imperial, traída para o revisionismo militante, complexa e contraditória para a historiografia acadêmica, a identidade nacional construída em torno da guerra reflete menos o século XIX do que as disputas de memória e poder que se seguiram. A guerra permanece como espelho em que cada geração projeta seus dilemas sobre o que significa ser nação.

Em Taunay, a relação com a memória é inseparável da necessidade de legitimar o Império. Seu livro transforma um episódio militar traumático em narrativa de honra, exaltando a disciplina e a coragem dos soldados mesmo diante da derrota. O relato reforça a memória oficial de um Brasil imperial civilizador, cuja identidade nacional se construía pela ideia de sacrifício coletivo. O texto não problematiza os sentidos da guerra, mas os reafirma, convertendo a experiência pessoal do autor em monumento literário para a nação.

Chiavenato adota caminho diametralmente oposto. Em sua obra, a memória oficial da vitória brasileira é recusada e denunciada como manipulação. O autor rompe deliberadamente com a versão celebratória e propõe outra memória, fundada na ideia de genocídio e na elevação de Solano López a mártir da resistência. Essa ruptura tinha clara função política: oferecer à juventude latino-americana, em tempos de ditadura, uma contra-história capaz de inspirar resistência. A memória é, assim, reconfigurada como denúncia, não como celebração.

Doratioto busca um ponto de equilíbrio entre essas duas tendências. Em sua obra, ele não reproduz a memória oficial oitocentista nem a rejeita de forma panfletária, mas tenta conciliá-la com documentação crítica. Reconhece que a guerra foi vitória brasileira, mas recusa transformá-la em epopeia. Reconhece também o sofrimento paraguaio, mas relativiza sua idealização. A memória, em sua narrativa, não é negada, mas submetida ao crivo documental. Trata-se de uma tentativa de reconciliar lembrança coletiva e rigor historiográfico.

Essa diferença revela funções sociais distintas da escrita da história. Taunay escreve para consolidar a memória oficial de um Estado que precisava de heróis. Chiavenato escreve para demolir essa memória e substituí-la por uma versão contra-hegemônica. Doratioto escreve para integrar memória e crítica, devolvendo complexidade ao processo histórico. A relação com a memória é, em cada caso, uma estratégia de intervenção no presente.

O efeito sobre os leitores também difere. A obra de Taunay alimentou o imaginário militar e imperial, tornando-se parte da tradição celebratória da guerra. A de Chiavenato tornou-se símbolo de resistência, marcando gerações de militantes e estudantes. A de Doratioto tornou-se referência acadêmica, sendo apropriada como leitura obrigatória em cursos universitários. Cada livro moldou, de maneira diversa, a forma como a memória coletiva se relaciona com o episódio da Guerra do Paraguai.

A memória, no caso de Taunay, é estática: perpetua a visão do Império como civilizador. No de Chiavenato, é insurgente: rompe com a tradição e propõe nova narrativa. No de Doratioto, é dialética: coloca versões em confronto, testando-as contra a documentação e oferecendo síntese crítica. O mesmo acontecimento é lembrado de modos radicalmente diferentes porque cada autor escreve em diálogo com sua própria época e com as demandas de sua comunidade política.

O contraste também evidencia o lugar da historiografia frente à memória. Taunay escreve mais como memorialista do que como historiador, produzindo lembrança que se confunde com exaltação. Chiavenato escreve mais como militante, produzindo memória contra-hegemônica em chave panfletária. Doratioto escreve como historiador acadêmico, problematizando as memórias existentes e submetendo-as ao método crítico. A guerra, nesse sentido, torna-se campo de disputa não apenas de interpretações, mas de regimes de memória.

A síntese da comparação mostra que a Guerra, mais que um evento, é uma memória em disputa. O memorialista a glorifica, o militante a denuncia, o historiador a contextualiza. Taunay reforça a memória oficial, Chiavenato rompe com ela, Doratioto tenta conciliá-la com documentação. O resultado é um mosaico em que a história e a memória não se opõem, mas se entrecruzam, revelando que narrar a guerra é também narrar a forma como diferentes épocas escolhem lembrar ou esquecer.

O público a que Taunay se dirige é a elite imperial. Sua obra não foi escrita apenas como testemunho pessoal, mas como contribuição ao processo de legitimação da monarquia brasileira. A obra oferecia à aristocracia imperial uma narrativa que transformava a derrota em episódio glorioso, convertendo sofrimento em prova de fidelidade à pátria. O texto dialogava diretamente com círculos letrados e políticos, reforçando valores de honra, disciplina e sacrifício. O destinatário implícito não era o povo, mas uma elite educada que buscava na literatura confirmação de sua missão civilizadora.

Chiavenato, ao contrário, escreve para leitores críticos e estudantes, sobretudo para a juventude engajada dos anos 1970. Sua obra foi pensada como obra de denúncia, acessível, de linguagem direta e

indignada. O objetivo era mobilizar leitores contra as versões oficiais ensinadas nas escolas e reproduzidas nos meios de comunicação durante a ditadura militar. Seu público-alvo era composto por militantes de esquerda, professores e estudantes que procuravam uma leitura alternativa da história latino-americana. O livro circulou amplamente em ambientes universitários e políticos, servindo como instrumento de conscientização.

Doratioto se dirige, em primeiro lugar, à academia, mas também a um público amplo interessado em história. Sua obra reúne aparato documental e rigor metodológico, o que o torna referência indispensável para pesquisadores. Ao mesmo tempo, sua narrativa clara e envolvente garante acesso a leitores não especializados. A obra ocupa, assim, posição intermediária: é um livro acadêmico que ultrapassa as fronteiras da universidade, alcançando professores, jornalistas e leitores curiosos sobre o passado sul-americano. O público-alvo é híbrido, e o sucesso editorial demonstra que essa escolha foi eficaz.

O estilo narrativo acompanha essa escolha de destinatários. O lirismo romântico de Taunay corresponde ao gosto literário da elite imperial, que valorizava a retórica patriótica e a idealização da guerra. O tom panfletário de Chiavenato dialoga com estudantes e militantes, ávidos por textos curtos, diretos e politicamente engajados. O tom documental de Doratioto responde às exigências da academia, mas é temperado por clareza expositiva que atrai leitores de fora do meio universitário. A forma e o público se condicionam mutuamente.

A recepção confirma esse vínculo. A obra de Taunay foi incorporada à memória oficial e lida como documento exemplar da bravura imperial. A de Chiavenato tornou-se texto de cabeceira em movimentos estudantis e intelectuais latino-americanos, sendo usada como contra-história em tempos de repressão. A de Doratioto foi adotada em cursos universitários, mas também alcançou público geral, tornando-se best-seller dentro do campo da historiografia. Cada uma encontrou seu público natural, mas também gerou repercussões em círculos mais amplos.

As três obras mostram que a escrita da história nunca é neutra em relação ao público a que se destina. A escolha dos destinatários molda linguagem, estrutura narrativa e até a seleção de fontes. Taunay escreve para convencer a elite de sua própria grandeza; Chiavenato, para convencer estudantes de que a história oficial era falsa; Doratioto, para convencer acadêmicos e leitores críticos de que era possível superar os mitos com documentação. A relação entre autor e público é, assim, parte integrante do sentido de cada obra.

As motivações de cada autor também explicam a função social de suas obras. Taunay queria fortalecer o Império e eternizar o heroísmo militar. Chiavenato queria mobilizar contra o imperialismo e legitimar a resistência política. Doratioto queria consolidar a história acadêmica da guerra e abrir novas linhas de investigação. O que os aproxima é justamente o fato de que cada obra não se limita a descrever a guerra, mas a usar o passado como resposta às questões do presente.

Essa dimensão contextual não diminui o valor historiográfico de cada autor, mas ajuda a situá-los. Taunay permanece útil como fonte literária e memorialista, ainda que limitado como análise. Chiavenato segue relevante como registro das disputas políticas do final do século XX, embora frágil em termos documentais. Doratioto é a referência atual de rigor, mas também sujeito a críticas de excessivo equilíbrio. Cada um é produto de seu tempo, e esse condicionamento é parte de sua importância.

O reconhecimento dessa historicidade mostra que a historiografia não é acumulação linear de verdades, mas sucessão de leituras marcadas por circunstâncias. A guerra, sempre a mesma em sua materialidade, reaparece como experiência distinta porque cada geração a reinscreveu segundo suas próprias motivações. O que aproxima Taunay, Chiavenato e Doratioto é o fato de que nenhum escreveu em vazio: todos responderam a pressões intelectuais e sociais que moldaram seu trabalho.

A síntese dessa comparação é que a distância que os separa em método, fontes e linguagem não impede que compartilhem uma mesma condição: todos são intérpretes situados, enraizados em contextos específicos. A proximidade reside justamente na diferença, pois cada um, ao escrever, revelou menos a verdade definitiva sobre a guerra do que a maneira como seu tempo precisava interpretá-la. A Guerra do Paraguai, assim, reaparece como espelho de três épocas distintas, mas unidas pelo mesmo esforço de transformar o passado em significado para o presente.

5.2 O PESO DAS IDEOLOGIAS, DOS MÉTODOS E DOS CONTEXTOS HISTÓRICOS.

A escrita da história é sempre conhecimento situado. Ideologias, métodos e contextos não aparecem como camadas exteriores ao texto, mas como estruturas que informam a própria possibilidade de ver, selecionar e ordenar o passado. Toda narrativa histórica envolve um gesto de recorte, o que entra, o que sai, o que merece ênfase, e esse gesto é guiado por valores, por protocolos de prova e por circunstâncias intelectuais e políticas do presente do autor. A Guerra, quando lida através de autores tão distintos, mostra que o mesmo evento pode ser convertido em epopeia, acusação ou síntese crítica conforme mudem os pressupostos que organizam a investigação.

Os métodos funcionam como mediadores entre passado e interpretação. Testemunho memorialista, denúncia panfletária e pesquisa documental sistemática correspondem a regimes de prova diferentes e a expectativas distintas de verdade. Onde o memorialista privilegia a presença e a experiência, o militante busca a coerência política do argumento, e o historiador acadêmico exige triangulação de fontes e crítica interna/externa. A opção metodológica não é neutra: ela define de antemão que tipo de evidência contará como válida e qual a forma legítima de encadear causalidades, afetando o ritmo, o tom e a arquitetura do texto histórico.

A ideologia molda a economia das ênfases e dos silêncios. Nenhum historiador escreve a partir do vazio axiológico; escreve a partir de crenças sobre nação, progresso, dominação, justiça, responsabilidade

histórica. É a ideologia que confere inteligibilidade a certas tramas, civilização vs. barbárie, dependência vs. autonomia, mito vs. Documento, e que decide quando um personagem será monumentalizado, problematizado ou desconstruído. Em vez de ruído a ser eliminado, a ideologia é condição de inteligibilidade que precisa ser tornada explícita e controlada pelo método, sob pena de capturar o arquivo e submetê-lo à tese.

O contexto histórico determina as perguntas que podem ser feitas e as respostas que parecem plausíveis. Disponibilidade de arquivos, padrões de formação universitária, públicos de leitura, censura ou liberdade de expressão, redes internacionais de debate e até o mercado editorial configuram o horizonte do pensável. Mudanças de época deslocam agendas: do patriotismo legitimador de um Estado imperial à denúncia anti-imperialista das décadas de autoritarismo, até o profissionalismo acadêmico de virada de século com seu “giro documental”. O arquivo não fala de modo idêntico em tempos distintos porque as perguntas históricas são indexadas ao presente de quem pergunta.

Método, ideologia e contexto não operam isoladamente; formam um circuito. Certos métodos favorecem certas ideologias e são viabilizados por certos contextos. O memorialismo tende a convergir com projetos de consagração nacional; a escrita militante, com agendas de contestação; a pesquisa documental extensiva, com instituições que asseguram acesso e legitimidade científica. Mesmo a pretensão de neutralidade é um *ethos* contextual, produto de uma cultura acadêmica que valoriza protocolos de crítica e transparência argumentativa. Tornar esse circuito visível é condição para avaliar méritos e limites de cada narrativa sem cair em relativismo cínico.

O resultado, para quem lê comparativamente, é um palimpsesto historiográfico. O mesmo acontecimento se inscreve e reinscreve sob diferentes gramáticas de prova e diferentes vocabulários de valor. Reconhecer o peso das ideologias, dos métodos e dos contextos não significa nivelar tudo por baixo, mas permitir juízos mais finos: quais inferências se sustentam no tipo de fonte mobilizada, que escolhas retóricas anunciam compromissos de fundo, que lacunas derivam do mundo social em que o autor escreveu. A historiografia da Guerra do Paraguai ganha densidade quando tratada como campo polifônico, em que a crítica não suprime a diferença, mas a integra como dado constitutivo da própria verdade histórica.

Taunay é, antes de tudo, um homem de seu tempo. Nascido em 1843, formado no ambiente da Corte e vinculado às elites militares e letradas, ele encarnava a sensibilidade do Império do Brasil na segunda metade do século XIX. Sua participação direta na Guerra do Paraguai, especialmente na desastrosa campanha de Mato Grosso, conferiu-lhe a autoridade de testemunha, mas também o inscreveu no horizonte ideológico de uma monarquia que buscava legitimar-se como potência civilizadora na América do Sul. Seu olhar, inevitavelmente, estava condicionado por essa formação.

A escrita de *A Retirada da Laguna* responde a essa lógica. Publicada em 1871, logo após o término da guerra, a obra atende à necessidade de narrar a derrota como episódio de honra. O patriotismo, valor

central do Império em construção, aparece em cada página: os soldados são descritos como mártires da pátria, e a monarquia como guardiã da civilização. O texto não é mero registro memorialista, mas exercício de legitimação política, em que a experiência individual é transfigurada em epopeia nacional.

O peso da ideologia monárquica é visível no tratamento dado ao inimigo. Solano López surge como figura bárbara, cruel e despótica, em contraste com a nobreza do Exército imperial. Esse contraste não resulta apenas da experiência militar traumática, mas também da necessidade de inscrever o Brasil no eixo civilização/barbárie, categoria central no pensamento oitocentista. Ao exaltar a disciplina dos soldados brasileiros e demonizar o adversário, Taunay reforça a narrativa de que o Império desempenhava missão histórica de ordem e progresso.

Chiavenato publicou *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai* em 1979, em plena vigência da ditadura militar brasileira. O contexto político não é um dado periférico: molda decisivamente as intenções e a recepção da obra. Em uma sociedade marcada pela censura, pela repressão a intelectuais e pela busca de narrativas alternativas à versão oficial do regime, o livro surge como intervenção política. Ao escrever sobre a guerra do século XIX, Chiavenato estava, em realidade, discutindo o Brasil dos anos 1970 e oferecendo ao público uma contra-história capaz de desafiar o discurso oficial militar.

A crítica marxista fornece a moldura conceitual central de sua narrativa. Inspirado pela teoria da dependência e pelos debates sobre imperialismo, o autor interpreta a Guerra do Paraguai como resultado da dominação externa, comandada pela Inglaterra, e como exemplo da traição das elites brasileiras e argentinas a seus povos. O marxismo, nesse caso, não funciona apenas como teoria de análise, mas como linguagem de denúncia. Termos como “genocídio”, “imperialismo” e “dependência” aparecem não para problematizar, mas para afirmar, conferindo ao texto um tom de manifesto político.

O contexto da ditadura explica também o público a que se dirigia. Ao escrever com linguagem acessível, panfletária e de forte carga emocional, Chiavenato mirava sobretudo jovens estudantes, militantes de esquerda e leitores que buscavam referências críticas em meio ao silêncio imposto pelo regime. Seu livro circulou em universidades, sindicatos e grupos políticos, tornando-se rapidamente um texto de referência para a formação de gerações que viam na história uma arma de resistência. Mais do que uma análise historiográfica, a obra cumpria função pedagógica e política.

Doratioto escreve *Maldita Guerra* em um cenário radicalmente distinto do de Taunay e Chiavenato. Publicado em 2002, o livro resulta de um período de abertura acadêmica, em que a historiografia brasileira já se encontrava consolidada como campo científico autônomo. As universidades públicas, especialmente após a redemocratização, ampliaram suas linhas de pesquisa e estimularam a circulação internacional de ideias. Esse contexto permitiu ao autor adotar um horizonte metodológico pautado pelo rigor documental e pela ambição de produzir uma síntese comparável às melhores obras estrangeiras sobre guerras do século XIX.

O acesso a arquivos foi decisivo para a construção de sua narrativa. Pesquisou em acervos brasileiros, paraguaios, argentinos e europeus, reunindo correspondências diplomáticas, relatórios militares, periódicos e memórias pessoais. Esse trabalho só foi possível porque, no final do século XX, a abertura de arquivos nacionais e estrangeiros tornou-se política institucional, vinculada ao fortalecimento da democracia e à valorização da transparência histórica. Seu livro é, nesse sentido, produto de uma época em que o documento era o critério central de legitimidade historiográfica.

O peso da universidade aparece não apenas no método, mas também no tom do texto. Diferente de Taunay, que escrevia como memorialista, e de Chiavenato, que escrevia como militante, Doratioto escreve como professor universitário, voltado tanto à comunidade acadêmica quanto a um público leitor interessado em história. A clareza narrativa, combinada ao aparato documental, reflete uma preocupação pedagógica própria da universidade: tornar acessível o conhecimento especializado sem abrir mão do rigor científico. Essa dupla vocação explica o êxito editorial.

A comparação mostra como cada método condiciona a forma do texto. O testemunho de Taunay conduz a uma narrativa literária e patriótica; a ideologia de Chiavenato conduz a uma narrativa panfletária e engajada; o rigor documental de Doratioto conduz a uma narrativa equilibrada e crítica. O mesmo acontecimento histórico se transforma em epopeia, denúncia ou síntese, dependendo da lente metodológica. A guerra não muda, mas os métodos de abordagem a ressignificam.

O valor de cada método também precisa ser relativizado. O memorialismo de Taunay preserva elementos etnográficos e testemunhais úteis, mesmo que marcado pela ideologia do vencedor. O panfleto de Chiavenato, embora pobre em termos de fontes, teve relevância política e cultural ao desafiar a memória oficial. O rigor documental de Doratioto elevou o debate historiográfico, mas também foi criticado por certa cautela excessiva diante da violência dos aliados. Nenhum método é isento de limites; todos produzem efeitos distintos sobre o modo como a guerra é lembrada.

Essas três temporalidades revelam que não existe história sem contexto. O tipo de pergunta que se dirige ao passado é inseparável do presente do autor. Onde Taunay procurava legitimar, Chiavenato procurava resistir, e Doratioto procurava explicar. As respostas não são apenas diferentes porque os métodos variam, mas porque cada época produziu demandas específicas de sentido que a guerra deveria satisfazer. A história é, nesse sentido, um espelho do tempo de quem a escreve.

Essa historicidade das perguntas é também o que garante a vitalidade da historiografia. Cada geração revisita os mesmos eventos sob novas lentes, confrontando memórias estabelecidas e produzindo sínteses distintas. A Guerra do Paraguai não é exceção: foi transformada em epopeia patriótica, em denúncia anti-imperialista e em objeto de análise acadêmica, sempre em sintonia com o horizonte intelectual e político de seu tempo. O evento é constante, mas as perguntas mudam, e com elas mudam também as respostas.

Compreender Taunay, Chiavenato e Doratioto não é apenas comparar três autores, mas mapear três regimes de interrogação histórica: o patriotismo, a resistência política e a cientificidade. Cada um traduz o espírito de sua época, revelando como a historiografia não é mero registro do passado, mas prática cultural enraizada no presente. O peso das perguntas que cada contexto autoriza ou exige mostra que a história, antes de ser ciência do que foi, é exercício crítico do que cada tempo precisa lembrar ou esquecer.

A historiografia é sempre escrita situada, enraizada em um tempo presente que define tanto as perguntas quanto as respostas dadas ao passado. O autor não parte de um vazio, mas de um horizonte de expectativas marcado por valores, tensões políticas e referenciais intelectuais de sua época. Nesse sentido, não existe “história pura”, mas narrativas que dialogam com o presente e que, muitas vezes, revelam mais sobre as urgências contemporâneas do historiador do que sobre os próprios eventos narrados.

Esses três exemplos mostram que cada narrativa sobre a Guerra do Paraguai é, ao mesmo tempo, história do século XIX e história do tempo em que foi escrita. A guerra é constante, mas o olhar sobre ela é mutável, condicionado pelas inquietações do presente. É por isso que uma mesma batalha pode ser narrada como epopeia patriótica, como genocídio imperialista ou como processo de formação estatal: porque cada geração interroga o passado com as lentes de suas próprias ansiedades.

Dessa forma, a historiografia revela-se inseparável do tempo presente do autor. O ato de escrever história é também ato de intervir no presente, oferecendo respostas, legitimando memórias ou desmontando mitos. Reconhecer essa inseparabilidade não significa negar a validade da história como disciplina, mas, ao contrário, compreender que sua força reside justamente nesse diálogo com as demandas contemporâneas. A mesma guerra, vista por Taunay, Chiavenato e Doratioto, é um exemplo paradigmático de como o passado nunca é narrado em estado bruto, mas sempre filtrado pela época e pelas motivações de quem o escreve.

5.3 O PAPEL DO HISTORIADOR NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

O papel do historiador na construção da memória coletiva ultrapassa a simples tarefa de narrar fatos. Cada obra histórica implica um processo de seleção, interpretação e ênfase, em que determinados acontecimentos são iluminados enquanto outros permanecem à sombra. Essa escolha nunca é neutra: ela depende de valores, de métodos e de contextos que orientam o olhar do autor. A memória coletiva, nesse sentido, não é apenas resultado da vivência social, mas também da mediação de intelectuais que transformam o passado em narrativa compartilhada. O historiador, ao registrar, organiza e dá sentido ao fluxo temporal, e é nesse gesto que exerce poder simbólico.

Taunay é exemplo paradigmático dessa função. Ao transformar a derrota de Laguna em epopeia patriótica, o memorialista não apenas registrou uma experiência traumática, mas ajudou a fixar na memória coletiva do Império uma versão heroica do conflito. Sua obra serviu como instrumento de legitimação monárquica, reforçando a narrativa dos vencedores e naturalizando a ideia de que o Brasil encarnava a

civilização contra a barbárie. O papel desempenhado por ele foi o de consolidar uma memória oficial que ainda ecoa nos discursos militares e nas tradições comemorativas, mesmo mais de um século depois.

Chiavenato, por outro lado, atuou em direção contrária, ao propor uma memória alternativa. Publicado no fim da década de 1970, buscou inverter o quadro: o Paraguai, até então lembrado como inimigo vencido, passou a ser narrado como vítima de uma aliança criminosa, e Solano López, antes descrito como bárbaro, transformou-se em mártir. Essa reinterpretação marcou gerações de leitores, sobretudo estudantes e militantes políticos, que encontraram no livro uma história insurgente, capaz de contrapor-se à memória oficial sustentada pelo regime militar. O historiador-jornalista, nesse caso, exerceu papel de resistência, moldando uma memória crítica de alcance social significativo.

Doratioto, por sua vez, procurou construir uma memória baseada em documentos e em crítica sistemática. Recusou tanto a versão gloriosa quanto a versão panfletária, propondo uma narrativa equilibrada, fundada na pesquisa de arquivos e no diálogo com a historiografia internacional. Seu papel como historiador foi o de contestar simplificações e de inserir o conflito em um quadro mais amplo, marcado pela formação dos Estados nacionais e pelas rivalidades regionais. Essa postura contribuiu para renovar a memória coletiva da guerra, oferecendo aos leitores uma interpretação mais complexa, ainda que sujeita às críticas de minimizar a dimensão trágica da violência.

A Guerra do Paraguai mostra, assim, que a memória coletiva não é resultado de uma narrativa única, mas de disputas permanentes entre diferentes versões. Taunay representou o olhar dos vencedores, Chiavenato ofereceu a contra-história dos vencidos, Doratioto buscou equilíbrio documental. Cada um, consciente ou não, exerceu poder simbólico ao legitimar uma determinada versão do passado, influenciando públicos distintos: elites políticas, estudantes engajados, acadêmicos e leitores em geral. O público, por sua vez, não é mero receptor, mas reinterpreta e ressignifica essas obras conforme suas próprias expectativas.

Em última instância, o papel do historiador é manter vivo o debate e renovar a consciência histórica de cada geração. Ao construir memórias coletivas, ele decide, de forma implícita ou explícita, o que será lembrado e o que será esquecido, que imagens se perpetuarão e quais serão silenciadas. O caso da Guerra do Paraguai exemplifica essa dinâmica: longe de consensos, o passado se apresenta como campo de disputa, em que cada narrativa acrescenta novas camadas de sentido. A memória coletiva, assim, não é estática, mas processo contínuo, sempre em transformação, no qual o historiador é protagonista indispensável.

A função do historiador nunca se resume a narrar os fatos como se fossem dados brutos. A operação historiográfica é, acima de tudo, um processo de seleção: decidir o que merece ser lembrado, o que será colocado em segundo plano e o que permanecerá em silêncio. Esse gesto é inevitável, pois o passado é um campo praticamente infinito de acontecimentos, e nenhum relato pode abarcar sua totalidade. A seleção, porém, não é neutra; ela traduz valores, interesses e horizontes de interpretação que pertencem ao presente do autor.

Essa dimensão seletiva e interpretativa aproxima a história da literatura e da política. Como no texto literário, a escolha de personagens, cenários e ênfases define o tom da narrativa. Como no discurso político, o relato histórico exerce efeitos de legitimação ou de contestação, influenciando a memória coletiva. Taunay, ao relatar a Retirada da Laguna, não apenas narrou o sofrimento dos soldados, mas interpretou-o como símbolo de honra e fidelidade à pátria. Chiavenato, ao escrever sobre o mesmo conflito, selecionou aspectos que sustentassem a denúncia do imperialismo. Doratioto, por sua vez, interpretou os eventos a partir da crítica documental, recusando simplificações.

O reconhecimento desse caráter seletivo é fundamental para compreender a natureza da historiografia. Longe de ser reflexo transparente do passado, a narrativa histórica é produto de escolhas metodológicas e ideológicas. O historiador, ao selecionar e interpretar, estabelece fronteiras do que será reconhecido como relevante, impondo uma hierarquia entre acontecimentos. Esse gesto confere à sua escrita um poder que ultrapassa a esfera acadêmica, pois influencia a forma como sociedades inteiras lembram de si mesmas.

A seleção e a interpretação, entretanto, não devem ser vistas como limitações, mas como elementos constitutivos da disciplina. A tarefa do historiador não é narrar tudo, mas oferecer explicações significativas que ajudem a compreender processos complexos. A qualidade da história não depende da impossibilidade de neutralidade, mas da transparência e do rigor com que o historiador assume suas escolhas. Quanto mais clara for a fundamentação, mais legítima será a narrativa diante de seus leitores.

O papel do historiador não é apenas guardar lembranças, mas também, inevitavelmente, decidir sobre esquecimentos. O que Taunay, Chiavenato e Doratioto revelam é que cada narrativa estabelece não apenas um repertório de fatos, mas também uma cartografia de silêncios. A Guerra do Paraguai, tal como chegou até nós, é resultado dessas escolhas seletivas: uma epopeia, uma denúncia ou uma síntese documental. Em todos os casos, lembrar e esquecer caminham juntos, compondo o tecido da memória coletiva.

O historiador, ao escrever, não apenas descreve, mas atribui legitimidade a determinados sentidos do passado. A escolha de fatos, a ênfase em certos personagens, a linguagem adotada e até o silêncio sobre determinados aspectos conferem autoridade a versões específicas da história. Esse processo, ainda que inconsciente, possui efeito político e cultural: legitimar significa transformar uma narrativa em referência de verdade, apta a orientar a memória coletiva e a alimentar identidades sociais.

A Guerra do Paraguai é um dos episódios mais eloquentes da história sul-americana para se compreender a disputa pela memória. Desde o século XIX, o conflito foi constantemente reinterpretado, com versões que ora exaltavam o Brasil imperial, ora denunciavam a destruição do Paraguai, ora buscavam síntese crítica. Essa multiplicidade de leituras mostra que a memória não é estática nem consensual: ela é

atravessada por tensões e lutas simbólicas em que diferentes narradores competem pela autoridade de definir o sentido do passado.

A recepção de uma obra histórica nunca é homogênea, pois o público não é um bloco indiferenciado. Cada grupo social lê e se apropria da narrativa a partir de seus próprios referenciais, interesses e expectativas. A memória coletiva, nesse sentido, não é apenas construída pelo historiador, mas também moldada pela interação com leitores que reinterpretam e ressignificam o texto. A circulação das obras de Taunay, Chiavenato e Doratioto demonstra como um mesmo episódio pode ter impactos diversos conforme o público que o consome.

A participação do público revela que a memória não é resultado exclusivo da intenção do autor, mas de uma dinâmica de apropriação social. O mesmo livro pode servir como manual de honra militar, manifesto político ou referência científica, dependendo de quem o lê. A Guerra do Paraguai, ao ser narrada por Taunay, Chiavenato e Doratioto, gerou respostas plurais que demonstram a vitalidade da disputa memorial. A história, nesse sentido, não é apenas escrita, mas também constantemente reinterpretada pelo olhar de seus leitores.

O papel do historiador não se esgota na reconstituição erudita de fatos ou na acumulação de dados em arquivos. Sua tarefa mais profunda é manter o debate vivo, preservar o passado como espaço de interrogação permanente e oferecer à sociedade instrumentos para pensar a si mesma. A história, ao contrário do que supõem discursos triunfalistas ou revisionismos simplificadores, não se fecha em versões definitivas. Ela é uma conversa entre gerações, sustentada por narrativas que se sucedem, corrigem-se, confrontam-se e, ao fazê-lo, renovam continuamente a consciência histórica.

Essa função de renovação é visível na trajetória que percorremos. Taunay escreveu para legitimar o Império e transformar derrota em glória; Chiavenato, para denunciar o imperialismo e reabilitar os vencidos; Doratioto, para reconstruir com documentos uma narrativa crítica e equilibrada. Cada um, à sua maneira, manteve o debate em movimento. Sem Taunay, não teríamos a memória oficial que serviu de referência para todos os debates subsequentes; sem Chiavenato, não teríamos a provocação que abriu caminho para questionar os mitos; sem Doratioto, não teríamos o contraponto acadêmico que reafirma a necessidade do rigor.

Manter vivo o debate é, portanto, um gesto de resistência contra o esquecimento e contra a fossilização das narrativas. O historiador, ao propor novas perguntas e revisitar velhas respostas, impede que a memória se cristalice em mito imutável. Sua tarefa é delicada: equilibrar rigor e imaginação, crítica e sensibilidade, para que o passado não seja apenas arquivo, mas experiência viva que dialoga com o presente. A consciência histórica que daí resulta não é um acúmulo de certezas, mas a abertura para compreender que a verdade histórica é sempre processual, construída em diálogo e conflito.

A Guerra do Paraguai, como vimos, permanece mais do que um episódio militar: é um espelho da América Latina e de suas disputas de memória. Taunay, Chiavenato e Doratioto mostraram, cada um em sua época, que o historiador é guardião e provocador, capaz de dar voz ao silêncio, de revelar contradições e de renovar o sentido do passado. O papel do historiador, em última instância, é esse: fazer da história um espaço vivo, capaz de iluminar os dilemas do presente e de manter aberta a possibilidade de que cada geração se reconheça, e se reinvente, no diálogo incessante com a sua própria memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra do Paraguai permanece como um campo aberto de interpretação, em que nenhum autor pode reivindicar a palavra final. O passado, por mais distante, nunca está concluído; ele se renova constantemente à medida que novas fontes são descobertas, novos métodos são aplicados e novas gerações de historiadores formulam perguntas diferentes. O inacabamento é, nesse sentido, uma das marcas constitutivas da historiografia: ela não se encerra, mas se transforma, em diálogo incessante com o presente.

As obras de Taunay, Chiavenato e Doratioto ilustram esse caráter inacabado. Cada um, em sua época, acreditou oferecer um relato abrangente, mas foi sucedido por leituras que questionaram seus pressupostos, problematizaram suas escolhas e deslocaram seus sentidos. A narrativa romântica de Taunay, a denúncia militante de Chiavenato e a síntese documental de Doratioto não são pontos de chegada, mas etapas de um percurso que continua a se desenrolar. A guerra, assim, permanece viva na memória e no debate historiográfico.

Esse inacabamento também é sinal de vitalidade. Uma história encerrada seria, por definição, uma história morta, incapaz de dialogar com novos contextos. A Guerra do Paraguai, ao contrário, ressurgiu em cada época como espelho de tensões contemporâneas: patriotismo e legitimação no século XIX, resistência política nos anos 1970, cientificidade e crítica documental no século XXI. O fato de ser constantemente reescrita não diminui seu valor histórico, mas o amplifica, mostrando como o mesmo evento pode assumir significados diversos.

Reconhecer o inacabamento da história é aceitar que não há leitura definitiva da Guerra do Paraguai. O trabalho do historiador não é fixar verdades imutáveis, mas manter aberta a possibilidade de novas interpretações. Essa abertura não fragiliza a disciplina, mas a fortalece, pois garante que a historiografia permaneça dinâmica, sensível às mudanças sociais e capaz de renovar a compreensão coletiva sobre um dos conflitos mais marcantes da América Latina.

A Guerra do Paraguai é lembrada e estudada a partir de múltiplas lentes, cada uma oferecendo um recorte específico da realidade. A pluralidade de versões não é sinal de desordem, mas condição mesma da historiografia, que se alimenta de divergências e contradições. O que se estabelece não é uma verdade única e intangível, mas um campo de possibilidades, em que interpretações convivem, disputam espaço e, muitas vezes, se completam.

Nesse mosaico, Taunay representa a versão patriótica e legitimadora do Império, Chiavenato simboliza a denúncia contra os vencedores e a valorização dos vencidos, e Doratioto busca compor uma síntese documental crítica, mais próxima dos cânones acadêmicos. Nenhum desses autores detém a totalidade da verdade histórica, mas cada um ilumina aspectos que os outros não destacaram. Suas obras coexistem como testemunhos do modo como diferentes épocas escolheram narrar o mesmo episódio.

A pluralidade de versões permite que o leitor perceba a história não como linha reta, mas como tecido de vozes em conflito. Essa polifonia é produtiva porque impede que uma interpretação única se

imponha como dogma. Ao contrário, mantém aberto o campo para novas pesquisas, comparações e debates, garantindo que o passado permaneça vivo no presente. A divergência, longe de ser fraqueza, é expressão da riqueza interpretativa da historiografia.

Essa multiplicidade também nos lembra que a história é sempre perspectivada. Cada narrativa, ao mesmo tempo em que revela, também oculta; ao enfatizar certos aspectos, silencia outros. O leitor crítico, ao confrontar versões diferentes, aprende que compreender o passado exige não apenas ler, mas comparar, tencionar e avaliar. É nessa pluralidade que se encontra a força pedagógica da história: formar consciências capazes de reconhecer que a verdade é sempre parcial e situada.

Toda narrativa histórica é escrita sob a sombra do presente. O historiador não observa o passado de um ponto neutro, mas de um tempo e de um lugar específicos, que moldam suas perguntas, condicionam suas respostas e definem os sentidos atribuídos aos acontecimentos. A historiografia é, nesse aspecto, espelho das inquietações contemporâneas: ao olhar para trás, o autor projeta, consciente ou não, as ansiedades de seu próprio tempo.

A trajetória de Taunay, Chiavenato e Doratioto demonstra essa condição de forma exemplar. O primeiro espelhou o Brasil imperial, ávido por símbolos de coesão e legitimidade monárquica. O segundo refletiu a atmosfera de resistência política sob as ditaduras latino-americanas, convertendo o passado em denúncia do imperialismo. O terceiro, por sua vez, expressou a confiança da universidade do início do século XXI no rigor documental e na possibilidade de narrativas equilibradas. Três autores, três contextos, três imagens distintas de uma mesma guerra.

Esse vínculo entre passado e presente não diminui o valor da história, mas reforça sua relevância social. A historiografia não é apenas reconstituição de fatos, mas exercício de reflexão crítica, em que o presente encontra no passado argumentos para compreender-se melhor. Cada geração, ao narrar a guerra, buscou nela respostas para seus próprios dilemas: a identidade nacional, a resistência ao poder, a cientificidade acadêmica. O espelho é duplo: o passado ilumina o presente, e o presente redefine o passado.

Reconhecer a historiografia como espelho do presente é assumir que o trabalho do historiador é sempre situado. Isso não significa arbitrariedade, mas consciência crítica: compreender que todo relato é condicionado por contextos, escolhas metodológicas e horizontes ideológicos. A guerra, nesse sentido, não é apenas fato do século XIX, mas acontecimento que se reinventa em cada século, refletindo as questões que mobilizam autores e leitores.

A Guerra do Paraguai ultrapassa o campo da historiografia e se projeta na esfera da memória coletiva, que molda identidades nacionais. No Brasil, a vitória da Tríplice Aliança foi inscrita como triunfo da civilização, convertendo soldados em heróis e reforçando a legitimidade do Império. No Paraguai, ao contrário, a guerra se tornou símbolo de martírio, tragédia e resistência, elemento constitutivo de uma identidade nacional marcada pela ideia de sacrifício. Já na Argentina, a memória da guerra se entrelaçou às

disputas internas sobre centralização política, sendo mobilizada ora como glória militar, ora como episódio ambíguo.

Essas diferentes memórias mostram que a guerra não é apenas fato histórico, mas também fundamento de narrativas identitárias. A escolha sobre o que lembrar e o que esquecer define como cada nação se percebe e se projeta diante dos vizinhos. A memória, nesse caso, cumpre função política: legitima Estados, forja sentimentos de pertencimento e demarca fronteiras simbólicas. A identidade, muitas vezes, é menos fruto de consensos do que de traumas compartilhados, elevados à condição de mito nacional.

Os autores estudados participaram ativamente dessa construção. Taunay reforçou a memória oficial do Brasil imperial, transformando derrota em glória. Chiavenato propôs memória alternativa, dando ao Paraguai o estatuto de vítima inocente. Doratioto buscou reposicionar a lembrança coletiva em bases documentais, contestando simplificações. Cada um, ao escrever, não apenas interpretou a guerra, mas também interveio na formação de identidades, nacionais e regionais.

Compreender a Guerra do Paraguai como memória é reconhecer que ela permanece viva, reatualizada em comemorações, discursos políticos, currículos escolares e obras culturais. As identidades nacionais do Cone Sul continuam a dialogar com esse passado, ora exaltando, ora lamentando, ora problematizando sua herança. A guerra, nesse sentido, não pertence apenas ao século XIX: é elemento constitutivo da consciência histórica dos povos sul-americanos.

As três obras aqui analisadas representam posturas distintas diante da mesma tragédia. Taunay encarnou o heroísmo, transformando a experiência da retirada em epopeia patriótica que exaltava a monarquia e o sacrifício dos soldados. Chiavenato assumiu a denúncia, apresentando a guerra como genocídio e o Paraguai como vítima exemplar da dominação imperialista. Doratioto, por sua vez, apostou no rigor acadêmico, recusando mitificações e oferecendo narrativa fundada em documentos, capaz de problematizar simplificações anteriores.

Essas três posturas revelam como a Guerra não pode ser reduzida a um único discurso. O heroísmo de Taunay foi fundamental para fixar a memória oficial; a denúncia de Chiavenato deu voz aos vencidos e provocou uma geração de leitores; o rigor de Doratioto reposicionou a discussão no campo da historiografia profissional. Heroísmo, denúncia e crítica não se anulam mutuamente, mas se entrelaçam como camadas de leitura que mostram a complexidade de um mesmo acontecimento.

O contraste entre essas abordagens também evidencia a pluralidade de funções da história. Ela pode servir para legitimar Estados e exércitos, como no caso de Taunay; pode ser instrumento de resistência e contestação política, como em Chiavenato; pode ainda constituir espaço de análise crítica e reflexão acadêmica, como em Doratioto. Cada função corresponde a demandas diferentes do presente e ilustra o caráter multifacetado do ofício de narrar o passado.

Ao transitar entre a denúncia, o heroísmo e o rigor acadêmico, a historiografia sobre a Guerra do Paraguai demonstra sua vitalidade. Nenhum desses registros esgota o sentido da guerra, mas todos contribuem para que o evento continue a interpelar o presente. A diversidade de posturas não deve ser vista como fragmentação, mas como riqueza: é nela que se encontra a possibilidade de compreender o passado em sua densidade, reconhecendo a dor, a glória e a necessidade crítica que a guerra deixou como herança.

A presente obra buscou oferecer ao leitor um panorama comparativo das principais tradições historiográficas sobre a Guerra do Paraguai, examinando três autores emblemáticos: Taunay, Chiavenato e Doratioto. Ao colocá-los lado a lado, não pretendemos estabelecer hierarquias absolutas, mas mostrar como cada um respondeu às demandas de seu tempo e moldou a memória coletiva de modos distintos. Essa perspectiva comparativa permite compreender a guerra não apenas como fato militar, mas como espaço de disputa intelectual, literária e política.

A contribuição deste livro reside no exercício de leitura crítica. O confronto entre diferentes narrativas expõe as escolhas metodológicas, os silêncios e as ênfases que estruturam cada versão. Ao explicitar tais escolhas, abrimos ao leitor a possibilidade de perceber que a história é sempre construção, nunca simples espelho do passado. A intenção é formar uma consciência histórica capaz de reconhecer tanto o valor quanto os limites de cada interpretação.

Outro aspecto importante é a valorização da pluralidade de vozes. Ao destacar o heroísmo literário de Taunay, a denúncia militante de Chiavenato e o rigor acadêmico de Doratioto, mostramos que a Guerra pode ser lida a partir de diferentes tradições, todas elas relevantes para compreender a complexidade do evento. Essa abordagem plural não dilui as diferenças, mas as transforma em recurso analítico, permitindo perceber a riqueza da disputa historiográfica.

Dessa forma, este livro não se pretende síntese definitiva, mas ferramenta de reflexão. Sua contribuição é oferecer ao leitor não respostas finais, mas instrumentos para pensar criticamente a guerra e suas representações. Ao acompanhar o percurso das três tradições, o leitor é convidado a reconhecer a historicidade das narrativas e a situar-se diante delas, não como espectador passivo, mas como participante ativo do debate historiográfico.

Este livro não encerra a discussão sobre a Guerra do Paraguai, mas abre caminhos para que cada leitor trace suas próprias conexões. Ao percorrer as narrativas de Taunay, Chiavenato e Doratioto, buscamos mostrar como o mesmo episódio histórico pode ganhar sentidos distintos, dependendo da lente que o observa. A leitura crítica dessas obras é, ao mesmo tempo, uma experiência de história e de autoconhecimento, pois revela que todo olhar sobre o passado é também uma projeção sobre o presente.

O convite que fazemos ao leitor é que não se contente com versões únicas ou definitivas. A Guerra do Paraguai, como qualquer evento histórico de grande magnitude, exige múltiplas leituras. Há espaço para reconhecer o heroísmo, compreender a denúncia e valorizar o rigor acadêmico, sem que nenhuma dessas

dimensões anule as outras. O leitor, ao confrontar essas perspectivas, participa ativamente da construção de sua própria memória sobre o conflito.

Também convidamos o leitor a refletir sobre como essas interpretações moldam sua visão da América Latina. O passado da guerra não pertence apenas a Brasil, Paraguai e Argentina: ele ressoa em toda a região como metáfora de disputas por poder, soberania e identidade. Questionar as narrativas disponíveis é também questionar o presente que herdamos, com suas tensões políticas e seus dilemas sociais. O exercício crítico da leitura é, portanto, gesto de cidadania e de pertencimento continental.

Aceitar este convite é reconhecer que a história não é uma coleção de fatos mortos, mas diálogo vivo entre gerações. Cada leitor, ao revisitar a Guerra do Paraguai, contribui para manter acesa a chama da memória e para renovar o debate. A obra, então, deixa de ser apenas relato de três autores e torna-se instrumento de reflexão, aberta às interpretações, às dúvidas e às inquietações de quem a lê.

A História não é tribunal que proclama sentenças definitivas, mas horizonte de diálogo onde o passado se reinventa a cada nova geração. Sua missão não é fixar verdades imutáveis, mas ampliar a compreensão humana sobre a experiência vivida, permitindo que sociedades se reconheçam em suas grandezas e em suas feridas. O historiador, nesse processo, não entrega certezas, mas abre caminhos, recordando que cada pergunta ao passado é também interrogação sobre o presente.

A Guerra do Paraguai ilustra com intensidade essa missão. Nas mãos de Taunay, tornou-se epopeia de heroísmo; nas de Chiavenato, denúncia de genocídio; em Doratioto, análise crítica sustentada em documentos. Três olhares distintos, três traduções de uma mesma tragédia, todos incompletos e, justamente por isso, necessários. O conflito não se encerra em nenhuma dessas versões, mas nelas encontra sinais de que a história é processo vivo, tecido de vozes que se sucedem e se contrapõem sem jamais se anularem por inteiro.

Ao manter vivo esse diálogo, a História resiste à tentação do silêncio e do esquecimento. Ela impede que o passado se petrifique em mito ou propaganda, convidando sempre à revisão e à dúvida. O que lhe dá grandeza não é a promessa de respostas finais, mas a coragem de expor as contradições, de reconhecer as ambiguidades, de devolver ao presente a consciência de sua própria historicidade. Em tempos de certezas fáceis e narrativas simplificadoras, a História permanece como espaço de complexidade e de liberdade crítica.

Encerrar esta obra é reafirmar essa missão. A História, aqui, não se ofereceu como dogma, mas como exercício de escuta e comparação. O leitor é agora parte desse diálogo, chamado a continuar a interrogar a Guerra do Paraguai e a refletir sobre o que ela significa para a América Latina e para o mundo. Que esta leitura não seja ponto final, mas convite à continuidade: porque a missão da História é, em última instância, manter acesa a chama da memória e renovar, geração após geração, a possibilidade de compreender, e de humanizar, o passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, José Jobson de Andrade; TENGARRINHA, José Manuel. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: Edusc, 1999.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1992.
- BURTON, Richard Francis. **Cartas dos campos de batalha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.
- CAETANO, Coraly Gomes. A história como ciência humana. In: MARCELINO, Nelson (org.). **Introdução às ciências humanas**. Campinas: Papirus, 1987. p. 13-36.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CHARTIER, Roger. **A história hoje: dúvidas, desafios e propostas**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.
- CHIAVENATTO, Júlio José. **Genocídio americano: a Guerra do Paraguai**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934-1935. 5 v.
- JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.
- MALERBA, Jurandir. **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.
- QUEIRÓZ, Silvânia de. **Revisando a revisão: Genocídio americano: a Guerra do Paraguai de J. J. Chiavenato**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.
- REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **Diário do Exército (1869-1870)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.
- _____. **A retirada da Laguna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- VIDIGAL, Carlos Eduardo. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 45, n. 1, p. 197-199, 2002.

WHITE, Hayden. **Teoria literária e escrita da história.** **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 21-48, 1991.

REALIZAÇÃO:

Aurum
EDITORA

CNPJ: 589029480001-12
contato@aurumeditora.com
(41) 98792-9544
Curitiba - Paraná
www.aurumeditora.com